

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação



TRABALHO DE PROJECTO

A Descentralização da Administração da Educação
- As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa
das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB -

Tânia Raquel Silvestre Esteves

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

Área de especialização em Administração Educacional

2009

UNIVERSIDADE DE LISBOA
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação



TRABALHO DE PROJECTO

A Descentralização da Administração da Educação
- As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa
das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB -

Tânia Raquel Silvestre Esteves

CICLO DE ESTUDOS CONDUCENTE AO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO

Área de especialização em Administração Educacional
Trabalho de Projecto orientado pelo Professor Doutor João Barroso

2009

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor João Barroso pela orientação, apoio e disponibilidade que sempre me dispensou.

Agradeço a todos os autarcas e técnicos da Comunidade Intermunicipal do Oeste pelo facto de terem permitido a recolha de informação sobre os seus municípios, sem a qual não teria sido possível desenvolver o presente estudo.

Agradeço à Maria José Venâncio e ao Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alenquer, Jorge Riso, pelo incentivo e compreensão.

Agradeço à minha colega de mestrado, Isabel Colaço, pelos momentos de reflexão e apoio.

Agradeço ao Sérgio.

Agradeço às minhas irmãs.

Dedico este trabalho à memória da minha Mãe.

ÍNDICE

Resumo	5
Abstract	6
INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1 - A descentralização da Administração da Educação e a Territorialização das Políticas Educativas – O papel dos Municípios	13
1.1. Os conceitos de Centralização, Desconcentração e Descentralização	13
1.2. A Territorialização das Políticas Educativas	20
2– A Descentralização e a construção de uma Política Educativa Local	22
2.1. O Projecto Educativo Local	24
3 - Os Municípios e a implementação do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico	27
3.1. As potencialidades e as vulnerabilidades do Programa	28
CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	31
1. Breves Considerações Metodológicas	31
2. Técnicas de recolha/produção de dados	32
2.1. Recolha e análise documental	32
2.2. Entrevistas	33
2.3. Análise de conteúdo	36
CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	40
1. Oferta educativa das autarquias e a implementação do programa das actividades de enriquecimento curricular	41
2. Gestão administrativa do programa das aec's	43
2.1. Acordos de colaboração/Contratos/Protocolos	43
2.2. Actividades	46
2.3. Balanço Financeiro	49
2.4. Professores/Monitores	50

2.5. Planeamento	51
2.6. Mecanismos de monitorização e avaliação do programa	51
3. Balanço Geral do programa	52
4. Política Educativa Municipal e a articulação com o programa das aec's	53
4.1. As aec's e o Conselho Municipal de Educação	55
5. Transferência de competências na área da educação - A perspectiva das autarquias	56
5.1. Relação das aec's com o processo de transferência de competências na educação	57
CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
Referências Bibliográficas	66
Legislação consultada	71
ANEXOS	
Anexo I	73
Carta enviada aos Presidentes das autarquias da OesteCim a solicitar a colaboração no estudo	74
Anexo II	75
Guião das entrevistas aos responsáveis políticos	76
Guião da entrevista aos técnicos	77
Anexo III	79
Protocolo das entrevistas	80
Anexo IV	132
Síntese das entrevistas	133
Anexo V	151
Grelha de categorias de análise de conteúdo	152
Anexo VI	154
Análise de conteúdo das entrevistas	155

RESUMO

O presente relatório constitui o trabalho final do curso de mestrado em Ciências da Educação, área de especialização em Administração Educacional, na modalidade de projecto. O estudo realizado integra-se na temática da descentralização da administração da educação e, em particular, no processo de negociação e de transferência de competências entre o poder central e o poder local. Escolheu-se como analisador deste processo a implementação do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico na Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM) tendo em vista: contextualizar a criação e a implementação deste programa no quadro do processo de descentralização em curso; identificar as relações entre o programa e as políticas locais de educação; descrever e caracterizar os procedimentos adoptados pelas autarquias locais na gestão deste programa. Com esse fim e do ponto de vista metodológico, adoptou-se uma abordagem de tipo naturalista com recurso à análise documental e a um conjunto de 13 entrevistas estruturadas que tiveram como destinatários os técnicos e os autarcas, de nove dos doze municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal em análise. Os resultados obtidos evidenciam que apesar do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular não ter sido uma medida verdadeiramente descentralizadora, a maioria dos municípios em causa não se limitou a ser um mero executor da política nacional. Verificou-se também que este programa se enquadra nas políticas locais de educação destes municípios, ainda que estas não se encontrem institucionalmente definidas. No que diz respeito aos procedimentos de gestão adoptados pelas autarquias em causa, salientamos o seu contributo para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Actividades de Enriquecimento Curricular. Descentralização. Política Educativa Local. Territorialização.

ABSTRACT

The present report constitutes the final result of a master's degree in Science of Education as a project work; the area of specialization is Educational Administration. The study is based on the topic of decentralization of educational administration, particularly, on the process of negotiation and transference of competences between central authority and local power. To analyse this process, it was chosen the execution of the Program of Extra-Curricular (tb pode ser Enrichment) Activities in the Primary Level in the Community of the West (OesteCIM). The main goals were: to contextualize the conception and implementation of this program in the current wider process of decentralization; to identify the relations between the program and the local educational politics; to describe and characterize the procedures adopted by the local authorities in the management of this program. From the methodological point of view, it was made a naturalistic approach, with documentary analysis as well as a set of thirteen structured interviews, with the technicians and the mayors, of nine of the twelve local City Halls, which are part of the Community analysed. Although, the results show up that the Program of the Extra-Curricular Activities has not meant a real decentralization, most of the local authorities in question have not been a mere executioners of the national politics. Besides, this program is a part of the local educational politics of the referred places, even though these are not defined institutionally. As far as the management procedures adopted by the mentioned local authorities, we point out their positive role in the local development.

Keywords: Program of Extra-Curricular Activities; Transference; Local Educational Politics;

INTRODUÇÃO

O presente trabalho integra-se no Curso de Mestrado em Ciências da Educação, na área de especialização em Administração Educacional, e mais especificamente, na modalidade de trabalho projecto, a qual tem por objectivos a fundamentação de decisões e a melhoria da racionalidade e eficácia das práticas. Deste modo, pretendemos analisar à luz da problemática da Descentralização da Administração da Educação, o modo como as autarquias locais implementaram o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, assim como identificar as relações entre o referido programa e as políticas locais de educação.

Num contexto de emergência da descentralização da administração da educação, no qual se assiste a um processo de negociação e de transferência de competências do poder central para o poder local, o processo da descentralização e da territorialização tem vindo a assumir um lugar de destaque na política educativa.

Nos últimos trinta anos tem surgido legislação que confere mais atribuições e competências às autarquias locais, no entanto, é sobretudo a partir da década de 90 que estas são chamadas a intervir de um modo mais activo na organização e administração do sistema educativo, no contexto da territorialização das políticas educativas. O desenvolvimento da intervenção educativa dos municípios tem acontecido não só em resultado de novas competências atribuídas pelo poder central, mas também, por iniciativas próprias, as quais muitas vezes estão enquadradas nas políticas educativas locais e/ou projectos educativos locais.

Actualmente os municípios assumem um papel importante não só ao nível da construção, manutenção e apetrechamento do parque escolar (uma das competências educacionais mais antigas) mas também, da oferta educativa, nomeadamente através da implementação do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico. Este programa, criado e tutelado pelo Ministério da Educação, veio atribuir novas competências aos Municípios que se constituíram como entidades promotoras, ao nível da organização e gestão da oferta educativa/extracurricular. É neste contexto, que surge a pertinência de efectuar uma descrição da diversidade dos processos de organização e gestão da oferta das AEC's, assim como, da constatação da existência ou não de articulação entre esta oferta extracurricular proporcionada pelas autarquias e a Política Educativa Municipal e/ou o Projecto Educativo Local.

A opção por este estudo foi determinada por razões de actualidade política e de motivação pessoal. No primeiro caso, o processo recente de descentralização de competências para os municípios na sequência do estabelecido no Decreto-lei 144/2008, de 28 de Julho, com efeitos em Janeiro de 2009, veio demonstrar a fase de aceleração aparente do processo de descentralização, e nesse contexto, as actividades de enriquecimento curricular introduziram uma nova dimensão neste processo. No segundo caso, a experiência profissional adquirida ao longo dos últimos três anos num gabinete de apoio à educação de uma autarquia, assistindo de perto à atribuição de novas competências nesta área, levou a que considerássemos pertinente a reflexão sobre a temática da descentralização da administração da educação.

Questões de partida e objectivos do estudo

As questões de partida do estudo foram as seguintes:

- A transferência de competências no âmbito das aec's pode ser vista como um processo de descentralização da administração educacional do poder central para o local?
- Quais os vários procedimentos administrativos que as autarquias adoptaram na gestão do programa das aec's?
- As autarquias locais serão meras executoras da política do Governo central ou as aec's estão enquadradas no Projecto Educativo Local?

Estas questões remetem-nos para os objectivos gerais do estudo:

- Contextualizar a implementação do programa das aec's no âmbito da descentralização da administração da educação;
- Identificar os procedimentos de gestão do programa das aec's por parte das autarquias locais.
- Identificar as relações entre o programa das aec's e as Políticas Locais de Educação;

Pretendemos deste modo caracterizar o modo como as autarquias pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM) implementaram este programa e perceber em que medida este se enquadra na política educativa local, a partir das opiniões e percepções dos seus responsáveis políticos – Presidentes de Câmara ou

Vereadores com competências delegadas na área da Educação, bem como, dos técnicos responsáveis pelo programa.

Eixos de análise e questões orientadoras do estudo

De acordo com os objectivos do estudo definimos três eixos de análise.

Um primeiro eixo diz respeito à gestão administrativa das aec's, no quadro do qual se colocam as seguintes questões:

- As autarquias locais são as entidades promotoras do programa das aec's?
- De que modo é feito o recrutamento dos professores/monitores das actividades?
- De que modo é feita a selecção das actividades?
- As autarquias estabeleceram protocolos/acordos de colaboração para a implementação deste programa?
- Existe avaliação das aec's?
- Existe articulação com os agrupamentos de escolas na implementação deste programa?

Num segundo eixo pretendemos identificar as relações entre o programa das aec's e as políticas locais de educação, o que nos remete para as seguintes questões:

- As autarquias locais têm uma política educativa local/municipal definida?
- Em que medida a implementação do programa se enquadra na política educativa municipal e/ou projecto educativo local?
- Qual o papel do Conselho Municipal de Educação na definição e implementação da política educativa local?
- Existe articulação interinstitucional?
- Os municípios dinamizam e coordenam uma política educativa local?
- Em que medida existe articulação entre a oferta das aec's e a política educativa municipal e/ou projecto educativo local?
- Os municípios têm um projecto educativo local definido?

Num terceiro eixo de análise que se relaciona com o enquadramento das aec's no processo de descentralização e transferência de competências, pretendemos contextualizar a implementação do programa das aec's no âmbito da descentralização

da administração da educação, o que nos conduziu às questões que se apresentam de seguida:

- As autarquias aderiram ao processo de descentralização de competências?
- Em que medida os autarcas concordam com a descentralização de competências do poder central para o local e quais as vantagens e desvantagens deste processo?
- A implementação das Aec's veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos da oferta educativa? Em que medida?
- Qual a opinião dos autarcas e técnicos municipais relativamente às principais potencialidades e vulnerabilidades do programa das Aec's?

Breve caracterização do campo de estudo

Como referido anteriormente, a nossa opção recaiu sobre a Associação de Municípios do Oeste, a qual com a publicação do Novo Regime Jurídico do Associativismo Municipal (Lei n.º 45/2008) irá transformar-se em Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM) até ao final do corrente ano. A justificação para a escolha prende-se com os seguintes factos:

- A autarquia onde exercemos a nossa actividade profissional está integrada na OesteCIM;
- O facto de já termos participado em sessões de trabalho com vereadores e chefias dos serviços de educação facilita-nos o acesso aos mesmos e permite ter algum conhecimento prévio da realidade.

A Comunidade Intermunicipal do Oeste é uma pessoa colectiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos Municípios que a integram, regendo-se pela Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, pelos Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis.

As principais competências da Oeste CIM serão: a promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido; articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal; participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN, e articulação das actuações entre os municípios e os serviços da administração central em diversas áreas (redes de abastecimento público, infra-estruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;

rede de equipamentos de saúde; rede educativa e de formação profissional; ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais; segurança e protecção civil; mobilidade e transportes; redes de equipamentos públicos; promoção do desenvolvimento económico, social e cultural e rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer).

No que concerne aos seus órgãos, a Oeste CIM será composta por um órgão executivo (Conselho Executivo), no qual participarão todos os Presidentes das Câmaras Municipais associadas, e por um órgão deliberativo (Assembleia Intermunicipal) composto por membros eleitos das assembleias municipais dos municípios, eleitos de forma proporcional.

A Oeste CIM é composta por 12 municípios que correspondem à NUT III Oeste: Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

No que diz respeito à demografia, trata-se de um território com 338 711¹ habitantes, de acordo com os resultados obtidos no último recenseamento do Instituto Nacional de Estatística, datado de 2001.

Quadro n.º 1 – Distribuição por concelho no que diz respeito à área, número de habitantes e de freguesias

Concelho	Área	Habitantes	N.º Freguesias
Alcobaça	406,9	55.376	18
Alenquer	305,4	39.180	16
Arruda dos Vinhos	77,8	10.350	4
Bombarral	91,7	13.324	5
Cadaval	173,9	13.943	10
Caldas da Rainha	255,9	48.846	16
Lourinhã	146,8	23.265	11
Nazaré	82,5	15.060	3
Óbidos	142,3 Km2	10.875	9
Peniche	76,9Km2	27.315	6
Sobral de Monte Agraço	52,3 Km2	8.927	3
Torres Vedras	407 Km2	72.250	20

De acordo com os dados apresentados anteriormente, podemos concluir que este conjunto de autarquias é heterogéneo no que respeita à área geográfica e à densidade populacional.

¹ <http://www.am-oeste.pt> – Todos os dados estatísticos apresentados foram recolhidos nesta fonte.

Organização do relatório

O presente relatório do trabalho projecto apresenta a seguinte estrutura:

No primeiro capítulo procederemos a um enquadramento teórico que engloba a temática da descentralização da administração da educação, da territorialização das políticas educativas, da política educativa local e da implementação por parte dos municípios do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico.

No segundo capítulo apresentaremos uma primeira parte relativa à metodologia de investigação, na qual são indicadas as opções metodológicas e a sua fundamentação; e é realizada uma abordagem aos procedimentos utilizados no estudo, nomeadamente aos instrumentos de recolha e tratamento dos dados. Na segunda parte procederemos à apresentação, análise e interpretação dos dados do estudo, recolhidos através das entrevistas aos responsáveis políticos pelos pelouros da educação e técnicos das autarquias, bem como, da análise documental. Neste ponto iremos proceder à caracterização da implementação do programa das actividades de enriquecimento curricular por parte dos municípios em estudo; à caracterização da gestão administrativa do programa; à caracterização da articulação entre a política educativa municipal e o programa, salientando a existência ou não de uma política educativa local, e à caracterização da visão dos autarcas e técnicos relativamente à transferência de competências na área da educação.

Finalmente, apresentaremos as considerações finais resultantes da análise e interpretação dos dados, tendo em vista sistematizar a relação entre o enquadramento teórico realizado e os dados obtidos, assim como, apresentar algumas reflexões produzidas no quadro deste trabalho projecto.

Nos anexos constam os documentos de apoio à leitura do trabalho:

- I – A carta enviada aos Presidentes das autarquias da OesteCim a solicitar a colaboração no estudo;
- II- Guião das entrevistas aos vereadores do pelouro da educação e aos técnicos das autarquias;
- III – Protocolo das entrevistas;
- IV – Síntese das entrevistas;
- V – Grelha de categorias da análise de conteúdo;
- VI – Análise de conteúdo das entrevistas.

CAPÍTULO 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Num momento em que se assiste a um fenómeno de globalização, em que o Estado tende a diminuir o seu papel e a passar de “Educador” a “Avaliador” e “Regulador”, as autarquias assumem um papel cada vez mais interventivo ao nível da definição das políticas públicas, e mais concretamente, nas políticas de educação.

Foi num quadro de partilha de responsabilidades e de alargamento das atribuições das autarquias locais que surgiu o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico, o qual se constitui como o nosso objecto de estudo.

O enquadramento teórico do trabalho empírico e a revisão bibliográfica foram realizados em torno dos seguintes conceitos: descentralização, territorialização, política educativa local, actividades de enriquecimento curricular e transferência de competências.

1 - A descentralização da Administração da Educação e a Territorialização das Políticas Educativas – O papel dos Municípios

1.1. Os conceitos de Centralização, Desconcentração e Descentralização

Ao analisar as questões relacionadas com a descentralização importa clarificar os conceitos de centralização, desconcentração e descentralização, tendo em conta que todos se referem ao modo como é distribuído o poder entre a administração central e local, diferindo no grau e no modo de concentração ou de distribuição dos poderes e responsabilidades.

De modo muito breve, e segundo Fernandes (2005) o conceito de centralização “significa que a responsabilidade e o poder de decidir se concentram no estado ou no topo da administração pública cabendo às restantes estruturas da administração (...) apenas a função de executar as directivas e ordens emanadas do poder central” (p. 54).

No que diz respeito à desconcentração, esta é uma modalidade atenuada da centralização, ou seja, as principais características da centralização mantêm-se mas algumas decisões são tomadas por agentes em posições intermédias ou numa posição inferior da hierarquia. No caso português, as Direcções Regionais de Educação (DRE's) são um exemplo de uma instituição que resultou da desconcentração da administração da educação, sendo identificadas como serviços regionais do Ministério da Educação,

dotados de autonomia administrativa, que asseguram a orientação, coordenação e apoio às escolas ao nível regional. Afonso (2006) considera que esta é uma instituição de nível *meso* do sistema educativo português estando situada no plano intermédio da regulação da educação, “onde se concretizam as interações que veiculam os dois modos de regulação provenientes de outras instâncias de regulação (do nível “macro”, da política educativa e da administração central da educação, e do nível “micro” que corresponde à gestão escolar, da administração local e da micropolítica organizacional”) (p. 73).

Para Gournay, citado por Fernandes (2005) na descentralização as decisões são confiadas a agentes que não dependem do governo mas de órgãos colegiais que representam uma parte da população. De referir que têm sido apontadas várias modalidades de descentralização que assentam em critérios políticos, administrativos e científico-pedagógicos, assim, podemos falar de descentralização política, administrativa, territorial e funcional. Ferrer, citado por Fernandes (2005), distingue ainda três modalidades de descentralização: o federalismo, o liberalismo e o localismo; no caso desta última, o poder político e administrativo situa-se nos municípios ou entidades estruturadas a partir destes, tendo como fundamento a subsidiariedade, segundo a qual “é preferível que o que pode ser feito por uma entidade menor não seja feito por uma entidade maior” (p. 64).

Portugal seguiu a tradição francesa adoptando desde o séc. XIX, um sistema administrativo centralizado, porém as tendências para a descentralização são actualmente predominantes mesmo nos países onde a centralização administrativa tem uma tradição enraizada. Apesar desta tendência, verificamos que continuam a ser apontados argumentos a favor e contra. Formosinho (2005) considera que podemos apontar algumas vantagens técnicas e políticas da centralização, entre elas: a garantia da unidade da acção do Estado e da coordenação da actividade administrativa; a uniformização das soluções adoptadas e a impessoalidade na tomada dessas decisões. No entanto, essas vantagens com o aumento do Estado Providência e o conseqüente aumento da máquina estatal foram sendo atenuadas pela ineficácia e demora nas tomadas de decisão, factos que levaram ao questionamento progressivo deste modelo centralista.

No que diz respeito à descentralização, o autor refere como vantagens: o aumento da adequação da administração pública na resolução de problemas locais; adaptação do

ritmo e do tipo de implementação das normas ao contexto local; economia de custos e de tempo nos circuitos burocráticos; tomada de decisões por quem está em contacto com as situações/problemas, existindo uma maior proximidade entre quem toma essas decisões e quem as aplica, permitindo uma melhor avaliação dos resultados. Estas razões que justificam a descentralização são, sobretudo, de carácter técnico podendo ser resumidas numa maior adequação, rigor e celeridade das decisões.

Fernandes (2005) considera que uma política educativa terá de estabelecer um equilíbrio entre medidas descentralizadoras para as autarquias, comunidades locais e escolas e medidas reguladoras asseguradas pelo Estado, encontrando-se na maior ou melhor partilha dessas medidas o critério para a definição do sentido da descentralização ou centralização educativa.

Este fenómeno da descentralização educativa é comum a vários países, e segundo a UNESCO e a OCDE, citados por Labelle (2001) resultam de uma evolução histórica no domínio da educação. De um modo geral assiste-se à passagem de um Estado Educador para um Estado Regulador que assume um papel importante ao nível da definição e pilotagem das políticas públicas, e se vê obrigado a partilhar esse papel com outras entidades e actores.

Nos países a norte da Europa, a descentralização municipal é uma modalidade de territorialização desenvolvida. Os países onde essa tendência tem sido mais visível são a Grã-Bretanha, a Holanda, a Bélgica e os países escandinavos (Prata, 2004).

A evolução da descentralização nos países de tradição centralista como a Espanha, a Bélgica, a Itália e Portugal, foi marcada a partir dos meados do século XX, por medidas descentralizadoras, ou pelo menos desconcentradoras. No caso português salientamos a Constituição de 1976; segundo a Constituição da República Portuguesa “o estado é unitário e respeita na sua organização e funcionamento o regime autonómico insular e os princípios da subsidiariedade, da autonomia das autarquias locais e da descentralização democrática da Administração Pública” (art.º 6.º). De referir também que a Carta Europeia da Autonomia Local, aprovada pelo Conselho da Europa em 1985, a qual Portugal subscreveu e integrou no seu ordenamento jurídico interno, define a autonomia local como “o direito e a capacidade efectiva das autarquias locais regulamentarem e gerirem, nos termos da lei, sob sua responsabilidade e no interesse das respectivas populações, uma parte importante dos assuntos públicos” (art.º 2.º, n.º 1) (Pinhal, 2003).

Em Portugal, contrariamente ao que aconteceu nos países a norte da Europa, a descentralização municipal e o papel educativo dos municípios só se manifestou relevante após 1974. De um modo genérico, as alterações na administração da educação foram no sentido de transferir poderes e funções do nível nacional e regional para o local (Barroso, 1999B).

No entendimento de Pinhal (2003) as tendências descentralizadoras dos sistemas educativos tradicionalmente centralizados como o português devem-se, entre outras, às seguintes razões: à crescente complexificação dos subsistemas sociais o que dificulta uma intervenção eficaz por parte do poder central; à compreensão de que o desenvolvimento requer uma maior participação das comunidades locais, e ainda, ao aumento da exigência, da reivindicação e da intervenção por parte dos cidadãos. As autarquias locais têm-se assumido como interlocutores indispensáveis na tomada de decisões que vão de acordo às necessidades dos seus territórios e das suas populações.

Os municípios enquanto pessoas colectivas públicas, dotadas de legitimidade para a concessão e execução das políticas públicas, têm aumentado nos últimos anos a sua intervenção na educação, com base quer na sua iniciativa, quer na legislação que foi sendo publicada. Segundo Fernandes (1996), o primeiro normativo e mais marcante de todos foi a Lei n.º 1/77, de 6 de Janeiro, a qual instituiu o Fundo de Equilíbrio Financeiro que impôs a transferência de uma percentagem do orçamento do estado para os municípios. Este facto trouxe consequências notáveis no domínio da educação, uma vez que partir daí as câmaras municipais iniciaram a construção, reparação e expansão do parque escolar do ensino primário.

Para Guedes (2003) a década de 80 foi fértil em termos de publicação de normativos de cariz descentralizador, ainda que tal tenha acontecido de modo avulso e com ausência da respectiva regulamentação.

Com a publicação do Decreto-lei n.º 77/84, de 8 de Março, definiram-se os encargos municipais na educação no que diz respeito a construções, equipamento e custo da manutenção do ensino primário, transportes escolares, ocupação de tempos livres e acção social escolar. No seu preâmbulo, este normativo determinou que o processo de transferência de competências seria gradual e efectuado no âmbito do Orçamento do Estado, e ainda que as formas de transferência seriam objecto de regulamentação específica, salientando que à administração central caberia a definição das políticas e do planeamento.

O Decreto-lei n.º 100/84, de 29 de Março, fixou as atribuições das autarquias locais e dos seus órgãos, atribuindo aos municípios as intervenções que dizem respeito “aos interesses próprios, comuns e específicos das populações locais” entre os quais a educação e o ensino (art.º 2.º).

Num período seguinte, a descentralização do sistema educativo decorreu da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro), a qual remeteu novas responsabilidades aos municípios nas áreas da formação profissional, da educação especial e das modalidades de educação extra-escolar. Esta lei veio abrir novas possibilidades ao nível da repartição de funções entre o Estado, as autarquias e as escolas: “(...) descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes (...)” (Art. 3º, alínea g).

Para Martins (2006) toda a legislação que veio regulamentar esta lei foi mais no sentido do reforço da desconcentração e não tanto da descentralização educativa para os municípios. Contudo, Fernandes (1999) considera que esta Lei não veio reforçar as competências educativas municipais como seria de esperar, considerando o autor que as competências municipais surgem de modo avulso, sugerindo uma visão bastante restritiva quanto ao papel das autarquias na educação. Segundo Evangelista (2004) neste período continua a existir uma administração da educação fortemente centralizada o que “denuncia, no mínimo, desconfiança quanto às capacidades das autarquias na educação, mantendo o modelo centralizado e o paradigma do Estado Educador” (p.56).

Ao efectuar uma evolução do quadro normativo das competências municipais há ainda que fazer referência: ao Decreto-Lei n.º 115/A/98, segundo o qual os municípios passam a ter competências associadas ao planeamento do sistema educativo, o preâmbulo deste normativo salienta que a “concepção de uma organização da administração educativa centrada na escola e nos respectivos territórios educativos tem de assentar num equilíbrio entre a identidade e a complementaridade dos projectos” (...) e que, deste modo, se pretende “favorecer decisivamente a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidade”, este diploma veio reforçar a participação das autarquias locais na administração das escolas através do assento nas assembleias de escola (n.ºs 1 e 2 do art.º 8º); ao Decreto-Lei n.º 159/99 que define o novo quadro de transferência de

atribuições e competências para as autarquias locais concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, de onde se destaca a criação dos Conselhos Locais de Educação de iniciativa municipal, com funções consultivas e de coordenação das políticas educativas e sociais; e ao Decreto-lei n.º 7/2003, o qual estabelece no seu preâmbulo que “a concretização da descentralização administrativa constitui um objectivo fundamental do programa do XV Governo Constitucional, enquanto aposta estratégica no princípio da subsidiariedade, e que na sua estratégia assume particular relevância a concretização da transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais”. Este diploma legal foi bastante importante uma vez que para além de alterar a designação do conselho local de educação para conselho municipal, atribuiu ao município funções relativas à elaboração da carta educativa concelhia, negociação dos contratos de autonomia e elaboração dos projectos educativos municipais (Fernandes, 2004).

Importa também fazer referência ao Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril, que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Um dos princípios gerais deste diploma é assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, entre os quais as autarquias locais, nomeadamente através da representação no conselho geral que se constitui como o órgão de direcção estratégica.

Considerando como muito positivo o desempenho dos municípios no âmbito da educação, o Governo estabeleceu a necessidade de contratualizar a “resolução de problemas e a redução das assimetrias que subsistem na prestação do serviço educativo” (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 144/2008 de 28 de Julho). Considerando também a necessidade de uma efectiva descentralização de competências que leve à mudança das políticas autárquicas no que diz respeito à educação, o governo transferiu para os municípios através do normativo referido anteriormente, atribuições e competências em matéria da educação nas seguintes áreas: pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar; componente de apoio à família; gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico; transportes escolares do 3.º ciclo do ensino básico; acção social escolar nos 2.º e 3.º ciclos e actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico. Relativamente a este diploma legal, de referir a sua particularidade no sentido do reforço da necessidade de contratualização da educação, uma vez que implica a existência de um contrato de execução a celebrar entre o município e o

Ministério da Educação onde são definidas as condições da transferência, bem como, os instrumentos financeiros a utilizar.

Como afirma Pinhal (2003) é possível distinguir três grandes grupos de competências educacionais dos municípios:

- Competências associadas à concepção e planeamento do sistema educativo local;
- Competências associadas à construção e gestão de equipamentos e serviços;
- Competências associadas ao apoio aos alunos e aos estabelecimentos de educação e ensino.

A análise do quadro legal dessas competências permite-nos constatar que por vezes os municípios desenvolvem acções que vão para além das suas obrigações legais. Segundo Guedes (2002) os municípios desenvolvem projectos sócio-educativos que se destinam a “pôr em prática acções educativas concretas direccionadas para as escolas, com objectivos específicos bem definidos, que encerram uma permanente actividade formativa orientada no sentido de contribuir para o desenvolvimento global da personalidade dos alunos, o apoio às práticas pedagógicas dos professores, o progresso social e a democratização da sociedade”. Neste sentido, os dados recolhidos por Pinhal e Viseu (2001) revelaram que os municípios têm não só respondido às novas competências que lhes têm sido atribuídas, como têm desenvolvido actividades que se enquadram fora dessas competências.

Os municípios levam a cabo iniciativas que embora muitas vezes não constem nas suas atribuições e competências legais são justificadas pelos executivos camarários como sendo de interesse municipal e tendo como objectivo a melhoria das condições de vida das populações locais. No domínio da educação não formal as câmaras municipais têm promovido projectos cuja população alvo é não só as crianças e jovens, mas também, a população idosa, apelando cada vez mais ao trabalho em rede e em parceria e implementando acordos de colaboração e protocolos de cooperação, nos quais se constituem como parceiros importantes e muitas vezes impulsionadores de novas dinâmicas locais.

Neste contexto é de todo pertinente fazer referência ao que Pinhal (2004) designa de “não competências” referindo como exemplos os projectos sócio-educativos que os municípios desenvolvem e a atribuição de bolsas de estudo para o ensino secundário. No entanto, e segundo o autor apesar das mais valias que estas iniciativas possam ter

para a melhoria da qualidade do sistema educativo local, estas intervenções têm pouco peso no orçamento municipal destinado à educação.

De notar a evolução positiva na legislação portuguesa sobre o papel dos municípios na educação, os quais passaram de financiadores a parceiros sociais e por último, a elementos activos da política educativa local. No entanto, há que salientar que este processo de transferência de competências não foi pacífico dado que nem sempre se traduziu em contrapartidas adequadas para os municípios do ponto de vista financeiro.

1.2. A Territorialização das Políticas Educativas

Segundo Pinhal (2003) a partir da década de 90, começou a surgir a expressão territorialização das políticas educativas, a qual englobava um vasto conjunto de processos institucionais e administrativos destinados a aumentar a intervenção local na provisão da educação. No entanto, ainda que seja do Estado a função de garantir um sistema educativo público que proporcione a igualdade de oportunidades, o princípio constitucional da descentralização democrática da administração pública impõe a transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, de acordo com a respectiva capacidade de realização” (Pinhal, 2005).

No entendimento de Charlot, citado por Ferreira (2005) as últimas duas décadas em Portugal foram marcadas pela territorialização das políticas educativas, existindo a partir dos anos 80 uma lógica de desconcentração e descentralização que impulsionou o ressurgir da relação da escola com o espaço local, apelando à mobilização dos actores locais e aos conceitos de território escolar, contrato, parceria e rede.

Esta ligação da escola ao território local emerge com a Lei de Bases do Sistema Educativo, a qual no seu artigo 38.º, prevê o planeamento e a reorganização da rede escolar num quadro de definição de competências dos diversos intervenientes, prevendo assim que “o sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias (...)” (art.º 43, n.º 2 e 3).

Para Sarmiento (2000), a territorialização educativa pode assumir três significados: “a pilotagem local do sistema educativo” onde a ideia subjacente é a de que se pretende

uma passagem de um modelo centralizado de administração para um modelo onde o nível local assume algumas competências e poderes; “a cooperação institucional a nível local” uma vez que a educação deixa de ser um assunto exclusivo de professores, alunos e pais para ser vista no âmbito da política pilotada localmente, ou seja, as instituições da comunidade onde a escola está inserida passam a ser encaradas como parceiros educativos; e finalmente, a “fundamentação local das lógicas de acção educativa”. Formosinho e Machado (2005) consideram que a territorialização das políticas educativas surge num contexto de crise da legitimação da acção do Estado que passa de educador a regulador, delegando poderes nas escolas e nas comunidades onde estas se inserem.

Segundo Barroso (2005) o conceito de territorialização das políticas educativas é difuso e traduz a transformação das relações entre o Estado e a educação, as quais não se esgotam na dicotomia entre centralização e descentralização da educação. Conforme afirma este autor, a territorialização não deve ser reduzida à sua dimensão jurídico-administrativa, devendo ser vista essencialmente como um fenómeno político que se desenvolve no quadro de um conflito entre o estado e a sociedade, entre o público e privado, entre o interesse comum e os interesses individuais, entre o central e o local. Assim, este processo inclui vários agentes locais de educação, entre os quais o autor destaca as autarquias. Neste contexto Pinhal (2004) afirma que as autarquias são pessoas colectivas públicas, dotadas de poderes públicos e de legitimidade democrática para a concepção e execução das políticas públicas e podem assim, participar na provisão pública de educação, tendo nos últimos anos aumentado a sua intervenção. Para este autor, para existir uma verdadeira territorialização da educação será necessário que as autarquias locais possam partilhar responsabilidades nos projectos educativos dos territórios, os quais vão para além da educação formal. Para que tal aconteça, será necessário não só agir numa lógica de subsidiariedade, como também, clarificar aspectos essenciais relativamente ao papel das autarquias na administração da educação. Num sentido mais lato, a descentralização da administração pública não deve ser encarada apenas como um expediente “técnico e utilitário” para a melhoria da eficácia e eficiência, ela deve servir também o aprofundamento da democracia ao permitir uma maior participação dos cidadãos na definição do bem comum e dos interesse locais. A descentralização da administração da educação é um exemplo do aprofundamento da democracia (Pinhal 2003).

Um dos conceitos que surge associado ao da territorialização é o intermunicipalismo, e com ele as associações de municípios, as quais surgiram entre outros motivos, pela necessidade da criação de medidas e de políticas de dimensão supramunicipal. Neste contexto, as associações de municípios foram criadas ao abrigo da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio que estabeleceu o regime de criação, o quadro de atribuições das comunidades intermunicipais de direito público e o modo de funcionamento dos seus órgãos, bem como, as respectivas competências. Estas comunidades intermunicipais poderiam ser de dois tipos: comunidades intermunicipais de fins gerais e associações de municípios de fins específicos (n.º 2 do art.º 1.º). Uma das atribuições destas comunidades foi a “coordenação sem prejuízo das competências atribuídas por lei a outras entidades, das actuações entre os municípios e os serviços da administração central”, entre outras áreas, na educação (art.º 5.º). Posteriormente, a Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto, veio estabelecer o regime jurídico do associativismo municipal, segundo o art.º 4.º as comunidades intermunicipais correspondem a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III. Estas comunidades têm atribuições, entre outras áreas, ao nível da rede educativa e de formação profissional (alínea c, ponto 2 do art.º 5.º).

2– A Descentralização e a Construção de uma Política Educativa Local

Numa concepção de democracia participativa o poder político central é entendido como agente regulador da iniciativa local, à qual é reconhecida a legitimidade própria para intervir nos processos educativos integrando-os numa política educativa local. Esta concepção implica o alargamento da auto-regulação local e o desenvolvimento de modalidades de regulação como as parcerias, contratos de desenvolvimento, protocolos e acordos de colaboração (Fernandes, 2000). O autor considera que é possível identificar três indicadores que permitem a visualização da política educativa local: as normas reguladoras estatais, os financiamentos disponibilizados e as práticas desenvolvidas por municípios e escolas. No que diz respeito às normas reguladoras, a análise da evolução normativa revela um reconhecimento crescente do papel do município na educação e alguma contracção do estado sobre a educação pública. Esta evolução foi marcada segundo o autor por três fases distintas: de 1974 a 1986 o município é considerado apenas como um contribuinte líquido para as despesas públicas

com a educação escolar; entre 1986 e 1996 são reconhecidas aos municípios competências em igualdade de circunstâncias com as instituições privadas e cooperativas, sendo-lhes também atribuído o estatuto de parceiro social; depois de 1998, dá-se início a uma fase de reconhecimento da natureza pública da intervenção municipal na educação.

Com a publicação em 1986 da Lei de Bases do Sistema Educativo, o Município deixa de ser visto apenas enquanto um contribuinte do sistema educativo, para ser entendido como uma instituição que participa na gestão dos interesses públicos educativos. A partir desta altura, inicia-se um processo de devolução de competências que poderá levar a uma territorialização e construção de uma política educativa local.

Com a criação dos Conselhos Municipais de Educação regulamentados pelo Decreto-lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, as autarquias passaram a ter ao seu dispor uma instância de coordenação e consulta com o “objectivo de promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados” (art.º 3.º) e como uma das principais competências a “coordenação do sistema educativo e articulação da política educativa com outras políticas sociais, em particular nas áreas da saúde, da acção social e da formação e emprego” (alínea a), do ponto 1, do art.º 4.º).

Deste modo, as tendências de evolução das políticas educativas locais durante o regime democrático, podem ser sintetizadas nos seguintes aspectos:

- Evolução de normativos no sentido de uma maior autonomia das escolas e de um maior envolvimento do município na política educativa local;
- Reforço da cooperação local entre municípios e escolas o que faz diminuir as divisões que caracterizam os sistemas fortemente burocratizados e autocentrados.

Na opinião de Van Zanten (1994), a afirmação do poder local não se deve apenas a um processo de descentralização de iniciativa do poder central, mas também, à iniciativa dos eleitos locais que atribuem importância à área da Educação. Para Pinhal (2004) as autoridades locais devem ter uma visão estratégica sobre a educação e adoptar políticas educativas que vão de encontro às necessidades e interesses locais, tendo sempre em conta o que são as orientações nacionais.

Ao fazer referência à territorialização das políticas educativas e às políticas educativas locais, importa salientar o movimento das Cidades Educadoras fundado em 1949 num

congresso realizado em Barcelona, o qual deu origem à criação da Associação Internacional de Cidades Educadoras. A reflexão produzida no âmbito deste movimento, bem como, as experiências efectuadas em várias cidades envolvidas no mesmo, apontam para a implementação de uma política educativa local, centrada na cidade, liderada pelo município e onde participam as instituições e agrupamentos da cidade. De referir que devem existir algumas condições para que a política educativa local possa ser efectiva: a existência de uma descentralização de modo a que localmente se possam elaborar os projectos e mobilizar os agentes e os recursos necessários para os concretizar; a existência de uma organização flexível de serviços e projectos, estruturada nas relações contratualizadas entre os participantes e fundadas no respeito pela diversidade e pela autonomia. Esta abordagem mais recente sobre o papel dos municípios na educação está a reflectir-se nas políticas educativas municipais, envolvendo-os progressivamente em intervenções autónomas onde existe ainda um campo vasto de potencialidades educativas a explorar (Fernandes, 2005).

A partir deste movimento, é possível distinguir dois papéis do município: num primeiro momento como executor ou parceiro na política educativa, e num segundo momento, como dinamizador de uma política educativa local no âmbito da cidade educadora (Fernandes, 2004). Segundo este autor, face às mudanças ocorridas e aos desafios colocados à educação estamos perante um novo paradigma educativo, onde a cidade é vista como espaço social, e o município num contexto de descentralização e autonomia, como dinamizador e coordenador de uma política educativa local.

2.1. O Projecto Educativo Local

Canário (1999) considera que a pertinência do projecto educativo local que pode ser definido como “o instrumento de realização de uma política educativa local que articula as ofertas educativas existentes, os serviços sociais com os serviços educativos, promove a gestão integrada dos recursos e insere a intervenção educativa numa perspectiva de desenvolvimento da comunidade” é justificada uma vez que a “política educativa local é parte integrante de uma política de desenvolvimento local que promova a qualidade de vida” (p.3). Deste modo, os vários serviços públicos desde a educação, passando pela segurança social e saúde deverão articular-se através de uma rede local que estimule a participação das populações.

Para Pinhal (2003) numa lógica de construção de projectos educativos locais cada escola pública deverá orientar a sua intervenção não só em função do estabelecido pelo Estado Central, ou seja, pelo “projecto educativo nacional”, mas também, pelo definido no projecto educativo local, de modo a que exista uma complementaridade que corresponda a uma territorialização da educação “de base comunitária”. Este autor refere ainda que “é perfeitamente possível pensar-se na política educativa do município que estabeleça metas e estratégias de desenvolvimento para a educação a nível local; bem como, é possível pensar-se na construção de verdadeiros territórios educativos, com projectos educativos próprios, que resultem das contribuições concertadas das autoridades locais e das organizações educativas escolares e não escolares. Esta arquitectura não põem em causa o sistema público de educação e ensino, nem constitui uma nova grande reforma na administração da educação, ela é uma possibilidade ao alcance dos políticos e dos actores da educação, embora se requeira a mudança de algumas mentalidades muito instaladas” (Pinhal, 2004, p.60).

Este autor considera que a descentralização é uma exigência da democracia e do desenvolvimento, nomeadamente do desenvolvimento local, área onde a educação desempenha um papel fundamental, e neste sentido, é necessário dar relevância política às competências autárquicas de modo a que estas não se limitem a aspectos logísticos e operacionais que embora sejam importante, poderão não permitir a definição de um projecto educativo local.

Mais do que nunca, estamos perante uma mudança de paradigma educativo em que através do fenómeno da descentralização os municípios são vistos como dinamizadores e coordenadores de projectos e iniciativas enquadradas numa política educativa local. Este é um desafio colocado às autarquias uma vez que os processos de atribuição de competências por parte do poder central não têm sido pacíficos, acarretando dificuldades do ponto de vista técnico e financeiro. Muitas vezes a forma como estes processos são conduzidos e transferidas as novas competências não é devidamente planificado, implementado e avaliado, o que leva as autarquias a olharem para estas situações com alguma desconfiança. No entanto, e apesar dos constrangimentos, os municípios têm demonstrado capacidade de resposta, e em muitos casos, vão além do exigido e do esperado.

O facto das autarquias assumirem novas responsabilidades no campo da educação pode levar também à alteração do modo de relacionamento entre as autarquias e as escolas,

sendo este um fenómeno sobre o qual será interessante reflectir em futuros estudos. Até que ponto as instituições educativas encaram de modo positivo o facto das autarquias serem chamadas a intervir dentro da escola? Serão estas mudanças benéficas para a comunidade educativa? De que modo esta descentralização de competências é encarada pelos encarregados de educação?

De um modo genérico, o facto das autarquias estarem mais próximas dos problemas pode ajudar na celeridade da sua resolução. Por outro lado, quando não solucionam esses problemas, fazendo uso da sua legitimidade democrática exercem muitas vezes pressão sobre a administração central para a necessidade de intervenção nos seus territórios, actuando na defesa dos interesses das populações locais.

Todavia, há que ter em conta os perigos desta descentralização: nem todas as autarquias têm a mesma capacidade de resposta ao nível dos recursos humanos e materiais, sendo que os quadros normativos não têm esse aspecto em conta; por outro lado, algumas autarquias estão em situações de endividamento excessivo o que pode ser agravado pela assumpção de novas responsabilidades. A este propósito é interessante fazer referência ao modo como o processo de descentralização educacional decorreu em França, do ponto de vista dos pontos fortes e das dificuldades sentidas:

“ A descentralização aproximou os lugares de decisão e os estabelecimentos escolares, mas, com a descentralização, perde-se o aspecto distanciado, neutro, da instância de decisão, que se ocupava das arbitragens e zelava pela igualdade de tratamento”;

“ Os eleitos são implicados e responsabilizados, ganhando força pela sua legitimidade democrática, mas são frequentemente incompetentes em matéria educativa, o que pode conduzir a decisões aberrantes”;

“ A descentralização traz consigo a emulação entre os actores, em benefício da escola, permitindo o desenvolvimento de parcerias apaixonantes onde existe a obrigatoriedade da concertação e da negociação, mas acabam por se fazer negócios em detrimento de políticas coerentes, chegando-se a situações de bloqueio, devidas a conflitos de competências, com a concorrência politiqueria a ser prejudicial à escola” (Cahiers Pédagogiques, 1994, *in* Pinhal, 2003, p. 11).

3 - Os Municípios e a implementação do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico

As actividades de enriquecimento curricular surgiram na sequência da implementação do Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 3.º e 4.º anos de escolaridade implementado ao abrigo do Despacho n.º 14753/2005, de 26 de Abril. Este programa teve como principal objectivo a promoção de igualdade de oportunidades através da oferta educativa extracurricular gratuita. Segundo o despacho, pretendeu-se com o programa desenvolver uma estratégia de generalização progressiva do ensino precoce da língua estrangeira que fosse descentralizada e flexível, dando-se relevância ao envolvimento das escolas, dos agrupamentos de escolas, das autarquias e das associações de pais, na construção de respostas sociais adequadas às realidades locais.

A este Projecto seguiu-se o Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular, criado pelo Despacho 12 591, de 16 de Junho de 2006, o qual visou regular a oferta das actividades de animação e de apoio às famílias (educação pré-escolar) e de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico. Este diploma legal partiu da partilha entre o Ministério da Educação e as autarquias locais da responsabilidade pelos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do Ensino Básico, e da necessidade de reforçar as atribuições e competências das autarquias nestes níveis de ensino. Neste contexto, os municípios surgem como as entidades promotoras privilegiadas pelo Ministério da Educação para a implementação do programa, cabendo-lhes a elaboração da candidatura ao apoio financeiro, bem como, o estabelecimento de acordos de colaboração com os agrupamentos de escolas (n.º 15 do referido despacho).

Na opinião de Pires (2007), este programa veio introduzir uma “lógica mercantil” que leva à escolha das autarquias do pacote de actividades que apresenta maiores vantagens financeiras em detrimentos de outras actividades.

Este programa surge num cenário em que a análise das políticas públicas põe em evidência a importância da regulação nos processos de recomposição do papel do Estado, o qual continua a ter um papel importante na definição, pilotagem e execução das políticas e acções públicas, embora sendo obrigado a partilhar esse papel com a intervenção crescente de outras entidades e actores, que se reportam a referenciais, lógicas e processos de decisão distintos (Barroso, 2006).

Actualmente o Programa de Actividades de Enriquecimento curricular encontra-se regulamentado pelo Despacho da Ministra da Educação n.º 14460, de 26 de Maio de 2008, sendo vulgarmente designado de aec's. Este programa surge na sequência do Governo assumir como prioridade a melhoria de condições de ensino/aprendizagem no 1.º Ciclo do Ensino Básico, facto que veio sustentar o conceito de Escola a Tempo Inteiro, o qual está actualmente associado à criação e generalização de condições que permitam aos alunos estarem na escola pública com actividades educativas ao longo de todo o tempo escolar diário. Segundo Pires (2007), existe um conjunto de medidas que estão directamente relacionadas com este programa, nomeadamente, o funcionamento das actividades lectivas em horário normal onde são valorizadas as “áreas curriculares nucleares”, para as quais são fixados tempos semanais mínimos; a generalização do fornecimento de refeições escolares e o encerramento de escolas de reduzidas dimensões. Conforme consta no relatório de acompanhamento do Programa (2006) as aec's surgem relacionadas ainda com a formação de docentes; intervenção na rede escolar e definição das competências a desenvolver em cada área curricular.

3.1. As Potencialidades e as Vulnerabilidades do Programa

Na opinião de Cosme e Trindade (2007) o programa das actividades de enriquecimento curricular apresenta um conjunto de potencialidades, entre as quais se destaca o facto de contribuir para a credibilização da Escola Pública, uma vez que corresponde à prestação de um serviço que vai de encontro às necessidades actuais de muitas famílias portuguesas, assim como, o facto de contribuir para a equidade social, na medida em que poderá permitir o acesso de crianças provenientes de meios sociais economicamente mais carenciados a um conjunto de experiências educativas das quais não poderiam usufruir de outro modo.

Em termos de vulnerabilidades, os autores salientam a possibilidade de hiper escolarização da vida das crianças, a gestão burocrática do projecto, a desqualificação profissional e social dos educadores e professores envolvidos, o facto de colocar em causa a monodocência enquanto modalidade de organização do trabalho dos professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico, bem como, de contribuir para o alargamento do tempo de educação formal. Este último aspecto está directamente relacionado com:

- O facto do Despacho considerar as actividades de apoio ao estudo e o ensino do inglês para os alunos do 3.º e 4.º anos de escolaridade, como actividades de carácter obrigatório;

- A designação de “professores” para se referir aos animadores das actividades;

- O facto da introdução do princípio da flexibilização curricular favorecer a falta de distinção entre as actividades curriculares tradicionais e as referidas actividades de enriquecimento curricular.

Para estes autores, as actividades de enriquecimento curricular marcam o início do processo de municipalização da educação básica.

O estudo desenvolvido por Matthews e outros (2009) que teve como objectivo a avaliação das políticas educativas e respectivas medidas ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, no nosso país, considerou que o programa das aec's tem alguns benefícios evidentes, os quais passaremos a enunciar:

- A oferta de actividades que satisfazem as necessidades das famílias e das crianças;

- A transferência de responsabilidades e recursos para os níveis local e de escola;

- A criação de parcerias que contribuem para o êxito do programa;

- São um meio de combater o isolamento das escolas, e consequentemente, dos alunos;

- A questão da equidade uma vez que todas as crianças podem ter acesso às actividades.

No entanto, o estudo desenvolvido por estes autores também destacou a existência de alguns problemas ou pontos fracos deste programa, os quais por vezes resultam da relação entre os municípios que se constituem na maioria dos casos como entidades promotoras deste programa, e os agrupamentos de escolas. Da análise efectuada destacam-se os seguintes aspectos:

- Dificuldades na coordenação da elaboração, planeamento e avaliação do programa;

- Sobreposição das actividades lectivas e das aec's;

- Falta de equidade dado que estas actividades são de oferta obrigatória mas de frequência facultativa;

- Restrições na liberdade local impostas pela legislação e pelos orçamentos que condicionam a decisão sobre o conteúdos programáticos;

- Falta de condições contratuais dos professores e a prontidão no seu pagamento, constatando-se que a verba transferida pelo Ministério nem sempre está à disposição dos municípios para que estes possam fazer o pagamento mensal aos professores.

Segundo o resultado deste estudo, o programa das actividades de enriquecimento curricular tem pela frente vários desafios dos quais destacamos o equilíbrio das tensões existentes entre o encorajamento da autonomia local e a distribuição de recursos para áreas de conteúdo específico, bem como, entre a escola ou agrupamento e o município.

Considerando a revisão da bibliografia sobre os processos de descentralização, territorialização e políticas educativas locais, bem como, as características do programa das actividades de enriquecimento curricular, surge a pertinência de verificar em que medida a implementação deste programa corresponde a uma verdadeira descentralização de competências do poder central para as autarquias locais. Neste processo, é de todo relevante não esquecer a tensão entre a necessidade que o Governo tem de transferir competências e atribuições aos municípios e a necessidade de manter o controlo sobre as políticas educativas. Este último aspecto torna-se evidente pelos constrangimentos e rigor exigido às autarquias enquanto entidades promotoras do programa. Assim, parece-nos interessante analisar esta problemática na perspectiva dos três principais actores que nela intervêm: o Estado que regula e controla não só a fase de implementação do programa, como também, os seus resultados; as autarquias que por um lado, vêem a sua intervenção condicionada pelas directrizes definidas centralmente, mas por outro lado, podem aproveitar o programa como fonte de recurso para desenvolver actividades dirigidas às escolas; e por último, as escolas que se constituem como o terceiro elemento deste processo, correndo o risco de serem meras “incubadoras” de um projecto criado pelo governo e implementado pelas autarquias.

Independentemente de se considerar que a implementação deste programa resultou de um verdadeiro processo de descentralização de competências para as autarquias, um facto parece-nos inquestionável, ele abriu as portas à entrada dos municípios nas escolas uma vez que enquanto entidades promotoras têm um papel a dizer em termos da oferta educativa. As autarquias passaram a estar envolvidas num processo que até aqui dizia respeito exclusivamente ao Ministério da Educação e aos agrupamentos de escolas, ou seja, na selecção e recrutamento do professores e monitores para leccionar estas actividades, ainda que de acordo com as directrizes definidas centralmente.

CAPÍTULO 2 – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

1. Breves Considerações Metodológicas

Como foi referido anteriormente, o presente estudo pretende recolher dados relativamente ao modo como as autarquias locais estão a implementar o programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico, procedendo à identificação dos procedimentos de gestão do mesmo, assim como, ao modo com este se enquadra nas políticas locais de educação e no processo de descentralização da administração da educação. Deste modo, o desenvolvimento desta investigação insere-se no tipo de estudos naturalistas uma vez que a sua análise incide numa realidade concreta, assumindo uma perspectiva comparativa, uma vez que se pretende analisar e comparar o modo como os aspectos referidos anteriormente ocorrem nas várias autarquias que participaram no nosso estudo.

Atendendo aos objectivos do estudo, a opção por uma abordagem de carácter qualitativo pareceu ser a mais adequada. A sustentá-la estão as características deste tipo de abordagem. Uma primeira característica tem a ver com o facto da investigação qualitativa compreender vários modos de inquirição que ajudam a perceber e a explicar os fenómenos sociais. Muitas vezes designada como investigação naturalista, este tipo de investigação baseia-se na ideia de que a realidade é construída pelos indivíduos ao interagir com o seu mundo, estando o investigador interessado em compreender o significado que estes dão a esse mundo (Merriam, 1998).

Segundo Bodgan e Bilken (1994) a investigação qualitativa tem várias características que podem coexistir num estudo: o ambiente natural é a fonte directa dos dados; o investigador é uma peça fundamental da investigação; é descritiva; o investigador tem mais interesse no processo que simplesmente nos resultados ou produtos; o investigador tende a analisar os dados de forma indutiva e o significado é muito importante.

Relativamente à generalização dos dados obtidos, importa referir que a sua interpretação final não é passível de generalizações para outros municípios, uma vez que estes são singulares e encontram-se inseridos num contexto local próprio.

A operacionalização da estratégia de investigação implicou um conjunto de procedimentos: os contactos com as câmaras municipais, a elaboração dos instrumentos

de recolha e produção de dados, recolha dos mesmos através da análise documental e das entrevistas e a análise e interpretação dos dados obtidos.

2. Técnicas de recolha/produção de dados

No presente estudo as técnicas de recolha dos dados consistiram na análise documental, ou seja, na “utilização de informação existente em documentos anteriormente elaborados com o objectivo de obter dados relevantes para responder às questões de investigação”. (Afonso, 2005, p. 88), na realização de entrevistas e na análise de conteúdo.

2.1. Recolha e análise documental

A análise documental tem como objectivo seleccionar, tratar e interpretar informação que é relevante para a caracterização do objecto do estudo.

Os documentos escritos são vistos como testemunhos que importa examinar metodicamente de modo a que se consiga determinar o seu alcance real, e tentar avaliar o grau de confiança a ser concedido, tanto no que são em si mesmos, como no seu conteúdo (Albarelo e outros, 1997).

Na selecção dos documentos é necessário salvaguardar a sua qualidade intrínseca, ou seja, deve-se evitar obter apenas os documentos que venham comprovar o nosso ponto de vista (Bell, 1997).

A recolha de informação teve início com a análise do quadro normativo respeitante ao programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico. Posteriormente, analisaram-se as cartas educativas dos municípios de Peniche e Sobral de Monte Agraço, documentos que serviram para complementar os dados obtidos através das entrevistas. De referir que apenas foram analisadas as cartas educativas das duas autarquias mencionadas anteriormente, uma vez que só nestes casos os entrevistados quando questionados acerca da existência de um documento orientador da política educativa fizeram referência às mesmas.

2.2. Entrevistas

Na opinião de Bodgan e Bilken (1994) a entrevista pode ser um instrumento utilizado como estratégia única na recolha de dados, ou como estratégia conjunta com outras técnicas, nomeadamente, com a análise documental, assim, e segundo os autores, “a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (p.134).

No presente estudo, as entrevistas englobaram três momentos: planificação, realização e transcrição.

Num primeiro momento, a planificação incluiu a preparação do protocolo das entrevistas através da construção de dois guiões elaborados a partir das questões de pesquisa e dos eixos de análise do projecto de investigação; um guião com questões de natureza política a colocar aos vereadores ou responsáveis políticos pela educação, e outro guião, com questões mais de natureza descritiva a colocar aos técnicos das autarquias responsáveis pela gestão do programa das aec's. As entrevistas foram solicitadas a todos os Presidentes de Câmara cujas autarquias pertencem à Comunidade Intermunicipal do Oeste, por carta e por e-mail (ver anexo I) onde se informava dos objectivos e contexto do estudo, por outro lado, foram estabelecidos contactos telefónicos e/ou via e-mail que permitiram acordar a data para a realização das entrevistas.

No segundo momento, deu-se a deslocação às respectivas autarquias onde se realizaram as entrevistas. Numa primeira abordagem, foram explicitados os procedimentos inerentes à legitimação da entrevista, ou seja, procedeu-se a uma apresentação geral do estudo explicando os seus objectivos e pertinência, tendo sido solicitada a autorização para a gravação áudio da entrevista, a qual seria depois enviada ao entrevistado para que pudesse clarificar ou rectificar as suas declarações.

Segundo Bodgan e Bilken (1994) a validação das entrevistas reflecte “a preocupação com o registo tão rigoroso quanto possível do modo como as pessoas interpretam os significados.” (p.51).

As entrevistas foram realizadas nas instalações das respectivas câmaras municipais sendo que a duração média foi de 60 minutos, tendo sido gravadas e posteriormente transcritas (terceiro momento). O texto obtido foi enviado aos entrevistados para

introdução de alterações ou precisões formais e posteriormente devolvido, sendo de registar a introdução de pequenas alterações de pormenor.

De seguida, apresenta-se a lista dos entrevistados e a data da realização das entrevistas:

Quadro n.º 2 – Entrevistados e datas da realização das entrevistas

Nome	Função	Data da entrevista	Local
Jorge Riso	Vice-Presidente e Vereador da Educação	13 de Março de 2009	CMAlenquer
Miguel Neto	Técnico Superior	23 de Março de 2009	CMTorresVedras
Rodrigo Ramalho	Chefe de Divisão	23 de Março de 2009	CMTorresVedras
Luís Soares	Vereador da Educação	31 de Março de 2009	CMSobraldeMonteAgraço
Catarina Henriques	Técnica Superior	31 de Março de 2009	CMSobraldeMonteAgraço
José Tomé	Vereador da Educação	6 de Abril de 2009	CMLourinhã
Jorge Amador	Vice-Presidente e Vereador da Educação	8 de Abril de 2009	CMPeniche
Raúl Santos	Técnico Superior Requisitado	8 de Abril de 2009	CMPeniche
Ana Sofia Godinho	Técnica Superior	8 de Abril de 2009	CMÓbidos
Telmo Faria	Presidente de Câmara	8 de Abril de 2009	CMÓbidos
Teresa Porfírio	Técnica Superior	12 de Abril de 2009	CMCadaval
Tinta Ferreira	Vereador da Educação	16 de Abril de 2009	CMCaldasdaRainha
José Maria Carepa	Técnico Superior Requisitado	21 de Abril de 2009	CMNazaré

Como se pode constatar pela análise do quadro anterior concederam as entrevistas solicitadas nove autarquias, o que corresponde a 75% do total de municípios que compõem a OesteCIM. Relativamente aos entrevistados, seis das treze entrevistas realizadas foram com autarcas, sendo que em duas das entrevistas os políticos responderam também às questões mais técnicas, ou seja, às que faziam parte da entrevista aos técnicos, o que demonstra um conhecimento por parte dos mesmos relativamente ao processo de implementação e gestão desta programa. Por outro lado, em três dos municípios referidos o responsável político delegou num técnico superior

afecto à área da educação a responsabilidade de responder não só às questões técnicas, como também, às questões políticas. Constatou-se ainda que dos técnicos entrevistados apenas um exerce um cargo de direcção. De salientar ainda que no caso da autarquia de Alenquer foi realizada apenas a entrevista ao responsável político, uma vez que a parte técnica está a cargo do investigador do presente estudo.

Objectivos das entrevistas

O principal objectivo da realização das entrevistas foi recolher informações e opiniões relativamente ao modo como as autarquias estão a implementar o programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º Ciclo do ensino Básico, assim como, o modo como se enquadra na política educativa local.

Os guiões das entrevistas foram elaborados de acordo com os seguintes objectivos:

Entrevistas aos Vereadores dos pelouros da educação, ou responsáveis políticos pela educação:

- Recolher dados que permitam perceber em que medida a implementação do programa das aec's se enquadra na política local de educação;
- Contextualizar a sua implementação no âmbito da descentralização e transferência de competências na área da educação.

Entrevista aos Técnicos das autarquias responsáveis pelo programa das Aec's:

- Recolher dados que permitam caracterizar a gestão administrativa do programa das Aec's por parte das autarquias.

De acordo com os objectivos referidos, os guiões foram estruturados em blocos temáticos tendo-se identificado as principais questões e sub-questões orientadoras para a recolha da informação desejada (conforme guiões em anexo). De seguida, passaremos a descrevê-los.

Entrevista aos vereadores ou responsáveis políticos pela educação:

Bloco A

Autarquia enquanto entidade promotora do programa das aec's

Os objectivos específicos deste bloco foram os seguintes:

- Identificar as razões políticas que levaram a autarquia a ser a entidade promotora do programa das aec's;
- Caracterizar as percepções que o representante autárquico tem do programa das aec's.

Bloco B

Enquadramento das aec's no processo de descentralização e transferência de competências na área da educação

O objectivo específico deste bloco foi identificar as relações entre as aec's e o processo de descentralização de competências.

Bloco C

Relação entre as aec's e as políticas locais/municipais de educação

Quanto a este bloco, o objectivo específico foi identificar as relações entre o programa das aec's e a política educativa local.

Bloco D

Articulação das aec's com outros projectos sócio-educativos

O objectivo específico deste bloco foi verificar se existe articulação entre as aec's e outros projectos desenvolvidos pela autarquia.

No que diz respeito à entrevista aos técnicos responsáveis por este programa das aec's, o bloco temático foi o seguinte:

Bloco A

Gestão administrativa das Aec's

Os objectivos específicos deste bloco foram os seguintes:

- Identificar os procedimentos que as autarquias adoptam na gestão do programa;
- Identificar os mecanismos de monitorização/avaliação do programa;
- Conhecer os mecanismos de articulação entre a autarquia e os parceiros na implementação do programa.

2.3. Análise de conteúdo

Bardin (1977) considera que a análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p. 37).

Para Quivy (2005) a análise de conteúdo “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e

complexidade e (...) permite quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis” (p. 227).

No tratamento dos textos provenientes da recolha dos dados foi mobilizada a técnica da análise de conteúdo, facto que encontra a sua justificação nas definições referidas anteriormente. O tratamento da informação foi efectuado em três fases:

Na primeira fase que diz respeito à organização dos dados, procedeu-se a uma “leitura flutuante” dos textos e à constituição de um *corpus*, ou seja, um “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p. 90).

Na segunda fase procedeu-se à elaboração de sínteses descritivas de cada entrevista tendo em atenção os aspectos mais relevantes de acordo com os objectivos das mesmas, bem como, as questões de partida do estudo (ver anexo IV).

A terceira fase diz respeito à categorização ou seja, é “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente estabelecidos. As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo)” (Bardin, 1997, p.111). O desenvolvimento de categorias de significação resultou da interacção entre os eixos de análise presentes na elaboração das entrevistas e os padrões e tópicos que emergiram da “leitura flutuante” dos textos.

Como considera Afonso (2005), a consolidação da listagem de categorias passa pela sua organização numa hierarquia, bem como, pela integração das categorias mais específicas em categorias mais amplas (no caso do nosso estudo, categorias e sub-categorias).

Na construção da grelha de categorias foram considerados sete blocos de análise, sendo que cada bloco integra uma categoria e várias sub-categorias (ver anexo V), as quais passaremos a enunciar.

No primeiro bloco, a categoria pretende caracterizar os antecedentes das actividades de enriquecimento curricular, através das seguintes sub-categorias: actividades desenvolvidas anteriormente e razões da adesão da autarquia ao programa das aec's.

No segundo bloco, a categoria tem como objectivo caracterizar as modalidades de execução do programa das aec's identificando e justificando: os protocolos e/ou

contratos estabelecidos com empresas; outros protocolos ou contratos estabelecidos e a utilização de recursos internos.

No terceiro bloco, a categoria incide sobre as actividades tendo como objectivo identificar o respectivo pacote, bem como, a responsabilidade da selecção dessas actividades.

O quarto bloco tem como categoria a abrangência das actividades, onde as sub-categorias identificadas foram: os agrupamentos/escolas envolvidas e a taxa de adesão destas actividades.

No quinto bloco, a categoria diz respeito à gestão e as sub-categorias pretendem caracterizar: o planeamento, a monitorização e o balanço financeiro do programa.

O sexto bloco tem como categoria as políticas locais de educação, cujas sub-categorias pretendem caracterizar a sua articulação com as aec's; a sua existência; bem como, identificar as representações do entrevistado relativamente à descentralização de competências na área da educação.

No sétimo, e último bloco, pretende-se caracterizar o balanço deste programa, através das seguintes sub-categorias: constrangimentos; resultados positivos e insuficiências/processos de melhoria.

Para Afonso (2005) o investigador deve explorar o material empírico de natureza qualitativa de acordo com os seus objectivos de pesquisa, “mobilizando e testando estratégias produtoras de significados relevantes, transformando progressivamente os dados em elementos constitutivos de um novo texto (o texto significativo) (p. 118).

A análise de conteúdo não deve ser utilizada apenas com o intuito de descrever o conteúdo das mensagens, visto que o seu principal objectivo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção, através de indicadores. Deste modo, a primeira etapa da realização da análise de conteúdo consiste na enumeração ou descrição resumida após o tratamento das características do texto, sendo que a interpretação, ou seja, o significado atribuído a essas características é a última etapa deste processo no qual a inferência tem um papel fundamental. Segundo Holsti, citado por Bardin (1977), a “intenção de qualquer investigação é produzir inferências válidas” (p.130).

Deste modo, no tratamento de dados qualitativos à medida que é feita a análise dos dados e que se constrói o texto interpretativo, deve haver o cuidado de responder de

modo claro às questões de pesquisa elaboradas no início do estudo, de modo coerente com o enquadramento teórico efectuado. (Afonso, 2005).

Relativamente ao modo como decorreu o processo de recolha dos dados é de referir que as autarquias aderiram bastante bem ao estudo, o que foi notório na disponibilidade demonstrada pelos autarcas e técnicos entrevistados, sendo que alguns realçaram a pertinência do estudo e demonstraram interesse em conhecer os seus resultados. Foi criado um clima de bastante empatia entre o entrevistador e os entrevistados, o que facilitou bastante a recolha dos dados. De lamentar o facto das autarquias de Alcobaça, Arruda dos Vinhos e Bombarral não terem participado no estudo, apesar de termos estabelecido vários contactos via e-mail, carta e telefone na tentativa de obtermos uma resposta positiva, a qual nunca se veio a verificar. Contudo, apesar de não ter sido realizada uma análise exaustiva da realidade de cada autarquia, consideramos que esta é representativa uma vez que recolhemos e tratámos informação bastante diversificada, num número significativo de municípios.

CAPÍTULO 3 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De seguida, procederemos à apresentação, análise e interpretação dos dados do estudo, recolhidos através das entrevistas aos responsáveis políticos pelos pelouros da educação e técnicos das autarquias, bem como, da análise documental.

O presente capítulo está organizado de acordo com os eixos de pesquisa inerentes ao estudo, os quais delinearão a definição das categorias de análise de conteúdo, desenvolvendo-se de acordo com os seguintes tópicos:

- Oferta educativa das autarquias e a implementação do programa das actividades de enriquecimento curricular, com destaque para os seguintes aspectos:
 - Oferta educativa dos municípios antes do aparecimento das aec's;
 - Razões que levaram as autarquias a serem as entidades promotora deste programa.

- Gestão administrativa do programa das aec's, a qual incidirá nos seguintes aspectos:
 - Tipo de protocolos ou acordos estabelecidos para a implementação das actividades;
 - Procedimentos relativos ao planeamento das aec's, bem como, à articulação com as entidades parceiras deste projecto;
 - Balanço financeiro;
 - Professores/monitores;
 - Planeamento;
 - Mecanismos de avaliação e de monitorização.

- Balanço do programa de acordo com as opiniões dos técnicos e responsáveis políticos das autarquias, relativamente aos seguintes tópicos:
 - Constrangimentos sentidos pelas autarquias na implementação deste programa;
 - Aspectos positivos;
 - Insuficiências, bem como, os processos/aspectos a melhorar.

- Articulação entre a política educativa municipal e o programa das aec's salientando a existência ou não de uma política educativa local;

- Transferência de competências na área da educação, incidindo na perspectiva dos autarcas e técnicos.

De acordo com a organização referida, apresentam-se de seguida as reflexões para cada um dos tópicos elencados.

1. Oferta educativa das autarquias e a implementação do programa das actividades de enriquecimento curricular

Neste ponto faremos referência aos motivos que levaram as autarquias a aceitarem constituir-se como entidades promotoras deste programa, e faremos referência à oferta de actividades existente antes do aparecimento das aec's.

No ponto 14 do Despacho 14460/2008, de 26 de Maio, encontram-se definidas as entidades que podem ser promotoras do programa das aec's: autarquias locais, associações de pais e de encarregados de educação, instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e agrupamentos de escolas.

Na Comunidade Intermunicipal do Oeste todas as autarquias se constituíram como entidades promotoras deste programa, sendo que a oferta de actividades de modo gratuito já se verificava em seis das nove autarquias que participaram no nosso estudo, antes do aparecimento das aec's. De referir que esta é uma realidade que não é de todo generalizável ao que se passa no resto do território nacional, uma vez que nem sempre as autarquias assumem este papel.

As razões que levaram as autarquias a constituírem-se como entidades promotoras do programa das aec's, prendem-se na maioria dos casos com o facto de permitir a continuidade dos projectos que já estavam a ser desenvolvidos, conforme se constata nas afirmações que se seguem:

“ (...) já tínhamos portanto algum know-how na montagem de programas deste género e entendemos que se alguém o tinha de fazer concerteza que seria a autarquia, pela experiência que tínhamos e pela proximidade com as estruturas educativas do nosso município.” (E3).

“ (...) foi no fundo concretizar um trabalho que já vinha a ser desenvolvido, mais abrangente, com mais actividades e estruturado de outra forma.”. (E10).

Foram ainda referidos motivos relacionados com a promoção da igualdade de oportunidades, uma vez que é dada a oportunidade a todas as crianças para

frequentarem estas actividades; com o investimento que as autarquias estão a fazer na área da educação; assim como, com o facto do normativo legal considerar as autarquias como as entidades privilegiadas para promoverem este programa.

Neste contexto, importa referir que um dos autarcas considerou que a implementação deste programa deveria ser, não da responsabilidade das autarquias, mas antes dos agrupamentos de escolas:

“Eu penso que esta responsabilidade não deveria ser das autarquias mas antes dos agrupamentos de escolas porque eles é que têm condições para contratar professores, ou seja, estas actividades deveriam passar a ser curriculares (...)” (E12).

Salientamos ainda as dificuldades que as autarquias enfrentaram na implementação deste programa, sobretudo no primeiro ano, uma vez que muitas escolas estavam a funcionar em regime de horários duplos e as autarquias tiveram de arranjar espaços alternativos e deslocar os alunos para que os mesmos tivessem acesso às actividades.

Quadro n.º 3 – Actividades oferecidas por Autarquia antes do aparecimento das aec's

Autarquia	Actividades
Alenquer	-
Cadaval	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música
Caldas da Rainha	Actividade Física e Desportiva
Lourinhã	Actividade Física e Desportiva, incluindo Natação
Nazaré	Natação e projecto “Escolinhas”
Óbidos	-
Peniche	-
Sobral M. Agraço	Actividade Física e Desportiva, incluindo Natação
Torres Vedras	Expressão Físico-Motora, incluindo Natação

No que diz respeito à oferta proporcionada pelas autarquias antes do surgimento das aec's, importa referir que ao contrário do que se passa actualmente, estas actividades eram leccionadas em tempo lectivo. Na maioria dos casos era realizada no âmbito da actividade física e desportiva, e mais especificamente, da natação, conforme se verifica no quadro anterior, assim como, na afirmação seguinte:

“Antes de haver enriquecimento curricular com o inglês, a câmara tinha um projecto da expressão físico-motora que incluía a ida das crianças à natação em duas piscinas do concelho, nessa altura totalmente suportados pela câmara.” (E2).

Como se constata na afirmação que se segue, o município do Cadaval para além da oferta desta actividade, proporcionava ainda o inglês e a educação musical, precisamente as áreas que são privilegiadas no âmbito das actividades de enriquecimento curricular.

“Quando saiu o 1.º modelo das aec's nós já tínhamos 3 anos de experiência, uma experiência piloto com o agrupamento de escolas, só temos um, nós chamávamos o projecto de extensão curricular, em que ministrávamos ao 3.º e 4.º ano aulas de inglês, educação física e educação musical”. (E11).

De destacar também o caso do município das Caldas da Rainha que para além da actividade física e desportiva no 1.º ciclo, tinha também a oferta do inglês ao nível da educação pré-escolar.

2. Gestão administrativa do programa das aec's

Neste ponto abordaremos os seguintes aspectos: acordos de colaboração, pacote de actividades, balanço financeiro, professores/monitores, planeamento e mecanismos de monitorização e avaliação do programa.

2.1. Acordos de colaboração/Contratos/Protocolos

Ao implementar o programa das aec's as autarquias tomaram opções diferenciadas, estabelecendo protocolos, acordos de colaboração e/ou contratos com vários tipos de instituições:

- a) Associações locais;
- b) Escolas de música, banda filarmónica;
- c) Juntas de freguesia;
- d) Empresa municipal;
- e) Clubes desportivos e recreativos;
- f) Empresas privadas.

Relativamente aos protocolos estabelecidos com associações locais, apenas os municípios da Nazaré, Sobral de Monte Agraço e Óbidos não recorreram a este tipo de

instituições para implementar o programa, sendo de salientar algumas referências ao papel desempenhado por estas associações nos casos das autarquias que recorreram às mesmas:

“ (...) são associações sem fins lucrativos e essa foi também uma oportunidade para revitalizar algumas associações que não tinham utilização das suas instalações e aproveitar o know-how de algumas associações mais desenvolvidas que tiveram a capacidade de se tornar parceiros importantes neste projecto.” (E3).

“ (...) temos protocolos com associações, já tínhamos trabalhado com estas associações antes das aec's e participávamos apenas uma parte desses projectos, agora que temos oportunidade de os compensar, pensamos que se estava a ser feito um bom trabalho não havia motivo para não dar continuidade.” (E12).

Importa referir que os protocolos estabelecidos com estas associações locais foram de dois tipos, para a contratação dos professores/monitores que iriam dinamizar as actividades e/ou para o aluguer de espaços, uma vez que sobretudo para a actividade física e desportiva as escolas não possuem espaços físicos adequados, sendo esta última situação a que mais se verifica.

Relativamente às escolas de música, o despacho que regulamenta as aec's no ponto 1 do artigo 15.º do regulamento de acesso ao financiamento do programa das aec's, define que as entidades promotoras no âmbito do ensino da música devem preferencialmente estabelecer acordos de colaboração com escolas especializadas. No entanto, é necessário referir que nem todas as autarquias têm escolas de música no seu concelho, apenas os municípios de Óbidos e de Torres Vedras recorreram a este tipo de acordos de colaboração.

As juntas de freguesia são autarquias nas quais muitas vezes os municípios delegam competências e no caso da implementação deste programa, em Torres Vedras as juntas de freguesia são responsáveis pela implementação do ensino do inglês, sendo que em Alenquer as mesmas realizam alguns transportes escolares.

Apenas a autarquia de Sobral de Monte Agraço referiu ter estabelecido um protocolo com a empresa municipal que gere as piscinas, protocolo esse, estabelecido no âmbito da actividade física e desportiva.

A realização de protocolos com associações/clubes desportivos foi referida pelas autarquias de Alenquer, Cadaval, Caldas da Rainha, Torres Vedras e Peniche.

De referir que as autarquias do Cadaval, Caldas da Rainha, Óbidos e Torres Vedras contratualizaram a prestação de serviços com empresas privadas, mas apenas a autarquia do Cadaval contratualizou a totalidade das actividades, as restantes estabeleceram protocolos com outras entidades para além de empresas. A justificação dada pela técnica do município da Cadaval para a escolha de uma empresa foi a seguinte:

“Este ano lectivo o despacho que saiu veio alterar algumas situações, e decidimos contratualizar, com uma empresa a totalidade dos serviços lectivos... Tem a ver com o nova lei da contratualização pública, deixou de ser possível estabelecer avenças. Uma vez que se tinha constituído no mercado local uma empresa com professores que já tinham experiência connosco, a proposta apresentada foi favorável e tendo sido cumpridos todos os requisitos fizemos esta opção, até porque era um imperativo legal.” (E10).

No que diz respeito aos motivos das restantes autarquias que recorreram aos serviços de empresas, eles prendem-se sobretudo com o facto de não poderem estabelecer uma prestação de serviços com pessoas singulares, facto que se verificou quando surgiu este programa.

Quando questionados acerca da possibilidade desta contratualização com empresas introduzir uma certa privatização na educação, os entrevistados foram unânimes em considerar que esse risco não se verifica.

“ (...) O que nós fizemos foi uma parceria público-privada em que nos controlamos o contrato que fizemos. Entendia que haveria uma intromissão dos privados nesta situação se tivéssemos entregue toda a responsabilidade de organizar, gerir e avaliar todo o processo. A experiência que temos até agora é positiva, tirou-nos alguma sobrecarga nomeadamente ao nível da substituição dos professores”. (E11).

“ (...) Penso que não, e neste caso não é um risco necessariamente grave, é apenas uma pequena parte do ensino destas crianças. A grande maioria das actividades não são contratadas a entidades privadas, só 2 é que são, de resto são associações sem fins lucrativos (...)”. (E3).

Todas as autarquias estabeleceram protocolos com os agrupamentos de escolas, facto que como se verifica seguidamente, está previsto no despacho n.º 14460, de 26 de Maio de 2008

“Os agrupamentos de escolas devem planificar as actividades de enriquecimento curricular com uma das entidades referidas no número anterior. Mediante a celebração de um

acordo de colaboração. Preferencialmente essa planificação deve ser feita com as autarquias locais, que se constituem como entidades promotoras.” (n.º 15 do referido despacho).

2.2. Actividades

“Consideram-se actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação à escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente: actividades de apoio ao estudo; ensino do inglês; ensino de outras línguas estrangeiras; actividade física e desportiva; ensino da música; outras expressões artísticas; outras actividades que incidam nos domínios identificados.” (Ponto 9, Despacho 14460/2008).

Importa referir que relativamente à escolha do pacote de actividades a proporcionar aos alunos, o regulamento de acesso ao financiamento das aec's no ponto 3 do artigo 3.º considera 4 hipóteses que condicionam o referido financiamento, e logo a respectiva escolha das actividades. Em termos do apoio financeiro concedido pelo Ministério da Educação às entidades promotoras, a comparticipação máxima atribuída é de 262,5€ por aluno para o pacote constituído por ensino do inglês, ensino da música e actividade física e desportiva, o qual passamos a designar por pacote base. Ao fazer a análise do pacote de actividades oferecido pelas diversas autarquias, verificamos que apenas 3 oferecem o pacote base definido pelo ME, tal como se pode constatar no quadro seguinte:

Quadro n.º 4 - Pacote de actividades por autarquia

Autarquia	Actividades oferecidas
Alenquer	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música, Expressão Dramática e Expressão Plástica
Cadaval	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música
Caldas da Rainha	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música, Tecnologias da Informação e Sensibilização Ambiental
Lourinhã	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música
Nazaré	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música, TIC e Educação pelas Artes
Óbidos	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música, "Ciência Divertida", "Mindlab", Programa "Descobre o teu talento"
Peniche	Inglês, Actividade Física e Desportiva, "Movimento, Música e Drama"
Sobral M. Agraço	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música
Torres Vedras	Inglês, Actividade Física e Desportiva, Ensino da Música, "Ciência Divertida", "Mindlab", Projecto "Ser criança"

A análise das actividades oferecidas por cada autarquia remete-nos para a questão da generalização da oferta a todos os alunos, o que nalguns casos não se verifica. Na autarquia de Alenquer a expressão dramática e a expressão plástica são oferecidas em substituição, ou da música ou da actividade física e desportiva, nos casos em que não é possível oferecer o pacote base. A autarquia das Caldas da Rainha introduziu as tecnologias da informação e a sensibilização ambiental apenas para o 1.º e 2.º anos de escolaridade. No caso da Nazaré, as tecnologias da informação e comunicação são dirigidas ao 1.º e 2.º anos e a educação pelas artes ao 3.º e 4.º anos de escolaridade.

Os Municípios de Óbidos e Torres Vedras são os que possuem uma maior oferta de actividades, para além do pacote composto pelas três actividades base existe ainda a oferta de outras três actividades, sendo que estas não são oferecidas em todas as escolas. No município do Cadaval, apesar da oferta ser igual para todos os alunos, as actividades não funcionam em todas as escolas.

“(…) Abrange todos os alunos mas não funciona em todas as escolas porque temos escolas diminutas. Assim, criámos núcleos transportando os alunos para centros escolares mais próximos.” (E11).

A única autarquia onde o pacote base não é igual em todas as escolas do concelho é a de Alenquer, facto que se prende com a dificuldade no recrutamento dos professores e que leva a que se opte por outras actividades.

Relativamente à **selecção** das actividades, o ponto 8 do despacho que regulamenta as aec's, define o seguinte:

“ As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades”.

O facto destas actividades deverem fazer parte dos projectos educativos dos agrupamentos remete para a necessidade de serem seleccionadas pela autarquia em conjunto com o agrupamento, facto que nem sempre acontece, como se pode verificar nas afirmações seguintes:

“(…) Eu penso que a tendência é para ser feita em conjunto mas este ano foi feita por nós, o agrupamento depois concordou”. (E13).

“ Enquanto entidade promotora apresentamos como facto consumado o pacote das actividades e não tivemos oposição.” (E12).

“ (...) nós estabelecemos que os agrupamentos tinham de chegar a um consenso e as actividades tinham de ser iguais em todo o concelho”. (E10).

No que concerne à **taxa de adesão** destas actividades, esta varia entre os 88% no Município do Cadaval e os 98% no Município da Nazaré.

Quadro n.º 5 – Taxa de adesão do programa das aec's por autarquia

Autarquia	Taxa de adesão
Alenquer	91%
Cadaval	88%
Caldas da Rainha	90%
Lourinhã	-
Nazaré	98%
Óbidos	91%
Peniche	95%
Sobral M. Agraço	-
Torres Vedras	97%

Estas taxas demonstram que a grande maioria dos alunos frequentam estas actividades. O facto da frequência em alguns municípios ser mais baixa pode estar relacionado com diversos factores da realidade de cada concelho, como por exemplo, a oferta local de outro tipo de actividades, ou o facto das crianças já estarem a frequentar outras actividades antes do aparecimento das aec's.

Relativamente à articulação das aec's com outros projectos desenvolvidos pela autarquia verificamos que na maioria das autarquias é realizado um esforço nesse sentido:

“ (...) Há a preocupação de haver articulação que passa muito pela nossa reivindicação no sentido de envolver os professores titulares de turma. As aec's não podem estar num compartimento à parte da actividade lectiva. Tem de haver estratégia comum porque tal como a legislação diz o professor titular de turma é o coordenador, o responsável”. (E10).

“ (...) Temos tentado que exista, no primeiro ano a preocupação foi que acontecesse, no 2.º ano que acontecesse bem e neste 3.º ano temos tido outro tipo de preocupações, o enriquecimento curricular tem estado presente noutros projectos que nós gerimos, nomeadamente na oeste infantil e numa série de outros projectos onde fazemos questão que exista demonstrações do enriquecimento curricular para que as pessoas possam perceber o trabalho que é feito”. (E3).

2.3. Balanço Financeiro

O facto de algumas autarquias terem uma oferta de actividades superior ao que está definido em termos normativos, remete-nos para o balanço financeiro do programa das aec's. Como referido anteriormente, o Ministério da Educação comparticipa o pacote base composto pelas três actividades (inglês, actividade física e desportiva e ensino da música) no entanto, alguns municípios possuem uma oferta superior, suportando os respectivos custos.

No que diz respeito a estes custos, importa referir que a implementação destas actividades para além da contratação de professores/monitores, pode implicar custos com aluguer de espaços exteriores às escolas, bem como, com transportes escolares e com o acompanhamento das crianças. Neste contexto, podemos distinguir dois tipos de situações, os casos em que os técnicos ou autarcas afirmam existir um equilíbrio financeiro entre a verba recebida do poder central e as despesas com estas actividades, e os casos em que é referida a existência de um claro investimento financeiro por parte das autarquias, uma vez que a verba comparticipada não cobre as despesas de funcionamento das actividades, tal acontece em quatro das nove autarquias que participaram no estudo.

“(…) a verba que vem do Ministério da Educação pagará cerca de um terço da despesa com este programa”. (E13).

“A autarquia faz um investimento de 20% no custo deste programa” (E12).

“O que recebemos do Ministério da Educação não paga a despesa com as aec's, a autarquia faz um investimento de 51%”. (E8).

“A câmara está neste momento a suportar 54% do valor total do enriquecimento”. (E2).

Em duas autarquias foi referido o facto de não existir uma contabilidade analítica o que faz com que não se consigam apurar os custos deste programa de forma precisa.

Julgamos que este programa espelha o investimento que as autarquias têm vindo a realizar na área da educação uma vez que a verba gasta com estas actividades é em vários casos superior ao valor da comparticipação atribuída pelo Ministério da Educação.

2.4. Professores/Monitores

Os artigos 9.º, 12.º, 16.º e 19.º do regulamento de acesso ao financiamento do programa das actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, definem o perfil dos professores a contratar estabelecendo as habilitações necessárias para os professores de inglês, de actividade física e desportiva, de ensino da música e de outras actividades de enriquecimento curricular, isto nos casos em que a entidade promotora opte por uma actividade diferente das que constituem o pacote base.

No que diz respeito à selecção e recrutamento dos professores destas actividades, as autarquias assumem três tipos de posturas diferenciadas: cinco autarquias levam a cabo estes procedimentos em conjunto com os agrupamentos de escolas, três autarquias delegaram essa responsabilidade nas empresas ou associações com as quais contratualizaram os serviços, e ainda houve uma autarquia que encetou este processo sem a colaboração do agrupamento de escolas do concelho.

Em termos das remunerações dos professores, no ponto 4 do referido regulamento é fixado o índice a partir do qual os professores devem ser pagos, diferenciando caso tenham ou não uma licenciatura como habilitação literária.

Apesar de haver uma referência padrão para os pagamentos a efectuar aos professores das aec's, o valor hora pago não é unânime variando entre os 12€, valor pago na maioria dos casos e os 13,5€ valor pago apenas por uma autarquia. De registar que duas técnicas referiram não saber qual o valor hora pago aos professores, sendo que nessas autarquias os serviços foram contratualizados a empresas privadas.

De notar que a estabilidade do corpo docente que lecciona estas actividades, bem como, a precariedade em que por vezes trabalham, são uma preocupação manifestada por alguns técnicos e autarcas:

“ (...) as professoras estão satisfeitas, têm horários bons, com mais de vinte horas (...) portanto não temos tido desistências de professores como existiu nalguns sítios, penso que temos pessoas contentes a trabalhar connosco, embora eu continue a achar que a contratação não devia ser nossa”. (E4).

“ (...) de facto apostamos nos recursos humanos, tentamos que os recursos humanos tenham alguma estabilidade.”

De salientar que a autarquia de Caldas da Rainha implementou um projecto inovador no qual colocou uma docente para dar apoio às crianças com necessidades educativas especiais no âmbito das aec's.

A contratação de professores para leccionar as aec's foi um dos aspectos mais referidos, como um dos constrangimentos deste programa.

2.5. Planeamento

O Despacho 14460/2008 nos pontos 19, 20 e 21 estabelece o seguinte:

“A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares do grupo e os professores do 1.º ciclo titulares de turma, (...) devem ser tidos em conta e obrigatoriamente mobilizados os recursos humanos, técnico-pedagógicos e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento (...) e os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS”.

Cumprindo o que está definido no referido despacho, o planeamento das aec's foi efectuado pelos respectivos professores, apenas a autarquia da Nazaré participou neste processo, tal como refere o técnico entrevistado:

“(…) A base é nossa, o agrupamento teve alguma dificuldade inicial em absorver este programa, existe boa vontade mas também depende das pessoas que estão à frente de cada área. Nós acordámos com o agrupamento os conteúdos programáticos e enviámos para a DREL (...)”.

2.6. Mecanismos de monitorização e avaliação do programa

Como entidades promotoras do programa das aec's, todas as autarquias referiram efectuar a devida monitorização e avaliação do mesmo. Para tal, os mecanismos utilizados são sobretudo as reuniões trimestrais de avaliação e sempre que necessário os contactos informais.

Em termos das metodologias utilizadas na monitorização e avaliação do programa das aec's é de referir a utilização de análises Swot por parte da autarquia da Nazaré, e o inquérito realizado pela autarquia de Peniche aos encarregados de educação, cujos resultados foram considerados bastantes positivos pelo vice-presidente da autarquia.

Como forma de gestão e monitorização deste programa o técnico da Nazaré referiu que a autarquia irá implementar uma plataforma moodle onde irá constar toda a informação relativa às aec's.

No que diz respeito ao produto da avaliação, apenas no caso de Óbidos a avaliação efectuada é informal, nas restantes autarquias existe um relatório de actividades que em Torres Vedras e Nazaré é elaborado pelos técnicos da autarquia, no Cadaval é elaborado pela empresa que dinamiza as actividades e em Alenquer, Caldas da Rainha e Peniche é efectuado pelos agrupamentos de escolas.

3. Balanço Geral do programa

A maioria dos técnicos e autarcas considerou que a implementação das aec's veio aumentar as competências das autarquias em termos de educação.

Os principais constrangimentos elencados foram os seguintes:

- Dificuldades na contratação de professores;
- Condições físicas das escolas e falta de espaços adequados nas escolas para o desenvolvimento das actividades;
- Relações entre os professores titulares de turma e os professores das aec's;
- Comparticipação financeira do Ministério da Educação;
- Isolamento de algumas escolas e a dificuldade no transporte das crianças dessas escolas.

Em termos de aspectos positivos salientamos:

- Democratização do acesso a este tipo de actividades;
- Carácter gratuito da oferta;
- Resposta às necessidades das famílias uma vez que a implementação deste programa veio permitir que as escolas tivessem um horário de funcionamento mais alargado;
- Satisfação dos alunos com estas actividades;
- Vantagens no desenvolvimento das crianças;
- Conhecimentos adquiridos pelas crianças;
- Quebra do isolamento das escolas mais pequenas;

Quanto aos processos de melhoria, foram referidos os seguintes aspectos:

- Necessidade de ajustar os conteúdos programáticos do 2.º ciclo ao nível do ensino do inglês, ensino da música, actividade física e desportiva;

- Necessidade das alterações a introduzir pelo Ministério da Educação no programa serem comunicadas às entidades promotoras com a devida antecedência;
- Necessidade de melhoria das relações entre os professores titulares de turma e os professores das aec's.

Em termos gerais, podemos dizer que quer a opinião dos técnicos, como a dos autarcas relativamente a estas actividades, é bastante positiva, sendo que estes últimos consideram-nas como parte do investimento que as autarquias têm vindo a fazer na área da educação.

4. Política Educativa Municipal e a articulação com o programa das aec's

Apesar de nem sempre se verificar a existência de um documento formal e específico onde conste a política educativa dos municípios, todos os entrevistados foram unânimes em considerar que este programa se enquadra na política educativa do seu município. Quando confrontados acerca do modo como as aec's se inseriam nessa política, foram referidos, entre outros, os seguintes aspectos:

“Existe uma vontade forte de apostar no pré-escolar e no 1.º ciclo embora também existam alguns projectos para o 2.º e 3.º ciclos e para o secundário, mas com a vontade de qualificar melhor as nossas crianças o enriquecimento curricular veio permitir uma aposta grande da câmara”. (E3).

“(…) Inserem-se sobretudo pela questão da universalidade que entendemos que é o primeiro factor, e foi a primeira condição que colocámos para ser a entidade promotora”. (E4).

“(…) Insere-se porque no âmbito da política educativa do município a grande missão deverá ser proporcionar aos munícipes e às famílias as melhores condições para uma educação integral e a esta não passa só pela educação lectiva, passa por outros aspectos nomeadamente o suprimir algumas dificuldades que as famílias teriam no acesso a algumas actividades”. (E11).

No que diz respeito à política educativa local, três autarcas referiram não existir um documento escrito, institucional, onde esteja definida essa política.

“ Neste momento não há um documento escrito, formal relativamente à política educativa mas há uma postura educativa da câmara que é a preocupação relativamente à qualificação dos espaços de educação dando melhores condições aos alunos e aos professores para se poder exigir qualidade de ensino”. (E10).

Os restantes autarcas e técnicos entrevistados fazem referência à carta educativa ainda que em dois casos reconheçam que este documento não é muito relevante em termos da definição da política educativa do município, mas antes em termos de reordenamento da rede escolar.

“O documento que nós temos é a carta educativa que tem muitas medidas, não só as relativas à construção física dos espaços mas que foi um estudo aprofundado que fizemos. É um documento orientador que nos dá uma grande ajuda não só em termos de reordenamento da rede, mas também, de medidas complementares que consideramos importantes e que nos orientam na nossa acção”. (E4).

“(…) nós temos a carta educativa que foi das primeiras medidas que tomámos e que é um instrumento relativo não só ao planeamento mas também é a concepção que temos de educação no concelho”. (E6).

“Temos a carta educativa mas em termos de política educativa não é muito relevante”. (E13, p. 6)

“Em termos de planeamento físico temos a carta educativa que também nos dá algumas orientações no sentido do que queremos estruturalmente”. (E11).

A análise das cartas educativas dos municípios de Peniche e Sobral, os únicos que identificaram de forma clara este documento como sendo orientador da política educativa, revelaram que apenas no último caso são definidos os princípios orientadores e os objectivos estratégicos da política educativa municipal, de entre os quais destacamos o seguinte objectivo:

“Cooperar num projecto educativo local que promova a participação de todos os intervenientes na educação e a evolução qualitativa da mesma”. (Carta Educativa do Município de Sobral de Monte Agraço, p. 20).

No entanto e apesar desta referência, esta autarquia não está a desenvolver qualquer projecto educativo local.

De salientar que neste contexto, o autarca de Caldas da Rainha considerou que a elaboração do projecto educativo concelhio não deve ser um processo próprio do município:

“Não temos um projecto educativo concelhio, embora isso já tenha sido equacionado no concelho municipal de educação, no entanto, consideramos que este não deve ser um projecto específico do município”. (E12).

O município do Cadaval é o único onde o projecto educativo local está em fase de construção. De referir também que o autarca de Alenquer salientou a pertinência da elaboração deste documento.

O presidente da câmara municipal de Óbidos tem uma política educativa muito particular defendendo a criação de um *sistema municipal de educação*:

“ (...) temos um gabinete que terá de estar 6 ou 7 anos a desenvolver um sistema municipal de educação, nós queremos chegar às escolas municipais. O Ministério da Educação deve definir o currículo, os objectivos nacionais, a forma como executamos deve ser nossa. O trabalho do município de Óbidos é nesse aspecto muito inovador, pioneiro, porque procura desbravar uma situação nova no contexto das políticas públicas de educação em Portugal”. (E2).

4.1. As aec's e o Conselho Municipal de Educação

O conselho municipal de Educação foi um órgão implementado para a definição e articulação das políticas locais de educação, conforme consta no Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, neste contexto, procurámos saber se o programa das aec's era um assunto debatido nas reuniões realizadas. Verificámos que na maior parte das autarquias este assunto não foi tratado, sendo que este facto só se verificou em duas autarquias:

“A implementação deste programa foi levado a CME logo no seu início, ultimamente não tem sido um assunto em debate até porque estamos neste momento num período de transição para um novo conselho”. (E12).

“ (...) Algumas questões foram, de preferência fazemos essa discussão em reuniões com os conselhos executivos dos agrupamentos, reuniões individuais com cada um desses conselhos executivos. O programa também já foi discutido e avaliado no conselho municipal de educação”. (E3).

De referir que na autarquia de Peniche, da discussão realizada no conselho municipal de educação resultou a necessidade da realização de um inquérito aos encarregados de educação.

5. Transferência de competências na área da educação – A perspectiva das autarquias

O processo de transferência de competências do poder central para as autarquias locais em matéria de educação tem sido progressivo e regulamentado por vários normativos, entre os quais destacamos o Decreto-Lei n.º 144/2008 que veio reforçar a necessidade da contratualização na educação, uma vez que implicou a assinatura de um contrato de execução entre as autarquias que aderiram ao processo e o Ministério da Educação, de onde constou um aspecto particularmente importante para os municípios, ou seja, a definição dos meios financeiros a transferir, aspecto que não constou noutros diplomas legais estabelecidos anteriormente.

“O Governo entende que se impõe um aprofundamento da verdadeira descentralização, completando o processo de transferência de competências para os municípios, em paralelo com a alocação dos recursos correspondentes.” (Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho).

Das nove autarquias que participaram no nosso estudo apenas as de Alenquer, Lourinhã e Óbidos aderiram ao processo de transferência de competências e assinaram o referido contrato. Um dos principais argumentos utilizados por estes municípios para a tomada desta decisão, foi o facto das autarquias estarem mais próximas das populações locais do que os órgãos do poder central, o que permitirá ter um melhor conhecimento da realidade, bem como, resolver os assuntos e /ou problemas de modo mais célere.

“Percebo que as autarquias tenham algum receio nisso mas a questão da proximidade permite também que encontremos outras soluções que outro poder mais distante não conseguiria” (E10).

Nos restantes municípios, os autarcas entenderam não estarem reunidas as condições necessárias para a assinatura do respectivo contrato de execução, sendo que os motivos apresentados foram os seguintes:

- Dúvidas relacionadas com a gestão do parque escolar do 2.º e 3.º ciclos;
- Dúvidas relativamente à gestão do pessoal não docente;
- Discordância com o modo como a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo conduziu o processo de negociação com as autarquias;
- O facto da estrutura orgânica da autarquia não estar preparada para assumir novas competências.

5.1. Relação das aec's com o processo de transferência de competências na educação

Tal como podemos constatar no preâmbulo do Despacho 14460/2008, o programa das aec's surgiu no seguimento da política do Governo de transferir competências para as autarquias locais:

“Tendo presente que o Ministério da Educação partilha com as autarquias a responsabilidade dos estabelecimentos (...) e ainda a necessidade de continuar a consolidar e alargar as atribuições e competências das autarquias(...)”. Preâmbulo do Despacho 14460/2008.

Alguns técnicos e autarcas entrevistados não concordaram com a forma como o processo de transferência de competências foi conduzido:

“ No quadro destas competências que passaram para os municípios na área da educação já vêm as aec's, mas vêm outras áreas que irão trazer responsabilidades mais acrescidas e nomeadamente relativamente ao 2º e 3.º ciclo. Relativamente a esta matéria percebemos o alcance do governo mas é muito fácil decidir e depois passar para as autarquias sem os meios financeiros e outros necessários para que haja uma efectiva descentralização”. (E6).

“ (...) foi um passo nesse sentido que acabou por funcionar bem apesar de não ter sido devidamente preparado, sobretudo no primeiro ano. Embora por uma questão de princípio eu tenha dúvidas que deva ser o município a assumir todas as responsabilidades que nos querem atribuir, o que é verdade é que os municípios quando são chamados a intervir conseguem pôr as coisas a funcionar.” (E12).

Verificámos ainda que os entrevistados consideram que a implementação das aec's veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação, sobretudo porque aumentaram a sua intervenção na escola.

“ (...) certamente que sim, depois do serviço de apoio à família que foi um passo importante de assumpção de algumas responsabilidades por parte dos municípios em matéria de educação. O enriquecimento curricular tem uma visibilidade redobrada por parte das famílias porque o serviço de apoio à família no pré-escolar tem um universo mais pequeno, as aec's são mais reconhecidas por parte das famílias. Há um enorme avanço em termos de intervenção das autarquias na área do 1.º ciclo. (E3).

“ (...) obriga as autarquias a envolverem-se. (E13).

“ (...) aumentaram as competências, e tornaram o papel do município dentro da escola mais forte, mais visível. Tivemos de estabelecer mais uma parceria com o agrupamento de escolas. (E11, p.6)

(...) a relação entre a comunidade e a autarquia aumentou significativamente, assim como, os custos de funcionamento”. (E12).

(...) Até aqui a autarquia preocupava-se essencialmente com os espaços escolares, com a sua construção e manutenção ao nível do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. A partir do momento em que é lançado o desafio da implementação das aec's, as autarquias tiveram de equacionar o seu papel, agora não só ao nível da construção, mas também, do ponto de vista da sua intervenção, ao nível da formação dos alunos, o que conduz à necessidade cada vez maior das autarquias construírem o projecto educativo para o seu concelho. No fundo, as autarquias passaram a ter um papel importante também na oferta educativa, as suas competências foram alargadas. (E1).

CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa primeira parte, tendo em conta os aspectos essenciais da análise e da apresentação dos dados, iremos apresentar as principais conclusões de acordo com os três eixos de análise que orientaram o nosso estudo: o enquadramento das aec's no processo de descentralização da administração da educação, a gestão administrativa deste programa levada a cabo pelas autarquias, e finalmente, a identificação das relações entre o programa das aec's e as políticas educativas locais.

Seguidamente, tendo em conta a análise efectuada, bem como, a sua ligação com o enquadramento teórico, iremos debruçar-nos sobre o papel dos principais actores deste processo: o governo, as autarquias e as escolas.

Na terceira e última parte, apresentaremos algumas recomendações finais.

Actividades de Enriquecimento Curricular e a Descentralização da Administração da Educação

A maioria das autarquias já proporcionava a oferta de actividades extra-curriculares antes do aparecimento das actividades de enriquecimento curricular, assumindo uma competência que não lhes estava atribuída em termos legais, e para a qual não recebiam qualquer contrapartida financeira por parte do poder central, antecipando desta forma o que viria a ser uma oferta generalizada deste tipo de actividades. Este facto surge como mais um exemplo de uma iniciativa levada a cabo pelos municípios que vai para além das suas competências legais, facto que nos leva a pensar que os autarcas e técnicos estão sensibilizados para a importância estratégica que a educação assume actualmente.

Do ponto de vista da relação entre as aec's e o processo de descentralização de competências do poder central para o poder local, consideramos que esta não foi uma verdadeira medida descentralizadora uma vez que o despacho que regula o programa em causa definiu de modo muito claro os moldes do seu funcionamento, condicionando bastante a oferta, sobretudo, pelos constrangimentos do ponto de vista da participação financeira atribuída às entidades promotoras. Neste contexto, as autarquias não têm autonomia, para no âmbito das suas políticas educativas, decidir em conjunto com os agrupamentos de escolas qual a oferta mais adequada a cada escola. O Ministério da Educação poderia ter definido as orientações nacionais para este

programa, cujas vantagens são do nosso ponto de vista inquestionáveis, mas permitir uma organização mais flexível que permitisse a existência de uma verdadeira territorialização das políticas educativas.

Tristão (2009) a propósito de um estudo desenvolvido com os municípios da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, considera que “(...) o constrangimento financeiro sentido pelas autarquias no momento em que lhes é proposta a gestão do serviço, por despacho, bem como a excessiva formatação do mesmo, fazendo dos municípios meros executores das políticas nacionais, gerou nos eleitos locais uma atitude de distanciamento em relação à medida bem como despertou sobretudo preocupações gerencialistas” (p.146). Pensamos que apesar deste programa não ter sido uma medida de efectiva descentralização de competências, a realidade dos municípios pertencentes à OesteCim é um pouco diferente. Consideramos que não houve um distanciamento em relação ao programa, antes pelo contrário, houve um investimento em quatro das nove autarquias que participaram no estudo, uma vez que a verba atribuída pelo Ministério da Educação não cobre a despesa com as actividades, salientando-se o facto de uma autarquia que realiza um investimento de 54%. Logo, esta situação vem demonstrar que algumas autarquias não se limitaram a ser meras executoras das políticas nacionais. Outro facto que reforça este investimento, é o de duas autarquias terem proporcionado uma oferta de mais três actividades do que está previsto em despacho.

Ainda no âmbito da descentralização, verificámos que os municípios da OesteCIM que aderiram à mais recente transferência de competências na área da educação foram uma minoria, no entanto, é de registar que os técnicos e autarcas dos restantes municípios julgam que este é um processo suspenso e que é apenas uma questão de tempo, ou seja, que em breve todas as autarquias irão assumir essas responsabilidades. Julgamos que o facto de apenas três dos nove municípios terem assinado o contrato de execução prende-se também com alguma desconfiança dos eleitos locais relativamente a este processo, facto que em nossa opinião é motivado pelo modo como a passagem de competências do poder central para o local foi efectuada no passado. No entanto, é de salientar que o Decreto-Lei n.º 144/2008, de 29 de Julho, prevê as formas e os montantes do financiamento de acordo com as competências a transferir, facto que do nosso ponto de vista, é bastante importante para as autarquias que noutras situações assumiram novas responsabilidades sem as consequentes contrapartidas financeiras.

Gestão Administrativa do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular

A implementação deste programa veio contribuir para o desenvolvimento local uma vez que a grande parte das autarquias estabeleceu acordos de colaboração e/ou protocolos com associações locais, o que permitiu revitalizar essas instituições. Relacionado com este facto está também o reforço da realização de parcerias, uma vez que o estabelecimento de acordos de colaboração e/ou protocolos foi um dos procedimentos administrativos privilegiados.

Apenas uma das quatro autarquias que recorreram à prestação de serviços de uma empresa para a gestão deste programa, o fez para a totalidade das actividades, as restantes contratualizaram apenas uma parte da oferta existente, o que em nossa opinião, faz com que possamos afirmar que não se prevê um risco de privatização da educação nesta área.

Neste âmbito, importa fazer referência ao Decreto-Lei nº 212/2009, de 3 de Setembro, que veio definir as regras que permitem a contratação de técnicos para assegurar o desenvolvimento das aec's, com o objectivo de assegurar o rápido e eficaz desempenhado dessas actividades. Segundo o Ministério da Educação, esta medida enquadra-se no âmbito da descentralização de competências para os municípios em matéria da educação, visando a melhoria da qualidade das aprendizagens escolares. Na nossa opinião, este normativo é importante sob vários pontos de vista: vem contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos professores que asseguram estas actividades, uma vez que passam a ter um contrato de trabalho em vez de uma prestação de serviços, situação na qual grande parte dos professores e monitores se encontram actualmente; por outro lado, vem familiarizar as autarquias com um novo método de selecção de professores, dado que passam a ter acesso a uma aplicação informática cedida pela Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação; é ainda de referir que a adopção deste processo trará uma grande economia de custos e de tempo nos circuitos burocráticos, uma vez que actualmente numa autarquia um procedimento concursal é um processo bastante moroso e dispendioso.

O facto das autarquias locais se constituírem como entidades promotoras deste programa fez com que aquelas que ainda não tinham implementado projectos de apoio à família no 1.º ciclo, o passassem a fazer, o que é positivo não só do ponto de vista do

reforço do papel das autarquias neste campo, como também, do ponto de vista das famílias, sobretudo pela questão da gratuitidade da oferta; facto que pode ter levado a que as famílias que não tivessem meios financeiros para possibilitar às crianças estas actividades, o pudesse agora fazer.

Este programa veio ainda reforçar as relações de cooperação entre as autarquias e os agrupamentos de escolas uma vez que as primeiras passaram a ter um papel importante na oferta educativa, e mais especificamente, na oferta extracurricular. Ainda que a tutela pedagógica seja dos agrupamentos de escolas, as autarquias enquanto entidades promotoras passaram a intervir não só ao nível das infra-estruturas e dos equipamentos, como faziam até surgir estas actividades, mas também, ao nível das actividades a realizar nas escolas.

No que diz respeito à monitorização e avaliação das actividades pensamos ser positivo o facto das autarquias referirem a sua realização, no entanto, ficámos com algumas dúvidas uma vez que nos parece que essa avaliação é sobretudo elaborada pelos agrupamentos, sendo que as autarquias enquanto promotoras deveriam ter mecanismos próprios de avaliação.

Actividades de Enriquecimento Curricular e Políticas Educativas Locais

Em termos das políticas educativas locais, julgamos que as autarquias têm ainda um longo caminho a percorrer uma vez que na maioria dos casos não existem documentos orientadores, nem se verifica a definição de objectivos e estratégias de intervenção. E nesse sentido, constatámos que nenhuma autarquia possui um projecto educativo local e que apenas uma iniciou os procedimentos com vista à sua elaboração. Apesar disso, é de salientar, o facto de alguns autarcas e técnicos estarem despertos para a sua pertinência. Em termos da articulação das actividades de enriquecimento curricular com as políticas educativas municipais, apesar de se ter verificado a inexistência de documentos institucionais onde estas últimas sejam definidas, julgamos que os municípios têm políticas na área da educação e que a implementação deste programa se enquadra nas mesmas, até porque a maioria das autarquias já desenvolvia actividades em moldes idênticos.

Em termos do contributo dos Conselhos Municipais de Educação, verificamos que este órgão de planeamento, tem pouca influência, arriscaríamos mesmo a dizer, quase nenhuma, na definição das políticas locais de educação.

O papel do Governo, das Autarquias e das Escolas

O processo de descentralização da administração da educação, e mais concretamente, a implementação do programa das aec's deve ser perspectivado em torno dos seus principais intervenientes: o Governo, as autarquias e as escolas.

Começando pelo papel do Governo, consideramos que no seguimento do enquadramento teórico realizado em torno dos processos de descentralização e desconcentração educativa, o Governo tem realizado um esforço crescente, fruto entre outros factores de alguma incapacidade das suas estruturas para tomar decisões de modo eficaz, no sentido de atribuir mais competências aos municípios em matéria de educação. Todavia, e apesar de alguma bondade nestas políticas, é necessário não esquecer a existência de alguma ambiguidade neste processo descentralizador, dado que o Estado ao mesmo tempo que transfere competências, continua a querer manter o controlo sobre os processos, remetendo as autarquias para um papel executor.

No que diz respeito ao papel das autarquias, apesar do governo, no caso específico do programa das aec's, ter sido bastante rigoroso no modo como define as condições para as autarquias se constituírem como entidades promotoras do programa, condicionando bastante aquilo que é a oferta educativa, consideramos que as autarquias apesar de todos os constrangimentos, têm conseguido enquadrar este projecto no âmbito das suas políticas educativas locais. Por outro lado, convém ainda salientar que em algumas autarquias este programa veio no seguimento da política que estava a ser desenvolvida, dado que nalguns concelhos já estavam a ser oferecidas actividades extracurriculares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

Finalmente, no que diz respeito às escolas, apesar de no início estas terem tido um pouco o papel de incubadoras de um projecto definido pelo poder central e executado pelo poder local, pensamos que os professores titulares têm realizado um esforço crescente em termos de aceitação destas actividades.

Recomendações finais

Considerando que a pesquisa que fizemos não foi de modo algum exaustiva, deixando em aberto um conjunto de questões que dela decorreram, apresentaremos de seguida, e para finalizar o nosso relatório, algumas recomendações tendo em atenção o papel dos intervenientes referidos anteriormente.

No que concerne à actuação do Estado, considerando que a política do governo tem sido no sentido de reforçar o poder local, reconhecendo a sua importância na resolução de problemas e atribuindo-lhe mais competências, julgamos que não fará muito sentido que a comparticipação financeira deste programa seja diferenciada e atribuída de acordo com o pacote de actividades, condicionando assim a oferta às áreas do inglês, música e desporto. As autarquias devem ter autonomia para em conjunto com os agrupamentos de escolas, e de acordo com os respectivos projectos educativos, decidir qual o pacote de actividades mais adequado a cada realidade. Considerando que as actividades promovidas por este programa são de enriquecimento curricular, não nos parece fazer muito sentido que o Ministério da Educação seja tão rigoroso relativamente às habilitações dos docentes e às áreas a leccionar.

Em termos do papel das autarquias, considerando que uma das principais dificuldades sentidas na implementação deste programa tem a ver com a contratação dos professores, pensamos que esta função poderia ser assumida pelos agrupamentos de escolas uma vez que são estes que possuem a competência pedagógica para a selecção dos professores. Assumindo essa responsabilidade, poderia eventualmente existir a possibilidade de uma maior rentabilização dos recursos humanos afectos ao agrupamento, bem como, a possibilidade de um maior reforço nas ligações entre os professores titulares de turma e os professores das aec's, facto que foi apontado como uma das dificuldades sentidas sobretudo no primeiro ano da implementação das aec's.

Considerando que os contratos de execução estabelecidos com as autarquias no âmbito da transferência de competências foram negociados com cada autarquia individualmente, podendo estas aceitar apenas algumas competências e não todas as que estavam inicialmente previstas, em vez de falarmos de descentralização de competências, talvez seja mais correcto, falar-se de descentralizações de competências.

Considerando que os contratos de execução de transferência de competências só se efectivaram a partir do dia 1 de Janeiro de 2009, ou seja, à relativamente pouco tempo,

seria interessante a realização de um estudo sobre o modo como decorreu a implementação do contrato, e sobre o acompanhamento prestado às autarquias pelas direcções regionais de educação.

Finalmente, no que diz respeito ao papel das escolas, é de salientar que estas actividades são de oferta obrigatória, sobretudo o inglês, mas de frequência facultativa. Este facto poderá promover desigualdade nas escolas uma vez que algumas crianças aprendem essa língua estrangeira e outras não. Na transição destas crianças para o 2.º ciclo, é necessário ter em conta que possuem níveis de conhecimento diferenciados, pelo que seria de todo pertinente que as direcções das escolas e os respectivos professores estivessem sensibilizadas para este facto, e tomassem as medidas adequadas a esta nova realidade educativa.

Julgamos que o processo de descentralização da administração da educação só poderá ser eficaz e traduzir-se numa verdadeira transferência de competências para o poder local se houver um reforço na relação de confiança entre o Estado e as autarquias. Estas últimas, têm um papel fundamental neste processo, por um lado, cabe-lhes a negociação com o Estado acerca das condições para a aceitação de novas competências, por outro, no âmbito da construção do seu projecto educativo local, devem conseguir estabelecer parcerias e desenvolver projectos nos quais as escolas se envolvam, contribuindo assim, para o aumento do sucesso educativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, N. (2005). *Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Edições Asa.

AFONSO, N. (2006). A Direcção Regional de Educação: um espaço de regulação intermédia. In J. BARROSO (org.). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 73-97.

ALBARELLO, L., DIGNEFFE, F., HIERNAUX, J.P., MAROY, C., DANIELLE, R. e SAINT-GEORGES, P. (1997). *Práticas e métodos de investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

BARROSO, J. (1999B). O caso de Portugal. In J. BARROSO (org.). *A Escola entre o Local e o Global. Perspectivas para o século XXI*. Lisboa: Educa, pp.129-141.

BARROSO, J. (2005). *Políticas Educativas e Organização Escolar*. Lisboa: Universidade Aberta.

BARROSO, J. (2006). Introdução. In J. BARROSO (org.). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores*. Lisboa: Educa/Unidade de I&D de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, pp. 11-39.

BELL, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.

BILKEN, S. e BOGDAN, R. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.

CANÁRIO, B. (1999). *Construir o projecto educativo local: relato de uma experiência*. Cadernos e organização e gestão escolar. Lisboa: Instituto de Inovação educacional.

COSME, A. e TRINDADE, R. (2007). *Escola a tempo Inteiro – Escola para que te quero?* Porto: Profedições.

EVANGELISTA, J.G. (2004). *Participação do Poder Local na Administração da Educação: a relação escola-autarquia*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa. (Dissertação de Mestrado policopiada).

FERNANDES, A. S. (1996). Os Municípios Portugueses e a Educação. As normas e as Práticas. In J. BARROSO e J. PINHAL (org.). *A Administração da educação. Os Caminhos da Descentralização. Actas do Seminário do Fórum Português de Administração Educacional*. Lisboa: Edições Colibri, pp.113-124.

FERNANDES, A. S. (1999). Os municípios portugueses e a educação: entre as representações do passado e os desafios do presente. In J. FORMOSINHO, A. S. FERNANDES, M. SARMENTO e F. I. FERREIRA. *Comunidades Educativas – Novos desafios à Educação Básica*. Braga: Livraria Minho.

FERNANDES, A. S. (2000b). Municípios e escolas. Normativização e contratualização da política educativa local. In J. MACHADO, J. FORMOSINHO E A. FERNANDES (coord). *Actas do Seminário Autonomia, Contratualização e Município*. (35-46). Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul, pp. 35-46.

FERNANDES, A. S (2004). Município, cidade e territorialização educativa. In J. A. COSTA, A. N. MENDES E A. VENTURA (org.). *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 35-43.

FERNANDES, A. S (2005). Descentralização, desconcentração e autonomia dos sistemas educativos: uma panorâmica europeia. In J. FORMOSINHO, A. S. FERNANDES, J. MACHADO e F. I. FERREIRA. *Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Edições Asa, pp. 53 -87.

FERNANDES, A. S (2005). Contextos da intervenção educativa local e a experiência dos municípios portugueses. In J. FORMOSINHO, A. S. FERNANDES, J. MACHADO

e F. I. FERREIRA. *Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Edições Asa, pp. 193 -201.

FERREIRA, F. I. (ed). (2005). *O Local em Educação: Animação, Gestão e Parcerias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FORMOSINHO, J. (2005). Centralização e Descentralização na administração da escola de interesse público. In J. FORMOSINHO, A. S. FERNANDES, J. MACHADO e F. I. FERREIRA. *Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Edições Asa, pp. 13 -87.

FORMOSINHO, J. e MACHADO, J. (2005). A administração da escola de interesse público em Portugal – políticas recentes. In J. FORMOSINHO, A. S. FERNANDES, J. MACHADO e F. I. FERREIRA. *Administração da Educação – Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Edições Asa, pp.115 -137.

GUEDES, G. (2002). *As políticas educativas municipais na Área Metropolitana de Lisboa: o caso dos projectos sócio-educativos*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa. (Dissertação de Mestrado policopiada).

GUEDES, G. (2003). A descentralização de competências no quadro político e administrativo português. In *Administração Educacional*, 3, pp.20-25.

LABELLE, J. e GERMAIN-ST, M. (2001). Décentralisation et rapports de forces: Évolutions et stratégies politiques. *Education et francophonie*, volume XXIX, n.º 2.

MARTINS, M., NAVE, G. e LEITE, F. (2006). *As Autarquias e a Educação em 2001/2002 na Região Norte*. Associação Nacional de Professores.

MATTHEWS, P., KLAVER, E., LANNERT, J., CONLUAIN, G. e VENTURA, A. (2009). *Políticas de valorização do primeiro ciclo do ensino básico em Portugal (Avaliação Internacional)*. Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).

MERRIAM, S. (1998). *Qualitative research and case study applications in Education*. San Francisco: Jossey-bass Publishers.

MINTZBERG, H. (1994). *Estrutura e dinâmica das organizações*. Lisboa: Edições D. Quixote.

PRATA, M. (2004). Autarquias e educação: das competências legais às competências morais – uma intervenção emergente. In J. A. COSTA, A. N. MENDES E A. VENTURA (org.). *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 173-190.

PINHAL, J. e VISEU, S. (2001). *A intervenção dos municípios na gestão do sistema educativo local: competências associadas ao novo regime de autonomia, administração e gestão*. Relatório Sectorial 6, Centro de Estudos da Escola. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.

PINHAL, J. (2003). A actividade educacional das autarquias portuguesas: natureza e intencionalidade. In Comunicação apresentada ao *III Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação*. Recife.

PINHAL, J. (2003). *Os municípios e a descentralização educacional*. Actualização da Comunicação apresentada no I Congresso do Fórum Português de Administração Educacional em 1997. (Documento policopiado).

PINHAL, J. (2004). Os municípios e a provisão pública de educação. In J. A. COSTA, A. N. MENDES E A. VENTURA (org.). *Políticas e gestão local da educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 45-60.

PINHAL, J. (2004). *O território educativo e as comunidades locais*. Texto do Seminário Internacional Educação, Desporto e Desenvolvimento Regional. (Documento policopiado).

PINHAL, J. (2005). Descentralização da Administração Educacional: os municípios e a autonomia das escolas. In *Actas do II Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional: A escola entre o Estado e o Mercado: o público e o privado na regulação da educação*. Lisboa.

PIRES, C. (2007). A construção de sentidos em política educativa: o caso da escola a tempo inteiro. In *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 04, pp. 77-86.

QUIVY, R. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Relatório Intercalar de Acompanhamento (2006). *Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 3.º e 4.º anos de escolaridade e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico*. Ministério da Educação: Comissão de Acompanhamento (CAP).

SARMENTO, M. (2000). *Lógicas de acção nas escolas*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

TRISTÃO, E. (2009). *As Políticas Educativas Municipais. Estudo extensivo nos municípios da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo*. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade de Lisboa. (Dissertação de Mestrado policopiada).

VAN ZANTEN, A. (1994). Les Politiques Educatives Municipales : un exemple de mobilisation locale des acteurs de l'éducation. In B. Charlot (coord.), *L'École et le territoire*. Paris : Armand Colin.

Legislação consultada:

Decreto-lei n.º 77/84, de 8 de Março - Estabelece o regime da delimitação da coordenação e actuações da administração central e local em matéria de investimentos públicos.

Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decreto-lei n.º 115/A/98 – Aprova o regime de autonomia, de administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário.

Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro – Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.

Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro – Regulamenta as competências, composição e funcionamento dos conselhos municipais de educação.

Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio – Estabelece o regime de criação, o quadro de atribuições e competências das comunidades intermunicipais de direito público e o funcionamento dos seus órgãos.

Despacho n.º 14753/2005, de 26 de Abril – Cria o Programa de Generalização do Ensino do Inglês no 3.º e 4.º anos de escolaridade.

Despacho n.º 12 590/2006 de 16 de Junho – Cria o Programa de Generalização do Ensino do Inglês e de outras Actividades de Enriquecimento Curricular.

Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril - Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Despacho n.º 14460/08 de 26 de Maio – Cria o Programa de Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Decreto-lei n.º 144/2008 de 28 de Julho – Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação.

Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto – Estabelece o regime jurídico do associativismo municipal.

ANEXO I

Tânia Raquel Silvestre Esteves
Urb. Qta. Do Bravo, Lte 40, R/Ch Dto.
Paredes, 2580-578 Alenquer
Tlm. 91 8960753
Fax: 263 738605
E-mail: tania_esteves5@hotmail.com

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal

Alenquer, 16 de Março de 2009

Assunto: Pedido de autorização para a realização de duas entrevistas

No âmbito do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Administração Educacional, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, sob a orientação do Professor Doutor João Barroso, encontro-me a realizar um projecto de intervenção que tem como temática a descentralização da administração da educação, e mais concretamente: o caso das autarquias locais enquanto entidades promotoras do Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Os principais objectivos do meu estudo são a identificação dos procedimentos de gestão do programa das AEC's adoptados pelas autarquias, bem como, a identificação das relações entre este programa e as políticas locais/municipais de educação nos municípios que fazem parte da Comunidade Intermunicipal do Oeste (CIM).

Neste contexto, venho por este meio, solicitar a Vossa Exa., autorização para a realização de duas entrevistas em datas a acordar posteriormente: a primeira, a realizar com o técnico da autarquia responsável por esta área; a segunda entrevista com o responsável político pelo pelouro da educação ou quem entenda designar. De salientar que as entrevistas deverão ter a duração aproximada de 20 minutos e os dados recolhidos serão exclusivamente utilizados no contexto do presente estudo, o qual depois de terminado, terei todo o prazer em lhe enviar.

Grata desde já pela atenção dispensada e aguardando uma resposta,

Com os melhores cumprimentos.

(Tânia Raquel Silvestre Esteves)

ANEXO II

<i>Guião de Entrevista - Responsáveis Políticos</i>			
Blocos Temáticos	Objectivos Específicos	Questões	Sub-Questões
Bloco C Relação entre as aec's e as políticas locais/municipais de educação	Identificar as relações entre o programa das aec's e a política educativa local	Em que medida as aec's se inserem na política educativa local ou projecto educativo local?	De que forma? Como se caracteriza a política educativa local, quais os intervenientes, como se articula, com que dificuldades, potencialidades e resultados? Existem documentos orientadores da política educativa local? É possível ter acesso a eles?
		A decisão, concepção e avaliação do programa foram discutidas no conselho municipal de educação?	Se sim, de que forma? Se não, porquê?
Bloco D Articulação das AEC's com outros projectos sócio-educativos	Verificar se existe articulação entre as aec's e outros projectos desenvolvidos pela autarquia	Existe articulação?	De que modo é feita?
		Complementam-se?	Em que medida?
		Terminaram alguns projectos?	Se sim, porquê?

<i>Guião de Entrevista - Responsáveis Políticos</i>			
Blocos Temáticos	Objectivos Específicos	Questões	Sub-Questões
Bloco A Autarquia enquanto entidade promotora do programa das AEC's	Identificar as razões políticas que levaram a autarquia a ser a entidade promotora do programa das aec's	Quais as razões que levaram a autarquia a ser a entidade promotora do programa das aec's?	Quando foi tomada a decisão? Como era a situação anteriormente, a autarquia foi sempre a promotora? Nos casos em que existe contrato com empresas, quais as razões que levaram a isso e se vê risco de privatização da educação neste caso; se sim, porquê?
	Caracterizar as percepções que o representante autárquico tem do programa das aec's	Qual a apreciação global que faz do programa?	Quais as vantagens e desvantagens ou constrangimentos do programa (para a autarquia e para os destinatários)
Bloco B Enquadramento das aec's no processo de descentralização e transferência de competências na área da educação	Identificar as relações entre as aec's e o processo de descentralização de competências	Considera que a implementação das aec's veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?	Em que medida? Aumentou as competências? E os encargos?
		Como situa o processo das aec's no âmbito da descentralização de competências?	Em que medida? Qual a situação da autarquia face à transferência de competências?

<i>Guião de Entrevista - Técnicos</i>			
Blocos Temáticos	Objectivos Específicos	Questões	Sub-Questões
Bloco A Gestão Administrativa das AEC´s	Identificar os procedimentos que as autarquias adoptam na gestão do programa Identificar mecanismos de monitorização/avaliação do programa Conhecer os mecanismos de articulação entre a autarquia e os parceiros na implementação do programa	A autarquia estabeleceu protocolos e /ou acordos de colaboração para a implementação do programa das aec´s?	Com que instituições? Qual o motivo? Existe registos de actas, de deliberações da câmara relativas ao programa?
		Existe plano de actividades para as aec´s?	Quem o elabora? De que modo como é feita a selecção das actividades? É possível saber qual o orçamento da câmara destinado a este programa? É possível saber qual o balanço entre a despesa e a receita? Qual a modalidade de financiamento?
		A autarquia monitoriza o programa?	De que forma? Existe relatório de actividades das aec´s? Existiram incidentes? Estão registados? É possível ter acesso a eles?
		Qual o n.º de alunos que estão a frequentar as aec´s no presente ano lectivo?	Quantos alunos estão matriculados no 1.º CEB? Todas as escolas estão abrangidas? Se não, quais os motivos? O pacote de actividades é igual em todas as escolas? Se não, porquê? A autarquia monitoriza o n.º de alunos inscritos? Quando há desistências a autarquia toma alguma medida, qual? A autarquia faz algum tipo de publicidade do programa?
		De que modo é feito o recrutamento dos monitores?	Os agrupamentos de escolas participam na selecção/recrutamento? Quantos são? Nos casos em que são utilizados recursos humanos das câmaras, estão contabilizadas as horas e os custos amputados a esses monitores? Qual o valor hora dos monitores?
		As aec´s fazem parte do plano de actividades da CMA para a educação?	Se não fizer, qual o motivo?
		Existe articulação com as entidades parceiras do programa?	De que modo é feita? Quais os mecanismos formais e informais? Com que parceiros e qual a regularidade? Quais os aspectos positivos e principais constrangimentos neste processo?

ANEXO III

Entrevista n.º 1 (E1)

CMAlenquer

Pergunta: Quais as razões políticas que levaram a autarquia a ser a entidade promotora do programa das Aec's?

Resposta: Do ponto de vista político, a autarquia teria todo o interesse em aderir a um programa lançado pelo governo, foi um desafio lançado às autarquias e a de Alenquer aceitou. Foi necessário adequar este desafio nacional à realidade do nosso concelho que possui um parque escolar desadequado e escolas a funcionar em horários duplos. Estas dificuldades levaram a autarquia a não lançar um concurso para que fosse uma empresa a desenvolver as aec's. Assim, a autarquia conhecendo as características das escolas do concelho, assumiu-se como entidade promotora tendo como parceiros os agrupamentos de escolas, uma vez que não existem associações de pais legalmente formalizadas. O desenvolvimento das aec's não se fez de igual modo em todas as escolas do concelho, mas sim, do modo que foi possível face ao cenário existente.

Pergunta: Quando foi tomada a decisão da autarquia ser a entidade promotora?

Resposta: Quando começaram as aec's.

Pergunta: Na sua autarquia não existe contratualização com empresas, qual o motivo?

Resposta: Essa hipótese não foi explorada, mas estou convencido que tendo em conta a verba transferida pelo Ministério da Educação e conhecendo a base com a qual as empresas trabalham, a qual absorve o máximo do financiamento atribuído às autarquias, se a câmara optasse por essa opção ficaria sem margem para fazer face às despesa com transportes e com o aluguer de espaços.

Pergunta: Quer aprofundar a questão das vantagens e desvantagens/constrangimentos do programa das aec's, uma vez que já abordou este assunto?

Resposta: Considero que a implementação das aec's não foi na sua essência discutida com as autarquias que se constituíam como entidades promotoras privilegiadas. Foi lançado um programa que seria muito útil caso todas as autarquias se encontrassem em pé de igualdade, com um parque escolar adequado e com perfeitas condições para desenvolver as aec's. Como o programa não foi discutido com as autarquias, teve de haver algum “amadorismo” no sentido da autarquia se adaptar ao que era possível uma vez que não tínhamos as condições reunidas para o fazer tal como havia sido idealizado pelo Ministério da Educação. Deste ponto de vista, apesar de ser uma vantagem a

autarquia ser a promotora, tem a desvantagem de não nivelar por cima as aec's a nível nacional uma vez que os concelhos não estão em igualdade de oportunidades em termos do parque escolar e da capacidade de recrutamento de recursos humanos. Os principais constrangimentos são a falta de espaços adequados, o parque escolar envelhecido, as dificuldades no recrutamento de professores, os horários duplos e a verba que não é suficiente pois é necessário alugar muitos espaços e realizar transportes. Face à falta de centros escolares, a população escolar está muito dispersa o que obriga à deslocação de muitos alunos.

Pergunta: Qual é o balanço geral que faz do programa?

Resposta: Existem colegas meus que defendem que as aec's são um factor de desigualdade uma vez que não são obrigatórias, eu pessoalmente defendo que as aec's deveriam ser obrigatórias e passar a ser curriculares. Uma das vantagens do programa é o seu factor ocupacional, ou seja, a chamada “escola a tempo inteiro” veio resolver o problema de muitos agregados familiares, uma vez que o horário em que as crianças permanecem na escola foi alargado até às 17h30. No meu ponto de vista, o que está mal é o facto de ser facultativo o que pode levar os alunos da mesma faixa etária a terem conhecimentos diferenciados sobre a mesma disciplina.

Pergunta: Relacionando as aec's com a descentralização e transferência de competências na área da educação, na sua opinião, as aec's vieram atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta: Vieram. Até aqui a autarquia preocupava-se essencialmente com os espaços escolares, com a sua construção e manutenção ao nível do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. A partir do momento em que é lançado o desafio da implementação das aec's, as autarquias tiveram de equacionar o seu papel, agora não só ao nível da construção, mas também, do ponto de vista da sua intervenção, ao nível da formação dos alunos, o que conduz à necessidade cada vez maior das autarquias construirem o projecto educativo para o seu concelho. No fundo, as autarquias passaram a ter um papel importante também na oferta educativa, as suas competências foram alargadas.

Pergunta: E os encargos aumentaram?

Resposta: Aumentaram, a câmara sabe o que gasta, isso está contabilizado. Tendo as autarquias orçamentos muito restritivos, tentámos gerir o orçamento que vinha do ministério da melhor forma possível, podendo eventualmente ter ido mais longe, mas

este é um facto que depende da estratégia política e do peso que a educação assume na autarquia. A transferência de competências pode de facto ser uma mais valia para as autarquias que assumirem a educação como primeira prioridade, se assim não for, as novas competências passam a ser um prejuízo para a autarquia.

Pergunta: Qual a situação da autarquia face à transferência de competências?

Resposta: A autarquia aceitou a transferência de competências, excepto no caso do parque escolar em que não foram transferidas 2 escolas do concelho. Mais uma vez este processo não foi bem conduzido pelo Ministério da Educação. Não houve estudos prévios nem a devida preparação e planificação do processo, o que nos próximos tempos terá um impacto negativo até as estruturas estarem adaptadas a esta nova filosofia de competências. Estas competências vêm no alinhamento da necessidade de se construir um projecto educativo local.

Pergunta: De que modo as aec's se enquadram na política educativa do município?

Resposta: Nesta autarquia a educação não tem sido uma das prioridades na estratégia política para o concelho e neste contexto a política educativa local não tem sido mais do que dar resposta imediata às questões/problemas do dia a dia, ficando a faltar o planeamento e a estratégia. Assim, a política que existe passa apenas pela resposta diária às solicitações, e neste contexto, as aec's trouxeram mais alguns problemas para os quais a autarquia teve de encontrar soluções. A nossa câmara apesar de não ter uma verdadeira política educativa, neste aspecto da implementação das aec's tem desenvolvido um trabalho que é reconhecido pelos encarregados de educação.

Pergunta: Relativamente à tomada de decisão, concepção e avaliação do programa das aec's, estes aspectos foram discutidos no Concelho Municipal de Educação?

Resposta: Não, o contributo do concelho municipal de educação é tanto mais valioso para o município quanto mais interessados e empenhados estiverem os elementos que o constituem. Este órgão só pode ser um instrumento importante se todos os parceiros tiverem o mesmo objectivo e muitas vezes os representantes que participam nas reuniões não estão muito empenhados nem participativos.

Pergunta: Como caracteriza a articulação entre as aec's e outros projectos sócio-educativos que possam ser desenvolvidos pela autarquia?

Resposta: O papel que os atl's desempenharam durante muito tempo deixou de ter a mesma importância com a implementação das aec's. No entanto, continua a justificar-se

a ocupação dos tempos livres, sobretudo uma ou duas horas antes do início da actividade lectiva e depois das aec's terminarem. A autarquia continua a ter um papel relevante no desenvolvimento de projectos de natureza lúdica, que assumem um carácter diferente das aec's mas que são parte integrante da formação dos alunos e contribuem para a estabilidade do agregado familiar no concelho onde residem.

Entrevista n.º 2 (E2)

CM Torres Vedras

Pergunta: A autarquia estabeleceu protocolos ou acordos de colaboração para a implementação do programa das aec's?

Resposta: A autarquia estabeleceu vários protocolos, sem eles muito dificilmente se conseguiria implementar as aec's num concelho com a dimensão de Torres Vedras. Antes de haver enriquecimento curricular com o inglês, a câmara tinha um projecto da expressão físico-motora que incluía a ida das crianças à natação em duas piscinas do concelho, nessa altura totalmente suportados pela câmara. Depois surgiu a generalização do ensino do inglês para o 3.º e 4.º anos de escolaridade. Existia na altura uma rede municipal de atl's que encerrou no ano em que implementámos as aec's, em 2006/07. Fazendo a ponte com os protocolos estabelecidos...relativamente à actividade física e desportiva tínhamos uma parceria criada com a Associação de melhoramentos de Ados-Cunhados e com a Associação Física e Desportiva de Torres Vedras. Entretanto, quando surgiram as aec's, a autarquia decidiu continuar com a natação e renovou os protocolos existentes com essas duas entidades, as quais disponibilizam os recursos humanos para a actividade física e desportiva em todo o concelho. Outro protocolo que só este ano atingiu a globalidade dos alunos do concelho é com a escola de música da Associação Física e Desportiva de Torres Vedras, escola essa certificado pelo Ministério, tem acordo com o Ministério no ensino da música. Relativamente aos professores de inglês, são estabelecidos protocolos com juntas de freguesia que em conjunto com os agrupamentos de escolas fazem a selecção dos professores para leccionar o inglês em todo o concelho. No concelho existem 6 agrupamentos de escolas que são a Freiria, Campelos, Maxial, Padre Francisco Soares, Padre Vítor Melícias e São Gonçalo, dos quais só um não tem o projecto organizado da mesma forma, que é Campelos, um agrupamento bastante pequeno, desde o início fizemos um acordo no

qual é o agrupamento que faz a gestão do programa tendo por base a candidatura que a câmara efectua, portanto têm de ter obrigatoriamente o inglês, a actividade física e desportiva e o ensino da música, mas têm também outras actividades, eles organizam-se dentro do agrupamento com os docentes que têm na EB2,3 e desenvolvem o seu projecto e fazem a interligação entre o 1.º e o 2.º e 3.º ciclos. No concelho de Torres existem outras actividades que obedecem não a protocolo, mas a uma aquisição de serviços noutras áreas, a expressão dramática com o projecto “Ser a brincar” desenvolvido por uma associação de Torres, a “Ciência Divertida” que é uma área da experimentação das ciências e o “Mindlab” que é uma área que trabalha jogos mentais, organização de comportamento e desenvolvimento mental do aluno. Estas actividades não estão generalizadas a todos, estão por zonas geográficas. O “Mindlab” está a ser desenvolvido nas escolas da área da cidade que são escolas que têm mais alunos e onde os problemas de socialização e de respeito pelo próprio podem ser maiores. Depois temos a “ciência divertida” que trabalha nas escolas dos agrupamentos de Padre Francisco Soares, Padre Vitor Melícias e São Gonçalo que não estão na cidade, um pouco para fazer o complemento da actividade que na cidade é o Mindlab. O projecto “Ser a Brincar” do académico de Torres Vedras é também muito interessante, as crianças desenvolvem emoções através de brincadeiras onde todos interagem através de jogos num contexto de sala de aula. Depois temos uma grande parte da expressão financeira do projecto que é também protocolado com juntas de freguesia, que é o pessoal não docente, nós desde 2006/07 com generalização total e uma oferta em 100% das escolas deparámo-nos com este problema e estabelecemos mais de 40 protocolos. Depois, temos outro tipo de protocolos relativamente aos espaços. O investimento feito pela autarquia de Torres Vedras nas aec's é superior a 2 milhões de euros quando a comparticipação do ministério anda nos 853 mil euros. Existe uma discrepância grande entre a receita, ou seja a verba que vem candidatura ao Ministério e a despesa porque de facto apostamos nos recursos humanos, tentamos que os recursos humanos tenham alguma estabilidade. Inicialmente eram contratadas tarefeiras que eram pagas à hora e tentou-se depois criar condições para que essas pessoas pudessem ser contratadas pelas juntas de freguesia. Falando de professores e à precariedade do trabalho temos no concelho 2 situações, as mais complicadas em termos de precariedade são as dos professores de inglês porque os outros estão na sua maioria ligados a uma associação

com a qual têm contrato e em muitos casos trabalham durante o ano inteiro. Posso-lhe dizer que o valor do encargo com recursos humanos na escola a tempo inteiro, o que inclui também as refeições, ronda os 250€ que é o valor que a DREL comparticipa por aluno. A câmara está neste momento a suportar 54% do valor total do enriquecimento.

Pergunta: Qual o n.º de alunos que estão a frequentar as actividades?

Resposta: Embora o número possa oscilar, os números do início do ano lectivo apontavam para 100% de adesão mas este n.º não está correcto. Estamos com cerca de 3300 alunos no enriquecimento curricular, ou seja, 97% de taxa de adesão.

Pergunta: A autarquia monitoriza o n.º de alunos inscritos?

Resposta: Nos tivémos alguns problemas ao nível das cidade, enquanto para alguns agrupamentos de escolas quando isto apareceu foi uma “benção”, termo utilizado por eles uma vez que estes alunos não tinham acesso a outras actividades, e os da cidade não, tinham toda uma infra-estrutura criada de oferta, e de alguma forma um grupo de pais não aceitou muito bem o facto de nós termos a perspectiva de que embora a frequência seja facultativa não pode estar dependente da vontade dos pais quererem só uma actividade, porque isto interfere com a contratação de pessoal docente e não docente, com estimativas. Isto aqueceu um bocado quando a Sr.^a Ministra fez sair um Despacho onde poderia haver uma ligação entre as faltas ao enriquecimento curricular e o estatuto disciplinar do aluno que nos conselhos gerais transitórios foi muito debatido com representação de encarregados de educação, nomeadamente, na cidade. Não quiseram que uma falta ao enriquecimento curricular tivesse a mesma implicação que na componente lectiva, mas o que é facto é que as pessoas acabam por entender que a oferta é boa e os alunos acabam por ficar e os pais por precisar que eles fiquem.

Pergunta: Existe um plano de actividades para as aec's?

Resposta: Existe na maioria dos casos um plano no próprio agrupamento, no próprio projecto educativo do agrupamento e plano de actividades do agrupamento. No caso de Torres Vedras nós não faríamos este projecto sem a colaboração das entidades que fazem parte da comunidade educativa, associações, juntas de freguesia, associações de pais e os agrupamentos de escolas.

Pergunta: Nas actividades que não fazem parte do pacote definido pelo Ministério da Educação, qual é o papel dos agrupamentos?

Resposta: Essas actividades obedecem a um programa que foi contratualizado com a câmara e que é dado a conhecer aos agrupamentos, como é o caso do mindlb, da expressão dramática e da ciência divertida.

Pergunta: Relativamente à monitorização do programa, de que modo é feita?

Resposta: Existem vários tipos de reuniões, a modalidade no decorrer do período, as reuniões prévias de preparação que nos ocupam o verão praticamente todo e as reuniões de avaliação de final de ano, e hipoteticamente reuniões ocasionais sempre que surgem alguns problemas mais técnicos, como por exemplo, a falta de professores. É difícil cumprir com os critérios de selecção definidos pelo ministério, alguns professores estão a dar as aec's com o chamado currículo relevante porque é difícil ter professores nas escolas que funcionam em horário normal para trabalhar 2 a 3 horas por dia, por isso, nós tentamos ao máximo flexibilizar horários.

Pergunta: Os agrupamentos de escolas não reclamaram com a flexibilização?

Resposta: Não, a única força que pode ter havido aqui terá sido dentro da escola com os professores do 1.º ciclo que estavam habituados a trabalhar a um horário rígido.

Pergunta: Têm muitos horários flexíveis?

Resposta: Temos alguns, se não fosse assim não conseguiríamos ser apelativos, temos alguns professores a deixar outros concelhos para trabalhar aqui porque nós conseguimos um melhor horário para o professor. Nós não temos muita flexibilização, as aec's não são dadas entre os tempos lectivos.

Pergunta: Relativamente ao recrutamento dos professores/monitores falou-me à pouco das juntas de freguesia em conjunto com os agrupamentos, quem é que faz a selecção?

Resposta: Os agrupamentos de escolas, as juntas de freguesia não têm pessoal habilitado para fazer uma selecção de professores, então o protocolo que é celebrado com as entidades é no mínimo entre 3 parceiros, a câmara, a junta e o agrupamento, ficando definido com base no enquadramento legal as competências de cada uma das partes e aí vem a competência dos agrupamentos que são responsáveis pela selecção e pelo recrutamento dos professores, isto no caso do inglês. Nos caso dos professores que vêm contratados através da escola de música e das associações físicas e desportivas, o que os agrupamentos têm de fazer é tomar conhecimento da habilitação desses professores e caso algum não cumpra o que está definido em Despacho remeter esses currículos para

a CAP para a DREL para que esta comissão possa deliberar se é ou não currículo relevante, decisão que é válida para os anos seguintes.

Pergunta: Qual é o número total de professores?

Resposta: Este número pode oscilar mas são cerca de 83 professores.

Pergunta: Quando falámos da monitorização do programa, não fiz referência ao relatório de avaliação das aec's, existe?

Resposta: Como em tudo o que é novo, nós temos vindo a melhorar essa situação. No 1.º ano foi feito um relatório que se baseou muito no que os agrupamentos debitavam em termos de informação, no 2.º ano mais ou menos a mesma coisa, não houve um relatório intercalar, apenas um relatório final. Este ano estamos a entrar noutra sistema, que é o sistema duma avaliação onde nós definimos um conjunto de questões a colocar. Estamos neste momento a avaliar o que se passou no 1.º e 2.º período para depois podermos apontar os pontos fracos e os pontos fortes. Pretende-se com isto que no próximo ano lectivo tenhamos uma máquina criada de monitorização do enriquecimento curricular que nos permita prevenir problemas que possam existir.

Pergunta: E os encarregados de educação são ouvidos neste processo de avaliação?

Resposta: Nesta fase não estão a ser. Por exemplo, o projecto “Ser a Brincar” faz um relatório de avaliação que nos tem de apresentar eles próprios fazem questões a alunos e salvo erro a alguns encarregados de educação. Temos também alguns casos de encarregados de educação activos, que levantam questões que facilmente chegam à câmara ou ao agrupamento de escolas e acabamos sempre por ter em conta essas reivindicações. Mas neste momento não se está a fazer nenhum questionário, nem reunião com os encarregados de educação.

Pergunta: Incidentes, já se registaram?

Resposta: O que existe é queixas dos professores relativamente aos alunos, muitos destes professores não têm muita experiência, ainda mais com este nível etário. De referir que recebemos o feedback por parte dos agrupamentos de escolas de que não havendo uma relação directa entre o professor titular de turma e os professores as aec's, existem alunos que perdem o respeito.

Pergunta: Qual é o valor/hora pago aos monitores?

Resposta: Nós temos 2 situações, os professores pagos á hora recebem 13,5€, depois temos os professores que têm contrato com entidades locais, alguns que trabalham não

só no enriquecimento curricular mas também com a comunidade local, que têm um valor hora mais baixo, e nós não temos acesso a esse valor, pois a verba está incluída no protocolo inicial. No caso da actividade física e na música com a associação do concelho, é feito um protocolo onde constam as despesas com infra-estruturas, com transportes, com recursos humanos.

Pergunta: Relativamente aos professores de inglês, a situação para mim não ficou clara....

Resposta: Esses professores são alvo de um protocolo que existe entre a câmara, a junta e o agrupamento e são pagos pela junta de freguesia e por vezes são utilizados noutras valências que a câmara tem, e não querendo ser incorrecto, penso que todos estão em regime de prestação de serviços.

Pergunta: As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educação?

Resposta: Sim fazem.

Pergunta: Na sua opinião quais os aspectos positivos e quais os principais constrangimentos?

Resposta: Para já há que salientar a coragem da autarquia por ter avançado com uma despesa que acaba por ser um investimento que não estava previsto a nível de financiamento do ministério, que é a questão das auxiliares. Outra situação é o caso dos agrupamentos que adoptam um manual para o ensino do inglês nós contemplamos esse manual no âmbito da acção social escolar, atribuindo o manual consoante o escalão que o aluno tem. Também contribuimos com um apoio monetário para os agrupamentos depois canalizarem para as suas escolas para materiais de desgaste com as actividades de enriquecimento curricular. Vou começar pelos negativos... a falta de ligação entre os professores e o contacto que permita ao professor do enriquecimento curricular conhecer a turma e detectar os casos de indisciplina. Em termos de mais valias, estas actividades vieram melhorar a qualidade do 1.º ciclo, bem como, facilitar uma oferta gratuita de actividades a quem nunca teria acesso se não fosse através deste programa. Os pontos fracos residem na dificuldade e na impossibilidade das câmaras poderem fazer melhor ao nível da contratação dos professores porque são sensíveis à questão da precariedade. Há outro aspecto que se tem de ultrapassar que é a interligação entre os professores titulares e os professores do enriquecimento, embora haja excepções e boa comunicação.

Entrevista n.º 3 (E3)

CM Torres Vedras

Pergunta: Quais as razões que levaram a autarquia a ser a entidade promotora do programa das aec's? No seu caso podem não ser exactamente do ponto de vista político....

Resposta: A autarquia de TV já tinha um programa com algumas semelhanças com as aec's, nomeadamente no caso da expressão físico-motora porque se detectaram graves lacunas na formação de professores e nas condições físicas das escolas para desenvolver o programa curricular da expressão físico-motora do 1.º ciclo, de forma que desde à alguns anos atrás iniciámos este programa durante o tempo curricular nas escolas do 1.º ciclo com professores contratados por 2 associações locais. Já tínhamos portanto algum know-how na montagem de programas deste género e entendemos que se alguém o tinha de fazer concerteza que seria a autarquia, pela experiência que tínhamos e pela proximidade com as estruturas educativas do nosso município.

Pergunta: A autarquia foi sempre a entidade promotora desde que foi criado o programa?

Resposta: Exactamente, deixe-me só referir isto que é um aspecto importante... nós tínhamos uma rede municipal de atl's em que procurávamos dar resposta de âmbito municipal às crianças após o horário lectivo. Extinguimos essa rede porque com as aec's não se justificaria a sua continuação e aproveitámos alguns desses recursos humanos.

Pergunta: O vosso município tem contratualização com empresas, não vê nisto um certo risco de privatização da educação?

Resposta: Penso que não, e neste caso não é um risco necessariamente grave, é apenas uma pequena parte do ensino destas crianças. A grande maioria das actividades não são contratadas a entidades privadas, só 2 é que são, de resto são associações sem fins lucrativos e essa foi também uma oportunidade para revitalizar algumas associações que não tinham utilização das suas instalações e aproveitar o know-how de algumas associações mais desenvolvidas que tiveram a capacidade de se tornar parceiros importantes neste projecto. A privatização também depende um pouco do bom senso das entidades promotoras. Nós preferimos parcerias com associações em fins lucrativos desde que ofereçam a qualidade necessária a um projecto deste género.

Pergunta: Qual é a apreciação global que faz do programa?

Resposta: Concordo profundamente com o programa em causa, não concordei com os timings em que foi lançado porque saiu em Junho para ser lançado em Setembro, as coisas devem ser feitas com mais tempo, mas de facto acho que o programa tem grandes vantagens nomeadamente ao nível da democratização do acesso a determinado tipo de actividades que antes não existia. Antes só tinha inglês quem podia pagar e pela primeira vez é permitido ao universo dos alunos ter acesso a essas actividades. Outra vantagem é dar resposta às necessidades das famílias, porque temos de ser realistas e não há possibilidade de às 15h30 os pais irem buscar os seus filhos. Há também a vantagem intrínseca em termos de conhecimento a que só alguns podiam aceder no passado e que agora foi generalizado, a vantagem de aprender inglês mais cedo, e música e ter uma actividade motora que não tinham. Principais constrangimentos.... Declaradamente são as condições físicas das escolas, as nossas escolas não estão hoje preparadas para esta realidade. Outro constrangimento é o facto de algumas destas actividades não serem curriculares o que tem criado algumas dificuldades de articulação com os agrupamentos de escolas e com os departamentos destas “disciplinas”. Mais problemas.... Reduzidíssima participação do Ministério da Educação, um programa deste feito como deve de ser, acreditamos nós, custa-nos mais do dobro que recebemos do ME, isto é um enorme encargo para as câmaras municipais. O facto de não prever a colocação de recurso humanos não docentes para acompanhar as actividades e só aí gastamos mais de 800.000€ na contratação de auxiliares de acção educativa, não prever isso é uma lacuna enorme deste programa.

Pergunta: Considera que a implementação das aec's veio atribuir de algum modo um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta: Certamente que sim, depois do serviço de apoio à família que foi um passo importante de assumpção de algumas responsabilidades por parte dos municípios em matéria de educação. O enriquecimento curricular tem uma visibilidade redobrada por parte das famílias porque o serviço de apoio à família no pré-escolar tem um universo mais pequeno, as aec's são mais reconhecidas por parte das famílias. Há um enorme avanço em termos de intervenção das autarquias na área do 1.º ciclo.

Pergunta: Como é que situa este processo das aec's no âmbito da descentralização de competências?

Resposta: Acho que foi mais um passo nesse sentido, a descentralização é saudável, é desejada por todos desde que devidamente contratualizada, devidamente negociada. O enriquecimento curricular acho que é uma boa experiência, uma boa amostra de como os municípios a maior parte deles acredito eu, estão prontos para ter mais responsabilidades desde que não tenham mais despesas sem haver contrapartidas.

Pergunta: Qual é a situação da autarquia face à transferência de competências?

Resposta: A autarquia está em negociação com o Ministério da Educação, ainda não chegou a acordo, tem algumas dúvidas no que diz respeito à gestão das instalações das escolas do 2.º e 3.º ciclos, assim como, em relação ao pessoal não docente, nomeadamente no que diz respeito ao acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, bem como com a participação nas aec's.

Pergunta: Em que medida é que as aec's se inserem na política educativa local?

Resposta: Existe uma vontade forte de apostar no pré-escolar e no 1.º ciclo embora também existam alguns projectos para o 2.º e 3.º ciclos e para o secundário, mas com a vontade de qualificar melhor as nossas crianças o enriquecimento curricular veio permitir uma aposta grande da câmara.

Pergunta: Existem documentos orientadores da política educativa local?

Resposta: O único documento estrutural que nós temos é a carta educativa. Não existe um plano estratégico para a educação.

Pergunta: A decisão, concepção e avaliação do programa foram discutidos em sede de conselho municipal?

Resposta: Algumas questões foram, de preferência fazemos essa discussão em reuniões com os conselhos executivos dos agrupamentos, reuniões individuais com cada um desses conselhos executivos. O programa também já foi discutido e avaliado no conselho municipal de educação.

Pergunta: Existe articulação entre a aec's e outros projectos sócio-educativos que a autarquia possa desenvolver?

Resposta: Temos tentado que exista, no primeiro ano a preocupação foi que acontecesse, no 2.º ano que acontecesse bem e neste 3.º ano temos tido outro tipo de

preocupações, o enriquecimento curricular tem estado presente noutros projectos que nós gerimos, nomeadamente na oeste infantil e numa série de outros projectos onde fazemos questão que exista demonstrações do enriquecimento curricular para que as pessoas possam perceber o trabalho que é feito.

Entrevista n.º 4 (E4)

CMSobral

Pergunta: Quais as razões que levaram a autarquia a ser a entidade promotora do programa das aec's?

Resposta: A principal razão era não acabar com o que já estávamos a fazer, e que era sobretudo no âmbito da actividade física e desportiva, levávamos todos os meninos à piscina municipal, havia um plano de transportes para o efeito e todos iam à piscina. Se a autarquia não fosse a entidade promotora todo este trabalho realizado desde 2002 ia por terra. Para além desta actividade temos o inglês e a expressão musical embora discordemos do modo como assumimos porque consideramos que não estamos vocacionados para contratar professores, para seleccionar professores. Penso que deveria ser o Ministério a resolver essa parte com a nossa colaboração. Agora se não fossemos nós mais ninguém queria ser a entidade promotora, os pais não teriam condições para o ser, o agrupamento de escolas pelas conversas que tivemos provavelmente seriam promotores para a escola sede do concelho uma vez que têm os recursos lá e seria fácil, nas escola da aldeia ainda temos alguma dispersão, já seria mais complicado e então para haver um contexto de igualdade de oportunidades fomos nós a entidade promotora. Resumindo foram duas razões, para haver igualdade de oportunidades para todos os alunos do concelho e para não terminarmos o que já estávamos a fazer, que era trazer os alunos à piscina.

Pergunta: E foram a entidade promotora desde o início?

Resposta: Exactamente, no princípio era só o inglês. Fomos sempre a entidade promotora desde que saiu o primeiro despacho.

Pergunta: Têm contratualização com alguma empresa?

Resposta: Não.

Pergunta: No caso das autarquias que têm contratos com empresas, vê nisto um certo risco de privatização da educação?

Resposta: Esta experiência foi a primeira grande abertura ao sector privado no domínio da escola pública, houve muitas empresas que se criaram, muitas que nos abordaram e ofereceram os serviços. Acho que há espaço para o público e para o privado, havendo tantos professores por colocar, via com bons olhos que fosse o ministério a assumir a tarefa de contratar professores para estas actividades e não nós abrindo concurso ou contratando empresas. As questões pedagógicas deviam ser assumidas pelo Ministério e as questões logísticas como o transporte nós poderíamos colaborar, agora tudo connosco não é correcto na minha perspectiva. Depois com as questões que surgiram que tinham a ver com a lei dos contratos que nos impedia de contratar prestadores de serviços que não fossem empresas revela bem qual era a orientação, a de contratar empresas.

Pergunta: Qual é a apreciação global que faz deste projecto? Quais as principais vantagens e constrangimentos?

Resposta: Penso que agora as coisas estão a funcionar, os pais também já estão a perceber como é que as coisas funcionam, mas nos dois primeiros anos não foi uma tarefa fácil porque foi preciso montar salas de aulas novas e otimizar muito em termos de espaços físicos. Nalguns casos foi necessário explicar aos pais que tínhamos de ir buscar meninos a uma escola e juntar com outra turma, o que não é uma situação aconselhável mas tínhamos de funcionar assim porque tínhamos algumas escolas nas aldeias e era necessário ter um grupo mínimo com 10 ou 12 alunos para poder abrir uma turma, embora nalguns casos tivéssemos turmas mais pequenas. Fizemos um esforço grande, ainda este ano lectivo fomos a todas as reuniões de início de ano e achámos que a melhor forma de esclarecer os pais era estarmos lá presentes e esclarece-los na medida do possível porque algumas coisas também nos escapavam. Nos dois primeiros anos todos os dias nos apareciam coisas novas que tínhamos de resolver, as questões dos transportes, de conciliar horários das diferentes turmas. Aqui tivemos a felicidade de ter a abertura do agrupamento para flexibilizar um pouco o horário, não havendo actividades no meio dos tempos lectivos mas nas pontas e com essa abertura conseguimos que o programa tivesse sustentabilidade. Neste momento fazemos as escolas todas apenas com duas professoras de inglês que têm um horário óptimo o que

nos dá a garantia de que elas estão satisfeitas e não vão abandonar o programa a meio, são as mesmas professoras que começaram à quatro ou cinco anos atrás com a generalização do inglês. A flexibilização permitiu-nos ultrapassar alguns constrangimentos que poderiam advir do facto de termos a necessidade de ter muitas professoras com horários muito pequenos. As professoras estão satisfeitas, têm horários bons, com mais de vinte horas e ainda fizemos o que nos parece ser justo, fizemos uma relação entre o número de horas lectivas e atribuímos mais uma componente não lectiva, tal como se estivessem contratadas pelo Ministério da Educação. Portanto não temos tido desistências de professores como existiu nalgus sítios, penso que temos pessoas contentes a trabalhar connosco, embora eu continue a achar que a contratação não deveria ser tarefa nossa.

Pergunta: Não referiu a questão do financiamento do Ministério da Educação, acha que é suficiente?

Resposta: Nós já tínhamos alguns encargos com a questão da natação, agora já temos algum financiamento. A nossa contabilidade não é analítica, se contabilizarmos só as despesas com os professores eu diria que o financiamento dá, mas há muitas despesas que estão para além disso, não temos a contabilidade analítica que nos permita dizer se chega ou não chega. Podemos ter uma estimativa mas não vai ao pormenor, mas para os vencimentos dos professores chega.

Pergunta: Enquadrando este programa na descentralização de competências na área da educação, considera que a implementação deste programa veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta: Acho que este programa revolucionou as autarquias porque estas estavam preparadas para fazer muita coisa mas não propriamente isto.

Pergunta: Acha que veio aumentar as competências das autarquias?

Resposta: É um alargamento claro da competência, sendo que há situações que ainda não nos apercebemos bem do impacto que vão ter. Nesta matéria os municípios não tomaram uma posição em unísono, os municípios foram chamados à DREL um de cada vez e se para alguns aceitar a transferência de competências é simples porque não têm 2.º e 3.º Ciclos de Ensino nem Ensino Secundário, o que torna as coisas relativamente simples, noutros casos com uma dimensão superior já é mais complicado.

Pergunta: A autarquia não aderiu à transferência de competências?

Resposta: Não, para já não demos abertura para negociar, há questões de princípio, para já não concordamos com a estratégia desta direcção regional de educação de chamar cada município por si. Nós em termos do oeste, fizemos várias reuniões para tratar esta questão da transferência de competências e na altura foi unânime que ninguém ia aceitar, depois em Setembro já 4 ou 5 municípios assinaram a transferência de competências.

Pergunta: Em que medida as aec's se inserem na política educativa local?

Resposta: Inserem-se sobretudo pela questão da universalidade que entendemos que é o primeiro factor, e foi a primeira condição que colocámos para ser a entidade promotora e que era atingir todas as escolas, no Sobral era fácil porque as turmas estão todas juntas, mas nas aldeias já não é assim e nas escolas sem auxiliares de acção educativa mais difícil é. Em termos de política não me oferece a menor dúvida que as crianças no 1.º ciclo se tiverem um contacto com uma língua estrangeira, teremos jovens muito melhores preparados para tudo, quando chegam ao 2.º ciclo é notório. Aqui a falha é a frequência ser opcional porque sabemos que alguns podem ser bilingues e não precisar do inglês, mas também sabemos que outros não têm a actividade porque o pai ou o encarregado de educação entende que o aluno não deve ter, e assim perde-se universalidade. Penso que esta medida deveria ser rectificadada no sentido de se alterar o currículo e se introduzir estas áreas no currículo, e assim garantiríamos uma universalidade plena no acesso a estas áreas que consideramos muito importantes.

Pergunta: Existem documentos que orientam a política educativa do local?

Resposta: O documento que nós temos é a carta educativa que tem muitas medidas, não só as relativas à construção física dos espaços mas que foi um estudo aprofundado que fizemos. É um documento orientador que nos dá uma grande ajuda não só em termos de reordenamento da rede, mas também, de medidas complementares que consideramos importantes e que nos orientam na nossa acção. Envolvemos outras entidades, desde os pais, ipss, os professores, o agrupamento, o conselho municipal de educação, a assembleia municipal e a câmara municipal. Tivemos sessões de esclarecimento com diversas entidades.

Pergunta: A tomada de decisão, concepção e avaliação do programa foram discutidos em sede de conselho municipal de educação?

Resposta: Foi, o conselho municipal vai mudar agora de figurino, de representantes, mas de qualquer modo nós levámos sempre as questões ao conselho, embora os elementos mais participativos fossem os representantes dos professores e dos encarregados de educação.

Pergunta: Existe articulação entre as aec's e outros projectos sócio-educativos que a autarquia desenvolva ou possa desenvolver?

Resposta: Sim, estou a lembrar-me da comemoração do dia da criança do ano passado que foi feito em exclusivo pelos alunos das actividades com a participação das professoras. Temos algumas iniciativas que tentamos enquadrar nas aec's e aproveitar o trabalho que é feito nas actividades.

Entrevista n.º 5 (E5)

CMSobral

Pergunta: A autarquia estabeleceu protocolos para a implementação do programa das aec's?

Resposta: Sim, com o agrupamento de escolas do Sobral.

Pergunta: Em termos de aluguer de espaços, estabeleceram algum protocolo?

Resposta: Nós temos neste momento as aec's a funcionar dentro das próprias escolas. Temos depois um protocolo com a empresa municipal que gere as piscinas, nós deslocamos os nossos alunos para ter a actividade física e desportiva.

Pergunta: Existe registo de actas, de deliberações da câmara relativas a este programa?

Resposta: Sim o programa veio à reunião de Câmara.

Pergunta: Existe algum plano de actividades específico para as aec's?

Resposta: Os professores das aec's entregam-nos um plano curricular para desenvolver ao longo do ano, são as professoras que o elaboram em conjunto com os professores que as vão supervisionar.

Pergunta: De que modo é feita a selecção das actividades?

Resposta: A selecção foi feita no sentido de dar continuidade ao que vinha a ser feito, implementando a componente da expressão artística que no nosso caso é a expressão musical.

Pergunta: Relativamente ao orçamento destinado a este programa, como não têm contabilidade analítica é complicado saber qual o balanço entre a receita e a despesa?

Resposta: Há muitas coisas que são difíceis para nós de contabilizar. Nós não temos no orçamento uma rubrica para as aec's, por exemplo, as professoras saem da despesa com pessoal, os transportes saem da despesa com transportes, nós temos é uma estimativa de custos que é sempre acima de cem mil euros.

Pergunta: E em termos da verba que vem da direcção regional, tem ideia de qual o seu valor?

Resposta: Um bocadinho menos do que isso.

Pergunta: A autarquia monitoriza o programa?

Resposta: A autarquia faz reuniões pelo menos por período com as professoras das actividades para elas nos darem feedback do que tem sido feito durante aquele período, de quais as dificuldades sentidas, das potencialidades, embora tenhamos conversas informais com elas quase semanalmente. Qualquer situação que ocorra elas dão-nos feedback mas pelo menos uma vez por período reunimos obrigatoriamente.

Pergunta: Resulta algum relatório das actividades dessas reuniões? É feito um balanço final?

Resposta: Não é bem um relatório, mas temos no final do ano um balanço final de como é que o ano correu. Até porque do mesmo modo que as professoras entregam os sumários, o balanço da actividade e a evolução dos próprios alunos, também nos facultam a nós e temos uma noção clara de como correu o ano lectivo.

Pergunta: Há registo de incidentes nas aec's?

Resposta: No presente ano lectivo tivemos pelo menos um que foi resolvido pelo próprio agrupamento, o próprio agrupamento no seu regulamento interno estabelece algumas regras que põe em pratica quando há algum incidente. Nós só intervimos se for mesmo necessário, normalmente a própria escola reúne com os encarregados de educação, com a professora da actividade, com a titular de turma os alunos e os incidentes são resolvidos assim e normalmente não são graves.

Pergunta: Relativamente ao número de alunos inscritos...

Resposta: São 380.

Pergunta: Todas as escolas estão abrangidas?

Resposta: Sim.

Pergunta: E o pacote é igual em todas?

Resposta: Sim.

Pergunta: A autarquia monitoriza o número de alunos inscritos? Tem conhecimento das desistências?

Resposta: Nós temos um período de inscrições, nós vamos às escolas, aproveitamos as reuniões que os professores titulares de turma têm com os encarregados de educação e fazemos uma exposição das actividades, para que se possam tirar dúvidas. Normalmente as desistências que temos são através de atestado médico. Não temos tido uma grande afluência de atestados médicos, mas claro que controlamos isso, por exemplo se um aluno falta à nataçao e não nos foi entregue nenhum atestado nem a nós nem ao professor titular, normalmente a professora das piscinas comunica-nos a falta ou a própria pessoa que faz o transporte e nós contactamos o encarregado de educação para perceber o motivo. Desde que começaram as actividades não houve desistências, as que houve foi antes das aec's começarem, depois existem casos pontuais de alunos que não podem fazer as actividades por motivos médicos e apresentam-nos o atestado.

Pergunta: Relativamente ao recrutamento dos professores, são todos contratados segundo percebi, o agrupamento de escolas participa na selecção e recrutamento?

Resposta: Não, na altura o que fizemos foi um concurso com pessoas da câmara, os professores já tinham trabalhado connosco o ano passado, as informações que tínhamos eram boas e não havia motivo para alterar.

Pergunta: Quantos professores têm?

Resposta: Dois professores de inglês, 3 de expressão musical e 3 de nataçao.

Pergunta: Têm só um agrupamento de escolas, quantas escolas de 1.º ciclo têm?

Resposta: Um escola aqui na vila que abrange 10 turmas e mais 10 escolas de aldeia.

Pergunta: As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educação?

Resposta: Fazem e já está previsto no plano de 2009 que se faça nova candidatura.

Pergunta: Existe articulação com as entidades parceiras do programa? De que modo é feita?

Resposta: Existe um contacto quase diário, nós articulamos junto do responsável da comissão administrativa provisória do agrupamento questões relativas ao funcionamento, articulamos também com a funcionária responsável pelas piscinas municipais que faz a ponte de ligação entre as professoras da natação e nós, questões relativas por exemplo ao transporte. Articulamos com várias pessoas desde a vigilante que está com os alunos, até ao motorista do autocarro, professor da actividade, professor titular até ao responsável do agrupamento.

Pergunta: Na sua opinião quais os aspectos mais e menos positivos deste programa?

Resposta: Os principais aspectos positivos são a continuidade e a oportunidade de facultar a alunos que provavelmente não poderiam frequentar as piscinas municipais, ou um curso de inglês, ou aulas de música, dar essa oportunidade a todos os alunos do 1.º ciclo. Além de que o facto de frequentarem essas actividades permite-lhes ter um desenvolvimento cognitivo superior ao que teriam se tivessem apenas a componente curricular, embora saibamos que o facto dos alunos estarem ocupados o dia todo se torna cansativo. O segundo aspecto positivo é a gratificação de ver os alunos a evoluir. Ao nível dos aspectos negativos, são muitas horas dos alunos dentro das escolas e o facto de não termos capacidade para a gestão e recrutamento dos professores.

Pergunta: Na opinião da vossa autarquia, estas actividades deveriam passar a ser curriculares?

Resposta: Deveriam ser integradas algumas vertentes para que as crianças pudessem ter acesso a elas durante a componente curricular porque se não temos crianças que têm acesso ao inglês, à música e à natação e outras que não têm acesso. Além disso porque é que têm de ser estas as actividades? Deveriam ser actividades enquadradas no projecto educativo das escolas e não haver aqui constrangimentos em termos do financiamento.

Entrevista n.º 6 (E6)

CMPeniche

Pergunta: Quais as razões que levaram a autarquia a ser a entidade promotora das aec's?

Resposta: Nós tivemos sempre como princípio o seguinte: deveria existir uma parceria entre o município e os agrupamentos, foi tentado, foi conseguido e estabelecemos duas áreas nesta parceria, uma área administrativa que nós fazemos e da parte dos agrupamentos têm a componente pedagógica. Nós além da parte administrativa temos também a parte financeira. Em todo o processo procuramos o envolvimento das duas partes e que as decisões sejam tomadas por consenso. Pensamos que essa era a melhor solução face à nossa realidade.

Pergunta: Qual é a apreciação global que faz do programa?

Resposta: Nós curiosamente fizemos há bem pouco tempo um inquérito e o balanço é claramente positivo, as aec's não sendo o nosso modelo, tentamos a sua aplicação de modo a dar a melhor resposta possível. O modelo que defendemos é mais lúdico em que exista outras infraestruturas fora da escola para as crianças terem essas actividades. Em Portugal o modelo não é este, existe um Despacho que enquadra estas aec's e nós temos de a cumprir com qualidade. No concelho de Peniche as aec's são escolhidas de acordo com as necessidades dos agrupamentos, inglês, actividade física e desportiva e movimento música e drama e procuramos que essas actividades dêem resposta aos objectivos dos agrupamentos de escolas. Em suma, dizer que apesar de não ser este o nosso modelo, o sucesso tem sido a palavra mais adequada e a comprovar isso já está o próprio inquérito que fizemos aos encarregados de educação. A CMP tem feito um esforço notável não só em termos desta parceria mas também de investimento no parque escolar, dotando-o de condições que não tinha até então. Por outro lado, e de acordo com a nossa filosofia das aec's de sair das escolas fizemos protocolos com as associações pagando a utilização de espaços. Todos estes factores contribuíram para que o resultado do inquérito seja claramente positivo.

Pergunta: Considera que a implementação deste programa veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta: Acho que toda a filosofia do governo tem sido nesse sentido, ou seja, de passar novas competências para os municípios, se me disser, com os meios necessários, eu diria que não. Do ponto de vista financeiro podemos dizer que existe um equilíbrio

entre aquilo que recebemos e o que gastamos com as aec's. Por outro lado posso dizer que o país não estava preparado para ter as aec's tal como foram criadas, por isso o nosso município tem feito um esforço grande ao investir no parque escolar. Recentemente fizemos diversas intervenções nas escolas do 1.º ciclo em que dotámos estas escolas de condições que não tinham até então e tudo custeado pelo orçamento do município. O que seria desejável era que as aec's fossem criadas e acompanhadas dos meios, o que não foram. No quadro destas competências que passaram para os municípios na área da educação já vêm as aec's mas vêm outras áreas que irão trazer responsabilidades mais acrescidas e nomeadamente relativamente ao 2º e 3.º ciclo. Relativamente a esta matéria percebemos o alcance do governo mas é muito fácil decidir e depois passar para as autarquias sem os meios financeiros e outros necessários para que haja uma efectiva descentralização.

Pergunta: A autarquia de Peniche não aderiu à transferência de competências?

Resposta: Não, aliás, não fomos só nós. Os municípios não têm uma estrutura preparada para isso, temos que tomar medidas relativamente ao nosso organograma, temos de admitir gente para estas competências e a nossa preocupação tem a ver com o seguinte: a experiência no nosso país depois do 25 de Abril foi má, ou seja, o governo passou para as câmaras municipais as escolas do 1.º ciclo mas ainda hoje está a fazer intervenções nesse parque escolar, bom... podemos ter uma situação semelhante no 2.º e 3.º ciclos, ou seja, podemos ter a passagem dessas competências para os municípios mas não serem acautelados os meios necessários para investir no parque escolar e este é um problema, e por isso, nós e a grande maioria dos municípios, achámos que ainda não estavam reunidas as condições e que há ainda uma fase de transição.

Pergunta: Estão em negociação com a DREL?

Resposta: Não estamos em negociação, mas isso não se deve a qualquer tentativa da Câmara Municipal de Peniche de se desviar das suas responsabilidades mas certamente a DREL ainda não achou ser o momento adequado.

Pergunta: Em que medida é que este programa se insere na política educativa do município?

Resposta: Insere-se e nós procuramos no conselho municipal de educação travar essa mesma discussão, temos tentado fazer aqui este debate. Tivemos até um caso de um encarregado de educação que chegou junto do Sr. Presidente da Câmara com uma

opinião diferente e manifestou interesse em que fizéssemos no CME uma discussão sobre as aec's e daí saiu a necessidade do inquérito que demonstrou um grau de satisfação elevado. O assunto é debatido sempre que necessário no CME e também com os agrupamentos. As aec's deram resposta a uma preocupação que a câmara tinha e que era das 16h às 18h onde é que as crianças ficavam? Se me disser se o modelo que está implementado nas aec's é o nosso? Não é. Se me disser que tem vantagens... sem dúvida. Se me disser que veio dar mais igualdade às crianças... Não tenho dúvidas e até aos encarregados de educação. E assim tem-se dado resposta à questão da igualdade de oportunidades, apesar de não ser o modelo que defendemos.

Pergunta: Há algum documento orientador da política educativa?

Resposta: Há, nós temos a carta educativa que foi das primeiras medidas que tomámos e que é um instrumento relativo não só ao planeamento mas também é a concepção que temos de educação no concelho.

Pergunta: Existe articulação entre este programa e outros projectos desenvolvidos pela autarquia?

Resposta: Fizemos uma coisa que é fundamental, que é a articulação com os agrupamentos de escolas. Nós fizemos uma edição com a escola secundária de um livro no âmbito do pelouro da cultura, que está agora a ser trabalhado nas aec's. Por outro lado, temos em curso uma publicação sobre as rendas de bilros que fazem parte da nossa identidade que irá ser trabalhada pelos professores de movimento, música e drama.

Entrevista n.º 7 (E7)

CMPeniche

Pergunta: A autarquia estabeleceu protocolos para a implementação do programa das aec's?

Resposta: O primeiro protocolo foi realizado com os 3 agrupamentos de escolas à 4 anos, nos anos seguintes estabelecemos protocolos com um número significativo de instituições, associações e clubes de forma a tornar a sua execução mais operacional.

Pergunta: Esses protocolos foram para a cedência de espaços?

Resposta: Sim, temos muitos espaços alugados para a actividade física e desportiva e para escolas onde há desdobramento de horário e noutros casos criámos salas de raiz noutros espaços.

Pergunta: Existe um plano de actividades para as aec's?

Resposta: Existe um programa estabelecido pelo Ministério da Educação para o inglês e para a actividade física e desportiva, para o caso do movimento, musica e drama fomos nós que fizemos.

Pergunta: Foi a autarquia que fez?

Resposta: Não, foram os agrupamentos. Toda a área pedagógica é os agrupamentos que decidem.

Pergunta: De que modo é feita a selecção das actividades?

Resposta: Pelos agrupamentos, foram eles que decidiram ter todas as mesmas actividades.

Pergunta: A autarquia sabe qual é o balanço entre a receita e a despesa?

Resposta: Sim, gastamos dentro das possibilidades. Além do pagamento aos professores e do material didáctico, temos o pagamento das instalações e da vigilância.

Pergunta: Mas o balanço é positivo?

Resposta: É positivo porque somos nós a fazer toda a área administrativa e financeira.

Pergunta: Quantos professores têm?

Resposta: No início do ano lectivo tínhamos 46 contratados a termos certo. Há também 4 professores que estão a acumular, que estão a recibo verde porque não podem fazer contrato.

Pergunta: Quem faz os horários, são os agrupamentos de escolas?

Resposta: Sim.

Pergunta: Todas as escolas estão abrangidas?

Resposta: Sim, todas.

Pergunta: E o pacote é igual em todas?

Resposta: Em todas as escolas e em todos os agrupamentos. Esta opção foi da responsabilidade dos agrupamentos.

Pergunta: Quantos alunos estão matriculados no 1.º ciclo? E quantos estão a frequentar as aec's?

Resposta: Temos 5% de alunos que não estão a frequentar todas as actividades, uns frequentam apenas uma, outros duas.

Pergunta: Qual o valor hora pago aos professores?

Resposta: 12,68€.

Pergunta: Os agrupamentos de escolas participam na selecção dos professores das aec's?

Resposta: Sim, fazem parte do júri de selecção.

Pergunta: As aec's fazem parte do plano de actividades da educação?

Resposta: Sim, são uma realidade, fazem parte.

Pergunta: Em termos de articulação com as entidades parceiras, já percebi que existe articulação, são feitas reuniões para a monitorização do programa?

Resposta: Encontramo-nos periodicamente com os agrupamentos.

Pergunta: O agrupamento entrega à autarquia algum balanço final das aec's?

Resposta: É feito um relatório pelos professores e pelos próprios agrupamentos.

Pergunta: Como é que caracteriza a relação dos professores das aec's com os professores titulares de turma?

Resposta: No princípio havia alguma resistência por parte dos professores titulares, não foi muito fácil. Muitos dos professores das aec's já estão connosco à 3 anos e isso também é importante, porque vão-se conhecendo.

Pergunta: Na sua opinião, quais os aspectos mais positivos e quais os principais constrangimentos deste programa das aec's?

Resposta: Para mim o primeiro constrangimento é a contratação dos professores, este tipo de contrato que fazemos é muito burocrático e dá muito trabalho aos recursos humanos da Câmara, é um mês a trabalhar na sua elaboração. Por outro lado, há ainda o facto de não termos escolas preparadas, não temos salas alternativas. O aspecto mais positivo é a satisfação dos alunos.

Pergunta: Na sua opinião, estas actividades deveriam fazer parte do currículo?

Resposta: Penso que o inglês deveria fazer parte do currículo, era mais fácil para todos, uma vez que é obrigatório a sua oferta. As colocações passariam a ser feitas como para os outros professores, pelo Ministério da Educação.

Entrevista n.º 8 (E8)

CMÓbidos

Pergunta: A autarquia estabeleceu protocolos para a implementação do programa das aec's?

Resposta: Estabelecemos um protocolo com o agrupamento de escolas, para o ensino da música fizemos um protocolo com a Banda Filarmónica de Óbidos.

Pergunta: Existe algum plano de actividades específico para as aec's?

Resposta: Não, no gabinete de educação não temos. Os professores fazem esse plano no início do ano lectivo de acordo com as orientações programáticas, também fazem reuniões com os professores do 3.º ciclo.

Pergunta: De que modo foi feita a selecção das actividades?

Resposta: As actividades variam, nós temos as comuns, o inglês, a música, o apoio ao estudo e a actividade física e desportiva. Temos também a ciência divertida e fizemos um teste este ano aqui no complexo para o 1.º e o 2.º ano com o “Mindlab”, se essa actividade tiver resultados será alargada a todos os alunos. Aqui no complexo uma vez que não há aulas à quarta-feira criámos um programa que é o “Descobre o teu talento”, pedimos aos alunos que escolham uma actividade dentro de um pacote que tem ballet, hip-hop, judo, artes plásticas e orquestra escolar. Depois dos alunos terem escolhido formámos grupos e estão a ser desenvolvidas as actividades.

Pergunta: A autarquia faz o balanço entre a receita e a despesa com este programa?

Resposta: O que recebemos do Ministério da Educação não paga a despesa com as aec's, a autarquia faz um investimento de 51%.

Pergunta: A autarquia monitoriza o programa?

Resposta: Como entidade promotora fazemos o acompanhamento durante o ano. Este ano vamos fazer também um questionário aos alunos, o ano passado foi só um questionário de interesses e este ano será de avaliação das actividades. Nas reuniões que fazemos é pedido aos professores que façam uma avaliação das actividades.

Pergunta: É elaborado algum relatório de actividades ou a avaliação é informal?

Resposta: É só informal, não é feito relatório nenhum.

Pergunta: Há registo de incidentes nas aec's?

Resposta: Há reclamações dos pais e dos professores.

Pergunta: Estão registadas?

Resposta: Algumas estão, mas também há conversas informais.

Pergunta: Qual o n.º de alunos que estão a frequentar as aec's?

Resposta: 445 alunos num total de 490.

Pergunta: Todas as escolas estão abrangidas?

Resposta: Sim.

Pergunta: A autarquia monitoriza o n.º de alunos inscritos?

Resposta: Sim, nós temos o registo das desistências e sempre que elas se registam tentamos saber qual é o motivo.

Pergunta: De que modo é feito o recrutamento dos professores?

Resposta: Nós não fazemos recrutamento de professores, fazemos recrutamento de empresas. As empresas é que são responsáveis pelo recrutamento de professores, mas temos acesso a todos os currículos dos professores. Temos prestação de serviços para todas as actividades à excepção da actividade física e desportiva porque a gestão é feita pela secção de desporto da autarquia.

Pergunta: Qual é o valor hora pago aos professores?

Resposta: Depende, o “Mindlab” é uma actividade muito mais dispendiosa.

Pergunta: Quantos monitores/professores são?

Resposta: Temos 30 monitores, auxiliares técnicos de educação, para o acompanhamento dos professores, que são 26.

Pergunta: As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educação?

Resposta: Fazem.

Pergunta: Existe articulação com as entidades parceiras do programa?

Resposta: Existe principalmente com os agrupamentos, como estamos a trabalhar no mesmo edifício vamos fazendo uma avaliação em conjunto, em equipa.

Pergunta: Com os outros estabelecimentos qual é a periodicidade das reuniões?

Resposta: Não está nada definido.

Pergunta: Na sua opinião quais os aspectos mais positivos deste programa e quais os principais constrangimentos?

Resposta: Os aspectos positivos são em termos da família, antes existia um prolongamento de horário que era pago, neste momento as aec's são um serviço gratuito o que é uma vantagem para as famílias. Em termos de constrangimentos, isso depende

do modo como as actividades são dinamizadas, depende da formação dos professores, das dinâmicas existentes na sala de aula. Se as actividades forem demasiado dirigidas não há tempo para a descoberta, para actividades que despertem outro tipo de aprendizagens.

Pergunta: Na sua opinião as aec's deveriam passar a ser curriculares?

Resposta: Acho que o inglês deveria fazer parte do currículo nacional, as restantes nem pensar.

Pergunta: Tiveram sempre contratualização com empresas?

Resposta: Não, no início tivemos prestação de serviços com professores e contratos a termo resolutivo mas a partir do momento em que deixou de ser possível fazermos prestação de serviços com pessoas singulares tivemos de optar por contratar empresas.

Pergunta: Não vê nisso um certo risco de privatização da educação?

Resposta: Não, acho que caminhamos para uma municipalização da educação, mas privatização não.

Pergunta: Não acha que as empresas têm as actividades demasiado formatadas?

Resposta: Cabe ao município numa primeira reunião onde se falam das orientações programáticas dar conta da existência do projecto educativo, do projecto curricular de escola e projecto curricular de turma.

Pergunta: De que modo é feita a articulação entre a empresa e os agrupamentos de escolas?

Resposta: As empresas articulam com o professor titular de turma, os docentes também têm-se mantido os mesmos o que permite estabelecer laços com os professores titulares de turma.

Entrevista n.º 9 (E9)

CMÓbidos

Pergunta: Quais as razões políticas que levaram a autarquia a ser a entidade promotora das aec's?

Resposta: Fundamentalmente o nosso modelo de desenvolvimento tem na questão educativa uma prioridade. Partimos de uma educação básica que tem que ter níveis de formação adequados para depois estreitar para níveis de educação mais especializado. Damos atenção às questões tecnológicas na oferta educativa, temos um parque

tecnológico, a educação estar devidamente articulada com os factores estruturantes que fazem parte deste modelo.

A primeira razão a nível macro é a política de desenvolvimento, a segunda razão tem a ver com o olhar para a comunidade educativa, para os resultados escolares, ou seja, temos taxas de abandono escolar elevadas e níveis sociais em que há uma distância familiar, em que temos problemas de nutrição, assim como, as más condições físicas da escola. Temos um conjunto de aspectos que do ponto de vista material eram evidentes na nossa rede educativa, ou seja, as questões macro e as questões de análise e de avaliação concretas levou-nos a pensar que era fundamental fazermos um investimento na área da educação. Quando desenhamos o programa “Crescer melhor” em 2002/03, nós tínhamos razões que iam desde introduzir refeições quentes nas escolas até criar um espaço mais agradável, criar um espaço mais agradável, criar maior relacionamento com os pais. Começámos com o crescer melhor a entrar dentro das escolas e a desenvolver um sistema municipal na educação, ou seja, quando surgiram as aec's nós estávamos preparados, não tivemos nenhum problema, a transição foi rápida. Este factor que tem a ver com a construção de um modelo educativo que possa cumprir a função macro faz com que o gabinete da educação não seja mais do que uma estrutura, uma espécie de protodepartamento futuro na educação municipal. Nós pretendemos ter toda a responsabilidade da educação básica, a única coisa que queremos do Ministério da Educação são os objectivos nacionais do currículo, para onde é que caminhamos. Temos um gabinete que terá de estar 6 ou 7 anos a desenvolver um sistema municipal de educação, nós queremos chegar às escolas municipais. O ME deve definir o currículo, os objectivos nacionais, a forma como executamos deve ser nossa. O trabalho do município de Óbidos é nesse aspecto muito inovador, pioneiro porque procura desbravar uma situação nova no contexto das políticas públicas de educação em Portugal.

Pergunta: Qual é a apreciação global que faz deste programa?

Resposta: Tem uma característica que tem a ver com formas de participação em que nós temos já uma espécie de propositura elaborada, as aec's já estão predefinidas, mas a forma como se contrata os professores quem decide somos nós, mas depois nós acrescentámos um sistema que introduz as escolhas desde os 6 anos de idade, todas as crianças podem escolher as suas próprias disciplinas. Fomentamos a ideia de que a

escola é um espaço de escolhas. Nós com o programa “Descobre o teu talento” temos 5 horas semanais em que as aec's são escolhidas pelas crianças.

Pergunta: Acha que estas actividades deveriam fazer parte do currículo?

Resposta: Eu defendo um país em que cada comunidade cria o seu sistema de educação. Eu acredito é que se nós como comunidade identificarmos que devemos ensinar áreas tecnológicas, devemos ensinar mais isso que outra coisa, a oferta educativa é algo gigantesco. O que eu acho mais importante é a responsabilidade de identificar o que a comunidade deve discutir, se tenho uma comunidade altamente preocupada com a questão da criatividade, a criatividade deve estar no currículo das escolas. Deve-se ir ao encontro dos aspectos intrínsecos dos nossos destinatários, os jovens, são eles que temos de preparar para o processo formativo, temos de lhes dar conhecimento e socialização. Eu acho que o termos aec's é horrível porque desprestigia estas aulas, não lhes atribui importância, dá-lhes um sentido vitamínico e eu discordo plenamente desta visão. Porque é que inglês só pode ser dado à tarde? As aec's são actividades que estão em constante progresso, nós nunca poderemos ter uma oferta fechada, o processo de implementação, o mastigar das coisas leva à evolução e nesse sentido trabalhamos para os programas. Nós temos sempre o pressuposto de uma escola mais comunitária, uma escola com mais ensino individual, ênfase no indivíduo através das aec's. Existe sempre um objectivo estratégico por detrás da proposta que fazemos, quando dizemos descobre o teu talento, faz parte dum programa estratégico chamado “Óbidos Criativa” em que a primeira meta é uma educação criativa, mas isto combina com um conjunto alargado de outras metas que promovam a criatividade e os talentos para a economia.

Pergunta: Não vê na contratualização com empresas um certo risco de privatização da educação?

Resposta: Elas têm pouca expressão no nosso sistema. Elas implementam o conceito, o caso do “Mindlab” tem um conceito próprio de desenvolvimento de determinadas capacidades das crianças que pensamos ser interessante, depois avaliamos e vemos se queremos ou não continuar. O que temos é de ter uma escola aberta, onde o privado e o público possam entrar na escola. Nós não nos confundimos com o privado, nós queremos ter um novo conceito de escola que não existe em Portugal, um sistema público municipal, não inventámos, visitámos muitas escolas, temos projectos de cooperação internacional.

Pergunta: O facto do projecto “Descobre o teu talento” existir só no novo complexo e não abranger todo o universo de alunos, não pensa que pode trazer desigualdade?

Resposta: Promove mas é temporário, a partir de Setembro é universal no concelho inteiro. Há um processo de participação dos pais que trabalhamos muito e que é muito importante. A inovação educacional, a experimentação, o nosso conceito é ter áreas, grupos a ser testados para depois haver uma aplicação geral. Num sistema municipal os pais terão maior responsabilidade na gestão da escola do que têm hoje, mas para isso é necessário envolvê-los.

Entrevista n.º 10 (E10)

CMLourinhã

Pergunta: A autarquia estabeleceu protocolos para a implementação do programa das aec's?

Resposta: Nós já fazíamos aqui algumas experiências mais no âmbito da actividade física e mais especificamente com a natação. Dois anos depois surgiu o programa das actividades de enriquecimento curricular. Nós contratámos as associações locais que já desenvolviam algum trabalho connosco no período das interrupções lectivas, colónias de férias e outras situações, quando surgiram as aec's resolvemos lançar-lhes o desafio cumprindo obviamente todos os requisitos. O que fazemos é uma consulta todos os anos de acordo com o número de alunos e o n.º de grupos que se consegue criar, definimos o número de turmas, os espaços físicos, as localidades e depois contratualizamos com eles. Tivemos sempre a preocupação com o valor hora embora saibamos que para a câmara em termos económicos não é tão vantagoso mas estabelecemos que tinham de procurar como primeira prioridade os professores no mercado de trabalho do concelho desde que tivessem a formação adequada para desenvolver as aec's. Temos 64 professores envolvidos dos quais 42 são do concelho. O segundo passo foi concertar tudo com os conselhos executivos, nós mantemos uma relação muito próxima em tudo o que é planeamento nas escolas, fazemos isto em reuniões de conjunto, os horários foram feitos em conjunto. No primeiro ano a mancha horária era igual em todas as escolas, todos tinham as aec's das 15h30 às 17h30. No ano seguinte e depois da avaliação... nós fazemos reuniões no final de cada período em que os conselhos executivos nos dão feedback da forma como está a decorrer, há conselhos executivos que têm fichas

preenchidas sobre o percurso das aec's e nós partilhamos essas situações. Fazemos ainda reuniões com o representante de cada uma das entidades, cada associação tem um coordenador com quem estabelecemos o diálogo. Também em situações de maior conflito são feitas reuniões, os técnicos da autarquia ou em última instância eu próprio fazemos esses encontros para resolver o problema sempre que se justifique. No segundo ano e a pedido de alguns docentes deslocaram-se algumas horas, houve três situações, nuns casos manteve-se o esquema do ano anterior e noutros fez-se uma alteração que foi introduzir as aec's no primeiro período da manhã ou antes da hora de almoço, depois na avaliação que foi feita, abandonou-se esta ideia e voltou-se à primeira forma. Houve ainda outra situação onde se concentrou em duas tardes o maior número de actividades, ficando a actividade lectiva nas outras tardes. Acompanhámos também as mudanças com o desaparecimento da expressão plástica e a introdução do inglês, este ano deixámos de ter uma associação a trabalhar connosco que intervinha muito na área da expressão plástica. Para além da avaliação global fazemos uma avaliação por área relativamente à actividade física e desportiva, inglês e música. Num primeiro momento isto não foi muito fácil, nas escolas onde o professor titular de turma teve uma postura de envolvimento e transmitiu a mensagem aos pais, nesses casos correu bem, embora no global não tenhamos grandes problemas. No primeiro ano a relação entre o professor titular de turma com os professores das aec's foi a questão mais complexa que existiu. Nós tivemos a preocupação com a qualificação dos professores... Articulámos com os parceiros, por um lado, com os conselhos executivos, e por outro, com as entidades com os quais contratualizámos os serviços.

Pergunta: Quantas associações são?

Resposta: Neste momento temos 6 associações, a associação "Tá a mexer" tem também a questão do pessoal não docente de acompanhamento às aec's, a Câmara assumiu o controlo das crianças nas aec's. Alguns professores prestam serviço em mais do que uma entidade o que permite um horário com maior número de horas o que leva a uma maior estabilidade.

Pergunta: As actividades decorrem todas nas escolas? Não têm espaços alugados?

Resposta: Não temos espaços alugados embora utilizemos espaços diferentes em algumas situações em que é possível, sobretudo na actividade física e desportiva é utilizado o espaço envolvente das escolas ou o de associações.

Pergunta: Mas não estabelecem protocolos para essa utilização?

Resposta: Não, como damos apoio à maioria das associações do concelho essa é uma contrapartida.

Pergunta: Segundo percebi não contratam professores...

Resposta: A autarquia não contrata professores, no contrato estabelecido com as associações está as obrigações das partes onde consta que têm de assegurar inclusivamente professores de substituição.

Pergunta: Os agrupamentos participam no processo de selecção dos professores?

Resposta: Participam, as entidades remetem os curriculos à Câmara e nós submetemos à aprovação dos agrupamentos.

Pergunta: Qual é o valor hora pago aos professores?

Resposta: Creio que é 12€.

Pergunta: Relativamente ao pacote das actividades, já me disse que a selecção é feita em conjunto com os agrupamentos e é o pacote base?

Resposta: Sim, nós estabelecemos que os agrupamentos tinham de chegar a um consenso e as actividades tinham de ser iguais em todo o concelho.

Pergunta: Há um plano de actividades específico para as aec's?

Resposta: Os professores titulares de turma, os professores das actividades e os conselhos executivos através da figura que eles têm que é a do coordenador fazem esse plano das actividades. Nós temos proposto uma acção por ano mais na área da música na aula magna da reitoria em que todos os meninos vão lá.

Pergunta: A autarquia sabe qual é o balanço entre a receita e a despesa? Têm isso contabilizado?

Resposta: Relativamente aos custos com os professores estamos numa situação diria não muito deficitária.

Pergunta: Todas as escolas estão abrangidas? O pacote das actividades é igual em todas?

Resposta: Sim, todas estão abrangidas. No primeiro ano ainda tivemos alguma deslocação de alunos para fazer grupo turma para as aec's, este ano abandonámos essa ideia. Avaliámos os custos e os problemas da deslocação e mantemos grupos mais pequenos.

Pergunta: Há registo de incidentes neste programa?

Resposta: Registo de incidentes não temos. O estatuto do aluno é aplicado às aec's.

Pergunta: Há muitas desistências das actividades?

Resposta: No ano passado tivemos 4 desistências.

Pergunta: As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educação?

Resposta: Sim.

Pergunta: Em termos de articulação com as entidades parceiras, já me disse que existe e que é feita através de reuniões....

Resposta: Para além das reuniões formais, há também contactos com os coordenadores que são os interlocutores da câmara.

Pergunta: Quais as razões do ponto de vista político levaram a autarquia a ser a entidade promotora das aec's?

Resposta: A autarquia da Lourinhã sempre deu uma importância muito grande à educação. Com o aparecimento das aec's e tendo em conta que já tínhamos feito antes alguns ensaios com a natação só poderíamos concretizar este processo, foi no fundo concretizar um trabalho que já vinha a ser desenvolvido, mais abrangente, com mais actividades e estruturado de outra forma.

Pergunta: A autarquia foi sempre a entidade promotora das aec's?

Resposta: Sim.

Pergunta: Nunca pensaram em contratualizar com empresas?

Resposta: Nunca pensámos porque queríamos que algumas das entidades com as quais já colaborávamos anteriormente ficassem envolvidas no processo, criando um nicho de mercado de emprego ao nível do nosso concelho para a concretização destas actividades. Houve a preocupação de acautelar tudo o que era situações que conduziam ao regular funcionamento, a questão do professor de substituição, bem como, assumirmos o acompanhamento das crianças e isto é mais fácil quando estamos a trabalhar com pessoas que já têm provas dadas que nos dão a garantia de um bom serviço. Temos a consciência que este processo sairá um pouco mais caro do que se desenvolvessemos um procedimento concursal, mas a nossa postura é a aposta num serviço de qualidade e olhamos para a educação como um investimento e não como um custo.

Pergunta: Qual é a apreciação global que faz deste programa? Quais as principais vantagens e constrangimentos, não só ao nível da autarquia, mas também dos destinatários deste programa?

Resposta: Eu penso que devemos olhar mesmo é para a questão dos destinatários. O programa tem vantagens ao nível do desenvolvimento e do crescimento das crianças. Isto será uma mais valia se houver uma relação estreita entre o professor titular de turma e o professor das aec's. Tenho algum receio que os agrupamentos não se estejam a preparar para isto... ao nível da actividade física, do inglês e da música vão começar a surgir os meninos que têm um ciclo completo disto e temo que ao nível do 2.º ciclo não sejam feitos os reajustamentos condicentes para receber estas crianças. Eu não vejo as actividades só como uma ocupação dos meninos mas como uma mais valia nas aprendizagens das crianças. Há que ter algumas cautelas no sentido de haver um intervalo entre a actividade dita curricular e a actividade de enriquecimento curricular. Tendo em conta a avaliação que temos feito eu diria que isto é francamente positivo.

Pergunta: Na sua opinião estas actividades deveriam deixar de ser de enriquecimento e passar a ser curriculares?

Resposta: Para isso se calhar a cultura de escola tinha de mudar, a monodocência no 1.º ciclo não permite isso. Se falarmos em equipas pedagógicas no 1.º ciclo faz mais sentido que se agrupe tudo isto.

Pergunta: Considera que este programa veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta: Eu acho que não é só por este programa, acho que as autarquias que não forem capazes de fazer uma procura sistemática da qualidade de vida e ela passa também pela educação, dificilmente conseguem estar na frente. Não considero que o interesse da autarquia na educação tenha aumentado com este programa, já existia, isto é um complemento.

Pergunta: Acha que veio aumentar as competências?

Resposta: Claramente acho que sim, mas não vejo mal nisso.

Pergunta: Como situa este processo das aec's no âmbito da descentralização de competências?

Resposta: Acho que se enquadra, vejo que este modelo seria difícil de implementar na sua totalidade pelo poder central e pelas escolas. Eu acho que isto também foi uma

forma inteligente de pôr no terreno esta modalidade. Por um lado, havia muitas autarquias que já tinham trabalho feito, por outro lado, as que eventualmente só iniciaram agora a sua visão mais educacional também foi importante por despertar nelas esse papel que devem ter.

Pergunta: A autarquia aderiu ao processo de transferência de competências?

Resposta: Sim, ao contrato de execução. Eu acho que há vantagens, a questão da proximidade, as câmaras têm algum receio porque agora as pessoas têm a quem reclamar. Temos tido a preocupação de ir explicando a todos os intervenientes como é que as coisas funcionam, a ideia de que passou para as autarquias e não há regras no jogo, isso não pode ser. Cada um tem de cumprir o seu papel e há que definir muito bem os campos de intervenção. Percebo que as autarquias tenham algum receio nisso mas a questão da proximidade permite também que encontremos outras soluções que outro poder mais distante não conseguiria.

Pergunta: O balanço que faz até agora embora tenha passado pouco tempo é positivo?

Resposta: É positivo, neste contrato de execução o ministério tem tido uma postura muito favorável, há algumas questões complexas como contratos de trabalho, mas mesmo assim localmente, por vezes, consegue-se resolver melhor.

Pergunta: Em que medida enquadra o programa na política educativa local, há algum documento orientador dessa política?

Resposta: Neste momento não há um documento escrito, formal relativamente à política educativa mas há uma postura educativa da câmara que é a preocupação relativamente à qualificação dos espaços de educação dando melhores condições aos alunos e aos professores para se poder exigir qualidade de ensino.

Pergunta: A decisão, concepção e avaliação do programa foram discutidos no Conselho Municipal de Educação?

Resposta: É dado conhecimento ao CME de tudo o que diz respeito à educação e é solicitado aos membros que exponham as suas ideias.

Pergunta: Há articulação entre o trabalho desenvolvido nas aec's e outros projectos sócio-educativos desenvolvidos pela autarquia?

Resposta: Há a preocupação de haver articulação que passa muito pela nossa reivindicação no sentido de envolver os professores titulares de turma. As aec's não podem estar num compartimento à parte da actividade lectiva. Tem de haver estratégia

comum porque tal como a legislação diz o professor titular de turma é o coordenador, o responsável.

Entrevista n.º 11 (E11)

CM Cadaval

Pergunta: A autarquia estabeleceu acordos de colaboração ou protocolos para a implementação do programa das aec's?

Resposta: Quando saiu o 1.º modelo das aec's nós já tínhamos 3 anos de experiência, uma experiência piloto com o agrupamento de escolas, só temos um, nós chamávamos o projecto de extensão curricular, em que ministrávamos ao 3.º e 4.º ano aulas de inglês, educação física e educação musical. Tratavam-se das mesmas áreas curriculares, mas leccionadas por professores do agrupamento. A educação física funcionava, também com a prática da natação na piscina municipal, os meninos eram transportados para a piscina e as aulas eram dadas por técnicos da autarquia. O contributo em termos pedagógicos do agrupamento centrava-se mais no inglês e na educação musical. Quando saiu o primeiro despacho ministerial acerca das aec's abraçámos logo o projecto porque no fundo já o tínhamos no âmbito de uma parceria própria. No primeiro ano estabelecemos uma parceria com o agrupamento de escolas e ficámos com a tutela administrativa e financeira e o agrupamento com a tutela pedagógica, contratámos professores, isto nos dois primeiros anos e tivemos sempre a colaboração directa de associações locais sobretudo para a ocupação de espaços. Este ano lectivo o despacho que saiu veio alterar algumas situações, e decidimos contratualizar, com uma empresa a totalidade dos serviços lectivos. Mesmo neste cenário o agrupamento continua a nomear coordenadores para as áreas curriculares. Este ano, temos a oferta uniformizada em 3 actividades

Pergunta: Abrange todos os alunos e todas as escolas?

Resposta: Abrange todos os alunos mas não funciona em todas as escolas porque temos escolas diminutas. Assim criámos núcleos transportando os alunos para centros escolares mais próximos. A nossa oferta é de 100%, temos 591 alunos matriculados e 521 a frequentar (a taxa de adesão é 88%).

Pergunta: Neste caso os acordos que têm, são com a empresa e com o agrupamento....

Resposta: Sim, este ano o modelo de candidatura às aec's já presumia indicarmos as entidades que eram nossas parceiras, temos sobretudo associações que nos cedem o espaço para a actividade física, umas com contrapartida financeira, outras sem.

Pergunta: Quantas entidades são?

Resposta: 5 associações locais que são entidades parceiras em termos de espaços físicos.

Pergunta: Alguma dessas associações tem a parte do pessoal não docente?

Resposta: Não, o pessoal não docente é todo colocado pela autarquia.

Pergunta: A selecção das actividades foi feita em conjunto com o agrupamento?

Resposta: Sim.

Pergunta: A câmara sabe qual o balanço entre a despesa e a receita?

Resposta: Sabemos, através do fundo social municipal, de qualquer modo há uma parte da despesa que não é fácil de contabilizar porque, uma parte do pessoal não docente, já nos dá apoio noutras actividades de apoio à família. Não temos contabilidade com centro de custos e é mais difícil aferir. De qualquer modo julgo que o balanço, este ano, é equilibrado.

Pergunta: Pode-me dizer qual é a empresa?

Resposta: È o “Baú de aventuras”, uma empresa do Cadaval.

Pergunta: A autarquia encara este programa como um investimento?

Resposta: Sim, e neste momento já está a dar frutos, neste momento estão a chegar ao 5.º ano alunos que tiveram 3 anos de contacto com o inglês e o resultado em termos do aproveitamento escolar é visível.

Pergunta: A autarquia foi a entidade promotora logo desde a generalização do inglês?

Resposta: Sim.

Pergunta: A autarquia monitoriza este programa?

Resposta: Monitoriza, nós fazemos reuniões periódicas com o agrupamento e os seus coordenadores e o representante da empresa. Monitorizamos também em termos das faltas dos professores e também a contratualização com a empresa solicitando o dossier da contratação de todos os docentes. Temos a assiduidade dos professores controlada através do nosso pessoal não docente nos locais, isto porque queremos fazer uma avaliação da entidade e saber se esta cumpriu as cláusulas a que se propôs. Existem dossiers pedagógicos.

Pergunta: Qual é a periodicidade das reuniões?

Resposta: Por período lectivo.

Pergunta: Existe um plano de actividades para as aec's?

Resposta: Existe mas como a tutela pedagógica é do agrupamento, ele é feito pela empresa e pelos coordenadores pedagógicos.

Pergunta: Em termos de relatório de actividades, a empresa entrega-vos alguma coisa?

Resposta: Nessas reuniões são apresentados os relatórios.

Pergunta: Qual foi o motivo que levou a autarquia este ano a contratualizar com uma empresa?

Resposta: Tem a ver com o nova lei da contratualização pública, deixou de ser possível estabelecer avenças. Uma vez que se tinha constituído no mercado local uma empresa com professores que já tinham experiência connosco, a proposta apresentada foi favorável e tendo sido cumpridos todos os requisitos fizemos esta opção, até porque era um imperativo legal.

Pergunta: Há registo de incidentes nas aec's?

Resposta: Com o agrupamento de escolas o entendimento é perfeito, com os coordenadores também é bom. Da parte dos professores titulares julgo que se deram passos muito importantes para que os professores titulares entendam as aec's como oferta global de escola. As experiências são muito díspares, existem experiências de entendimento perfeito e experiências de algum distanciamento. Julgo que as nossas reuniões de coordenação também servem para afinar estes pontos e que têm dado passos muito importante em relação a isso.

Pergunta: Quantos professores estão ligados ao programa?

Resposta: Não lhe sei dizer, não tenho aqui o contrato.

Pergunta: O agrupamento de escolas participa na selecção dos professores?

Resposta: O vínculo jurídico da empresa é connosco e não com o agrupamento de escolas contudo antes de estabelecemos o clausulado que nos liga à empresa foi o mesmo visto em conjunto pelas duas partes envolvidas.

Pergunta: Pode-se dizer que a câmara teve um papel mais importante ao nível da selecção e do recrutamento que o agrupamento de escolas....

Resposta: Nós não tivemos nenhum papel ao nível da selecção e do recrutamento, a empresa é que seleccionou todos os professores.

Só tiveram ao nível de estabelecer a ponte entre a empresa e o agrupamento...

Pergunta: Há desistências no programa?

Resposta: O ano passado sim, este ano não.

Pergunta: As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educação?

Resposta: Fazem.

Pergunta: A articulação com as entidades parceiras, já me disse que existe, não é? Através de reuniões...

Resposta: Sim, sim.

Pergunta: Na sua opinião quais os aspectos mais positivos e principais constrangimentos deste programa?

Resposta: Eu penso que o principal ponto positivo é também o principal constrangimento, porque a principal nota positiva é a quebra de isolamento de algumas escolas, por outro lado, é o principal constrangimento porque o facto de algumas serem isoladas traz-nos problemas ao nível dos transportes e de horários. Penso que o contacto destas crianças com crianças de outras escolas, bem como o contacto com o ensino do inglês é muito importante. Penso que os pais estão a levar muito a sério, sobretudo o inglês. Estes são os dois factores mais positivos. O constrangimento tem a ver com o isolamento e com o facto de algumas escolas não terem ainda todas as condições para podermos desenvolver como desejávamos as actividades.

Pergunta: Na sua opinião as aec's deveriam passar a ser curriculares?

Resposta: Julgo que no nosso caso concreto como a taxa de adesão é tão elevada não vejo no facto de não ser lectivo nenhum constrangimento. Como conseguimos estabelecer uma boa parceria com o agrupamento, o facto de não ser curricular não nos trouxe constrangimentos.

Pergunta: O facto de este ano terem recorrido à contratualização não vê nisto um certo risco de privatização da educação?

Resposta: Não, porque o que nós fizemos foi uma parceria público-privada em que nós controlamos o contrato que fizemos. Entendia que haveria uma intromissão dos privados nesta situação se tivéssemos entregue toda a responsabilidade de organizar, gerir e avaliar todo o processo. A experiência que temos até agora é positiva, tirou-nos alguma sobrecarga nomeadamente ao nível da substituição dos professores.

Pergunta: Quais foram as razões que levaram a autarquia a ser a entidade promotora das aec's?

Resposta: Penso que o principal motivo para sermos nós foi porque já tínhamos 3 anos de experiência em que as coisas tinham corrido muito bem, e numa altura em que o município está a investir claramente na educação não fazia sentido não agarrarmos mais este serviço porque é um serviço que tem de ser visto em paralelo com o restante serviço de apoio à família, com uma série de ofertas que queremos que a escola potencie. O município entendeu que teria de ser ele a potenciar esse serviço.

Pergunta: A câmara tinha rede de atl's?

Resposta: Sim, nós continuamos a ter no 1.º ciclo atl's das 17h30 em diante, o que tivemos que fazer foi uma alteração de preçário.

Pergunta: Em todas as escolas?

Resposta: Não, só nas que o número de alunos assim o justifica, neste momento temos 2 centros escolares a funcionar assim.

Pergunta: Na sua opinião, a implementação deste programa veio alterar o papel da autarquia em termos de educação?

Resposta: Aumentaram as competências, e tornaram o papel do município dentro da escola mais forte, mais visível. Tivemos de estabelecer mais uma parceria com o agrupamento de escolas.

Pergunta: A vossa autarquia aderiu ao contrato de execução no âmbito da transferência de competências?

Resposta: Não.

Pergunta: Como é que situa as aec's neste processo de descentralização de competências?

Resposta: Eu penso que todos os passos que têm sido dados têm sido no sentido de transferir as competências, mas este programa não veio reforçar nada porque nós ainda não contratualizamos as competências.

Pergunta: Na sua opinião este programa insere-se na política educativa do município?

Resposta: Insere-se porque, no âmbito da política educativa do município, a grande missão deverá ser proporcionar aos munícipes e às famílias as melhores condições para uma educação integral e a esta não passa só pela educação lectiva, passa por outros

aspectos nomeadamente o suprimir algumas dificuldades que as famílias teriam no acesso a algumas actividades.

Pergunta: Existe algum documento que oriente a política educativa?

Resposta: Em termos de planeamento físico temos a carta educativa que também nos dá algumas orientações no sentido do que queremos estruturalmente. Depois foi feito um levantamento em termos de rede social no que diz respeito ao eixo da educação que neste momento está a ser reestruturado. Em termos internos não há nenhum documento escrito. Temos ainda um grupo de trabalho para elaborar o projecto educativo concelhio, intenção que teve a sua origem no concelho municipal de educação há um ano atrás sob proposta da autarquia. Esse grupo de trabalho teve alguns constrangimentos, algumas dificuldades e o que saiu como intenção foi que o plano de actividades de todas as instituições representadas tivesse um fio condutor comum. Contudo continuamos a trabalhar para a criação do projecto educativo concelhio.

Pergunta: O processo de concepção, implementação e avaliação do programa das aec's passa pelo conselho municipal de educação?

Resposta: O que fazemos é dar a conhecer e recolher sugestões, fazemos um ponto de situação relativamente a todas as actividades da autarquia em termos de educação. E na reunião do final do ano lectivo fazemos o balanço final.

Pergunta: Em termos de articulação das aec's com outros projectos sócio-educativos que a autarquia desenvolva, há alguma articulação?

Resposta: Há articulação no projecto do serviço de apoio à família, quando fazemos a nossa rede em articulação estreita com o que já é a oferta e com as necessidades das famílias no âmbito do serviço das aec's.

Entrevista n.º 12 (E12)

CMCaldasdaRainha

Pergunta: Quais as razões do ponto de vista político que levaram a autarquia a ser a entidade promotora das aec's?

Resposta: Por um lado foi por força do imperativo legal uma vez que no despacho das aec's as autarquias eram as entidades promotoras privilegiadas, por outro lado, a autarquia das Caldas já desenvolvia algum trabalho ao nível da actividade física e desportiva no 1.º ciclo, bem como, do ensino do inglês no pré-escolar e por isso fazia

sentido que fossemos nós, apesar do nosso concelho ter características muito específicas que dificultaram bastante a implementação do programa. Eu penso que esta responsabilidade não deveria ser das autarquias mas antes dos agrupamentos de escolas porque eles é que têm condições para contratar os professores, ou seja, estas actividades deveriam passar a ser curriculares o que permitiria uma maior rentabilização dos professores porque os horários que se conseguem fazer actualmente são muito reduzidos.

Pergunta: A autarquia foi sempre a entidade promotora das aec's?

Resposta: Sim, desde o início.

Pergunta: Qual é a apreciação global que faz deste programa?

Resposta: As crianças pedem aos pais para frequentar as actividades e eu encaro isso como um sinal positivo, ainda que para os pais por vezes seja complicado porque não há actividades todos os dias. A adesão das actividades anda na casa dos 90% tendo diminuído um pouco ao longo dos dois últimos anos.

De um modo geral eu diria que tem corrido bem porque com as condições que temos nas escolas faz-se um bom trabalho, embora não se faça um trabalho de grande qualidade. O concelho tem um núcleo urbano muito concentrado e depois um resto de concelho muito disperso, como ainda não tínhamos fechado as escolas com poucos alunos, isso trouxe-nos vários constrangimentos. Por um lado a dificuldade em organizar turmas no meio rural e em transportar os alunos, por outro lado, na cidade como as escolas estavam a funcionar em regime duplo tínhamos a dificuldade de não poder fazer as actividades nas escolas, não havia espaços e tivemos de encontrar sítios alternativos. Essa situação foi muito difícil porque implicou um sistema de organização de horários e de transportes muito complicado de montar, assim como a colocação de tarefas nas escolas onde não havia pessoal para fazer o acompanhamento das crianças. Foi de facto um esforço muito significativo dos poucos recursos humanos que temos, inclusivamente eu próprio. Por outro lado, tivemos ainda de articular a questão das aec's com as refeições no que diz respeito às escolas em regime duplo. Temos protocolos com os próprios agrupamentos onde na sede existem turmas do 1.º ciclo sendo que algumas actividades são leccionadas pelos próprios professores do agrupamento. Depois temos protocolos com associações, já tínhamos trabalhado com estas associações antes das aec's e participávamos apenas uma parte desses

projectos, agora que temos oportunidade de os compensar pensamos que se estava a ser feito um bom trabalho não havia motivo para não dar continuidade. Protocolámos com clubes no caso da actividade física e desportiva, isto permite dar continuidade aos projectos e robustecer as próprias instituições porque assim podem através das aec's beneficiar de algum trabalho voluntário que os técnicos possam fazer para o clube. Os clubes ficam com mais recursos humanos o que tem sido útil para o seu desenvolvimento. Ao nível do inglês contratámos a associação nacional de animação e educação que para além da actividade promove formação aos professores neste âmbito. Este ano abraçámos também um projecto no qual temos uma técnica responsável pelo acompanhamento de crianças com necessidades educativas especiais que acompanha os alunos no âmbito das aec's, isto porque nas actividades também há crianças que precisam de acompanhamento e que não são abrangidas pelos apoios educativos das escolas. Procuramos apesar das dificuldades que temos encontrar soluções. A autarquia faz um investimento de 20% no custo deste programa.

Pergunta: Nunca colocaram a hipótese de contratar empresas?

Resposta: Não, porque achamos que se pudermos estabelecer parcerias com o tecido associativo conseguimos ganhar recursos que por vezes não têm custos e são muito importantes. Com isso, envolvemos a sociedade civil no desenvolvimento das aec's através do tecido associativo, o que é melhor em termos de desenvolvimento local. Poderá por vezes haver um maior amorismo porque quando se contrata uma empresa teoricamente terá á frente um profissional a tempo inteiro que fará um acompanhamento mais directo aos professores, mas aí a autarquia intervém, ou seja, quando se verifica que o dirigente não acompanha devidamente os docentes contactamos nós directamente os professores e fazemos o acompanhamento.

Pergunta: De que modo é feita a articulação entre os agrupamentos e as associações?

Resposta: Somos nós que fazemos embora os professores sejam chamados a reuniões directamente pelos agrupamentos, assim como, os responsáveis pelas associações.

Pergunta: Existe um coordenador em cada associação?

Resposta: Há um responsável em cada associação que acompanha os professores no desenvolvimento das aec's, por vezes coincide com o director dos clubes. Também temos liberdade para quando é necessário contactar directamente os professores, temos o contacto de todos.

Pergunta: Quem faz a selecção dos professores?

Resposta: A selecção é feita pelas respectivas associações que têm de cumprir os requisitos legais.

Pergunta: O agrupamento não é envolvido?

Resposta: Este ano os agrupamentos já tiveram uma maior participação no processo de selecção mas o contrato é feito pela entidade que lhes paga e essa entidade é que os selecciona.

Pergunta: Sabe quantos professores estão envolvidos neste programa?

Resposta: Estão na casa da centena.

Pergunta: São feitas reuniões de avaliação para acompanhamento do programa das aec's?

Resposta: Os agrupamentos fazem reuniões de avaliação, há reuniões entre os professores titulares de turma e os professores das aec's e há ainda reuniões de conjunto entre os conselhos de turma e os professores das aec's.

Pergunta: A autarquia não participa nessas reuniões?

Resposta: Não, nessas reuniões não. Por norma promovemos reuniões regulares directamente com os agrupamentos, com carácter trimestral, para além dos contactos directos. E promovemos reuniões por sector, ou seja, com os professores de inglês, com os professores de música e com os professores da actividade física e desportiva com uma regularidade trimestral.

Pergunta: É entregue á autarquia algum relatório de actividades?

Resposta: Os agrupamentos entregam-nos um relatório de actividades no final de cada ano, assim como, os sumários. No primeiro ano de actividades e no âmbito do protocolo com a associação nacional de animação foi realizado um estudo sobre as aec's nas Caldas da Rainha.

Pergunta: A selecção das actividades é feita pela autarquia em conjunto com os agrupamentos?

Resposta: Enquanto entidade promotora apresentamos como um facto consumado o pacote das actividades e não tivemos oposição. Introduzimos foi a novidade no 1.º e 2.º anos das tecnologias da informação metade do ano e na outra metade a sensibilização ambiental.

Pergunta: As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educação?

Resposta: Claro.

Pergunta: A decisão, concepção e avaliação deste programa foi levada a conselho municipal de educação?

Resposta: A implementação deste programa foi levada a CME logo no seu início, ultimamente não tem sido um assunto em debate até porque estamos neste momento num processo de transição para um novo conselho. Aliás, sem a colaboração de muitas estruturas, inclusive do CME, não teria sido possível implementar as aec's no concelho das Caldas. Penso que a forma como isto foi pensado, primeiro deveriam ter sido construídos os centros escolares.

Pergunta: Considera que este programa veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta: No momento em que apareceram as aec's sim, mas hoje com o que se fala em termos de transferência de competências dilui-se. Penso que teve o mesmo impacto que a implementação do serviço de apoio à família no pré-escolar. A relação entre a comunidade e a autarquia aumentou significativamente, assim como os custos de funcionamento. Os custos com as refeições e com as aec's contribuíram para que a educação aumentasse o seu peso no orçamento das autarquias, no nosso caso, é a segunda rubrica mais elevada em termos financeiros (17%).

Pergunta: Quem faz a contratação do pessoal não docente para as aec's?

Resposta: É feita através de uma parceria com as juntas de freguesia.

Pergunta: Como é que situa as aec's no âmbito da descentralização de competências?

Resposta: Foi um passo nesse sentido, que acabou por funcionar bem apesar de não ter sido devidamente preparado, sobretudo no primeiro ano. Embora por uma questão de princípio eu tenha dúvidas que deva ser o município a assumir todas essas responsabilidades que nos querem atribuir, o que é verdade é que os municípios quando são chamados a intervir conseguem pôr as coisas a funcionar.

Pergunta: A vossa autarquia não aderiu ao contrato de execução no âmbito da transferência de competências?

Resposta: Não.

Pergunta: Quais os principais motivos?

Resposta: Os principais motivos resultam de não haver acordo relativamente à entrega dos edifícios escolares. Não nos assusta as outras competências mas não aceitamos receber os edifícios quando eles necessitam de muitas intervenções.

Pergunta: Não estão a negociar?

Resposta: Neste momento não, mas já tivemos várias reuniões para negociar, a autarquia está aberta a negociações.

Pergunta: Na sua opinião a implementação das aec's insere-se na política educativa do município?

Resposta: O município tem como política educativa e como missão proporcionar as melhores condições de funcionamento e de trabalho a todos os agentes da comunidade educativa. Não temos um projecto educativo concelhio, embora isso já tenha sido equacionado no concelho municipal de educação, no entanto, consideramos que este não deve ser um projecto específico do município. Como não temos uma estrutura de técnicos que permita termos projectos próprios, temos é uma grande abertura às parcerias com outras instituições para o desenvolvimento de projectos.

Pergunta: Existe algum documento onde conste a política educativa municipal?

Resposta: Não, neste momento não.

Pergunta: Existe articulação entre as aec's e outros projectos sócio-educativos?

Resposta: Não há propriamente uma articulação com outros projectos, há articulação com os projectos educativos dos agrupamentos de escolas

Entrevista n.º 13 (E13)

CMNazaré

Pergunta: A autarquia estabeleceu protocolos para a implementação do programa das aec's?

Resposta: Estabeleceu um protocolo com o agrupamento de escolas e com a própria direcção regional. Não temos nenhuma entidade externa a trabalhar connosco, nós assumimos tudo, fazemos a selecção dos professores sempre em parceria com o agrupamento de escolas, eles fazem parte do júri de selecção.

Pergunta: Quantos professores têm?

Resposta: 44.

Pergunta: Alguns são técnicos da autarquia?

Resposta: Sim.

Pergunta: Estão contabilizados os custos com esses professores que são técnicos da autarquia?

Resposta: Não, eles têm um contrato com a autarquia e o número de horas com as aec's é muito residual.

Pergunta: Sabe qual é o balanço entre a receita e a despesa?

Resposta: O Sr. Presidente diz que é altamente lesivo, a verba que vem do Ministério da Educação pagará cerca de um terço da despesa com este programa. Nós investimos muito em termos da educação, acção social e desporto. Nós pagamos os materiais das actividades, o transporte e introduzimos uma variante deste programa nos jardins-de-infância. Temos animação de recreios no agrupamento, no intervalo grande da manhã os professores estão disponíveis para a realização de jogos, o que permitiu quebrar muito a indisciplina na escola. E estamos presentes também durante a hora do almoço.

Pergunta: Esses professores que fazem essa animação são os professores das aec's, completam o horário com essas horas?

Resposta: Sim, nós não temos horários muito grandes nas aec's porque temos apenas um agrupamento de escolas e tem sido difícil implementar a flexibilização generalizada, tem havido uma certa resistência dos professores titulares de turma. Nós, sempre que possível, tentamos diversificar as actividades e introduzir algo de novo. No âmbito da actividade física e desportiva, introduzimos a natação transportando todos os meninos do Concelho para a piscina municipal uma vez por semana, introduzimos ainda a dança nos 1.º e 2.º anos, no caso do 3.º e 4.º ano introduzimos o xadrez, pretendemos criar clubes de xadrez nas escolas. Para o 1.º e 2.º ano temos inglês, actividade física e desportiva, música e tic (tecnologias da informação e comunicação), no 3.º e 4.º ano temos o inglês, actividade física e desportiva e temos a educação pelas artes. No sentido de dar mais vivências às crianças temos vários projectos, várias valências, nesta área de educação pelas artes: as artes visuais/artes plásticas, teatro (expressão dramática), multimédia, onde inclusivamente existe um blog onde constam alguns exercícios que os alunos fazem, nós fornecemos o material todo, e ainda temos música, vamos criar neste

âmbito uma orquestra orff. O feedback que nos temos tido é bastante positivo, da parte do agrupamento havia algum receio que este projecto fosse demasiado ambicioso e não funcionasse, mas agora estão satisfeitos, os pais que no início tinham algumas reservas agora pedem mais....

Depois temos a nível cultural e formativo muitas outras ofertas através da Academia Municipal das Artes, damos gratuitamente várias valências de dança, ballet, danças de salão, dança contemporânea e hip-hop, e também teatro, artes visuais e cerâmica. Damos também no âmbito da música e gratuitamente aulas de guitarra, combo e big band de jazz, orquestras juvenis, e vamos abrir brevemente teclados. É nossa intenção promover, muito brevemente, workshops de escrita criativa.

A Academia Municipal de Artes é um projecto formativo e complementar do projecto educativo. Tentamos promover aquilo que temos de melhor na nossa terra, e que é a criatividade.

Pergunta: O projecto partiu da educação?

Resposta: O projecto no âmbito da educação é nosso, pegámos num projecto que já havia e era da responsabilidade do Sr. Presidente, identificámo-nos com ele e começámos a trabalhar.

Pergunta: A planificação é feita pela autarquia ou é feita em conjunto com o agrupamento?

Resposta: A base é nossa, o agrupamento teve alguma dificuldade inicial em absorver este programa, existe boa vontade mas também depende das pessoas que estão à frente de cada área. Nós acordámos com o agrupamento os conteúdos programáticos e enviámos para a DREL, temos professores que são os coordenadores de cada área, recebem mais por isso e reúnem-se com todos os professores com a regularidade que entendem ser necessária, nós pagamos uma hora semanal a todos os professores para reuniões. Temos uma coordenadora geral das aec's. Fazemos também reuniões com o agrupamento. Fazemos reuniões no final de cada período onde fazemos análise SWOT e damos conta do balanço ao senhor Presidente da Câmara.

Pergunta: Fazem um relatório de actividades?

Resposta: Sim, fazemos, estes projectos são objecto de uma planificação prévia que é sujeita à aprovação do Sr. Presidente da Câmara, que depois leva a informação aos senhores vereadores da Câmara.

Pergunta: Qual é o valor hora pago aos professores?

Resposta: 12€ à hora. E pagamos horas extraordinárias quando é necessário fazer a substituição de algum colega que falta. Pagamos, além disso, todos os subsídios correspondentes.

Pergunta: Nunca pensaram em contratualizar com uma empresa?

Resposta: Não, porque as empresas têm as actividades formatadas e são iguais em todo o lado.

Pergunta: Todas as escolas são abrangidas pelas actividades?

Resposta: Sim. Temos apenas duas escolas unitárias onde fazemos algumas adaptações das actividades, nomeadamente ao nível da carga horária. Mas as actividades em si são iguais para todas as crianças do Concelho.

Pergunta: A selecção das actividades foi feita pela autarquia? Ou pela autarquia e pelo agrupamento?

Resposta: Eu penso que a tendência é para ser feita em conjunto mas este ano foi feita por nós, o agrupamento depois concordou. No caso do xadrez a sugestão veio da parte do agrupamento.

Pergunta: Quantos alunos estão inscritos nas actividades? E matriculados no 1.º ciclo?

Resposta: 656 alunos. Estão matriculados 670.

Pergunta: A autarquia monitoriza o número de alunos inscritos?

Resposta: Monitoriza, nós sabemos o número de aulas a que as crianças vão, e até sabemos se levam ou não o material. Vamos agora implementar uma plataforma moodle onde irá constar toda a informação relativa às aec's. Em Janeiro deste ano começámos também um projecto nos jardins-de-infância que é uma espécie de antecâmara das aec's, introduzimos o inglês, a dança e a actividade motora.

Pergunta: Antes de começarem as aec's tinham atl's a funcionar?

Resposta: Tínhamos várias coisas, a autarquia começou por facultar o acesso à piscina municipal uma hora por semana em tempo lectivo, tínhamos também as “escolinhas”, em várias áreas.

Pergunta: Houve portanto articulação das aec's com outros projectos?

Resposta: Sim, claro, nós não rejeitamos nada do que está para trás, pensamos é que pode sempre ser melhorado. Temos também o centro de actividades infantis que trabalha sobretudo para o apoio à família, com actividades que se prolongam depois nas

interrupções lectivas. Este ano criámos também para apoio a todos estes projectos, o Centro de Apoio às Aprendizagens com um psicólogo clínico que faz trabalho de apoio.

Pergunta: Qual é o balanço geral que faz deste programa?

Resposta: Penso que o aspecto mais positivo é estrutural, existe um fio condutor neste projecto, nós assumimos que queremos trabalhar a área da criatividade que é a área que distingue na minha opinião o ser humano.

Pergunta: Não tiveram constrangimentos ao nível da contratação de professores?

Resposta: Não, comparativamente com outros concelhos estamos a pagar muito bem.

Pergunta: As aec's constam do plano de actividade da autarquia para a educação?

Resposta: Constam.

Pergunta: Do seu ponto de vista quais as principais razões que levaram a autarquia a aderir ao programa das aec's?

Resposta: Nós já tínhamos alguma experiência anterior com as “escolinhas”, foi pegar no know-how que tínhamos e universalizar a oferta.

Pergunta: Na sua opinião, estas actividades deveriam passar a ser curriculares?

Resposta: As escolas tradicionais não têm capacidade para fazer este tipo de processo, concordo que as actividades passassem a ser curriculares, mas que estas actividades deixassem de ser das autarquias já não concordo.

Pergunta: Na sua opinião, a implementação deste programa veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação?

Resposta: Sim, obriga as autarquias a envolverem-se.

Pergunta: Veio aumentar as competências?

Resposta: Se a autarquia se envolver aumenta muito.

Pergunta: Encontra ligação entre este programa e a transferência de competências?

Resposta: Sim, insere-se nesse processo. A nossa autarquia não aderiu ainda a este processo, por exclusiva responsabilidade da DRELVT. Estamos completamente disponíveis para fazê-lo, embora eu pense que não existem vantagens especiais em fazê-lo porque basicamente teremos apenas mais funcionários e obras para fazer nas escolas.

Pergunta: Este programa foi levado ao conselho municipal de educação?

Resposta: O CME ainda não reuniu este ano.

Pergunta: Este programa insere-se na política educativa do município?

Resposta: Sim insere-se.

Pergunta: Há algum documento orientador da política educativa local?

Resposta: Temos a carta educativa mas em termos de política educativa não é muito relevante.

ANEXO IV

Síntese da Entrevista n.º 1

CMAlenquer

A autarquia assumiu-se como entidade promotora das aec's uma vez que do ponto de vista político tinha interesse em aderir a um programa lançado pelo Governo. Foi necessário um esforço acrescido por parte da câmara na implementação das aec's, uma vez que o concelho possui um parque escolar desadequado e algumas escolas a funcionar em horário duplo. A hipótese de contratualização com empresas não foi colocada porque segundo o autarca, as empresas cobram valores que não deixariam margem para fazer face às despesas com transportes e aluguer de espaços. Os principais constrangimentos indicados foram: falta de espaços adequados para o desenvolvimento das actividades, um parque escolar envelhecido, dificuldades no recrutamento dos professores, os horários duplos e a verba insuficiente que vem do ME. Em termos de grande vantagem destas actividades, o aspecto destacado foi o factor ocupacional das crianças uma vez que passam a permanecer na escola mais tempo. Na opinião do entrevistado as aec's deveriam passar a ser obrigatórias e fazer parte do currículo. Segundo o autarca a implementação das aec's levou a que as câmaras repensassem o seu papel uma vez que passaram a intervir ao nível da formação dos alunos, passando a intervir ao nível da oferta educativa. Referindo também a importância das autarquias construírem o projecto educativo para o seu concelho. A autarquia aceitou a transferência de competências mas o entrevistado considera que este processo não foi bem conduzido pelo Ministério da Educação.

Nesta autarquia a educação não tem sido uma das prioridades da estratégia política e neste contexto a política educativa local não tem sido mais do que dar resposta imediata às questões/problemas do dia a dia, ficando a faltar o planeamento e a estratégia.

Síntese da Entrevista n.º 2

CM Torres Vedras

A autarquia já desenvolvia antes do programa das aec's um projecto no âmbito da actividade física e desportiva transportando os alunos do concelho para a nataçãõ. Para a implementaçãõ das aec's foram estabelecidos protocolos com associações locais, com juntas de freguesias e empresas. Para além do pacote das 3 actividades, a autarquia oferece ainda Expressãõ Dramática, "Mindlab" e "Ciência Divertida", actividades que não são generalizadas mas distribuídas por zonas geográficas. A autarquia faz um investimento de 54% na verba total gasta com estas actividades. A selecçãõ dos professores de inglês é feita pelos agrupamentos de escolas em parceria com as juntas de freguesia, quanto aos professores de música e de actividade física e desportiva, a selecçãõ é feita pelas associações. O valor hora pago aos professores é 13,5€. O número total de alunos inscritos é 3300 e de professores é 83. A taxa de adesãõ das actividades é de 97%.

A autarquia faz a gestão deste programa em 5 agrupamentos de escolas, existe ainda um agrupamento que é responsável por esta gestão de acordo com a candidatura efectuada pela Câmara.

Em termos de monitorizaçãõ do programa, são realizadas reuniões de preparaçãõ do programa, reuniões no decorrer do período lectivo e reuniões de avaliaçãõ final.

As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educaçãõ.

Os principais aspectos positivos do programa são a melhoria da qualidade do 1.º ciclo, bem como, o facto de facilitar uma oferta gratuita de actividades a criançãs que não teriam acesso a elas de outra forma e o investimento feita pela autarquia neste programa. Em termos de pontos fracos do programa das aec's, eles residem na opiniãõ do entrevistado nas dificuldades ao nível da contrataçãõ de professores, assim como, a interligaçãõ entre os professores titulares e os professores de enriquecimento.

Síntese da Entrevista n.º 3

CM Torres Vedras

A autarquia já tinha algum know-how uma vez que já desenvolvia um projecto no âmbito da expressão físico-motora. Por outro lado, a câmara tinha oferta após o horário lectivo através de uma rede municipal de atl's, que foi extinguida com o aparecimento das aec's. Para a implementação do programa a autarquia privilegiou o estabelecimento de parcerias com associações locais sem fins lucrativos, o que permitiu por uma lado revitalizar as associações através da utilização das instalações, e por outro lado, aproveitar o know-how de algumas associações. Neste contexto, contratualizou serviços com duas entidades privadas o que segundo o entrevistado não oferece riscos em termos de privatização da educação.

Relativamente à apreciação global do programa, as vantagens referidas dizem respeito à democratização do acesso às actividades, ao facto de permitir responder às necessidades das famílias, assim como, ao conhecimento em áreas como o inglês e a música. Em termos de constrangimentos, foram referidos os seguintes aspectos: o facto das escolas não terem condições físicas para o desenvolvimento destas actividades, o facto das actividades não serem curriculares o que tem criado dificuldades de articulação com os departamentos das diversas áreas, a reduzida comparticipação do ME, bem como, o facto deste programa não prever a colocação de auxiliares de acção educativa para o acompanhamento das aec's.

Em termos da relação que existe entre este programa e o processo de descentralização de competências, este é considerado como uma boa experiência nesse sentido, estando as autarquias preparadas para assumir novas responsabilidades. Este processo de descentralização está a ser negociado com a DRELVT, havendo da parte da autarquia dúvidas relativamente à gestão das escolas do 2.º e 3.º ciclo, assim como, relativamente ao pessoal não docente.

As aec's inserem-se na política educativa local na medida em permitem uma aposta do município no 1.º ciclo. Em termos de documentos orientadores dessa política, o único documento existente é a carta educativa. O programa é discutido e avaliado em sede de conselho municipal de educação, ainda que o fórum privilegiado de discussão sejam as reuniões com os conselhos executivos.

Relativamente à articulação deste programa com outros projectos desenvolvidos pela autarquia é feito um esforço para que as aec's estejam presentes nesses projectos, de modo a que ganhem também alguma visibilidade.

Síntese da Entrevista n.º 4

CMSobralMonteAgraço

Os principais motivos que levaram a autarquia a ser a entidade promotora deste programa foram por um lado, a continuidade de um projecto que vinha a ser desenvolvido no âmbito da actividade física e desportiva, e por outro, para haver igualdade de oportunidades na oferta.

O autarca pensa que as câmaras não estão vocacionadas para a selecção e contratação de professores, tarefa que deveria estar a cargo do ME. Uma das principais dificuldades sentidas na implementação do programa foi a escassez de espaços físicos para o desenvolvimento das actividades.

Em termos de política educativa local, este programa insere-se na política do município pela questão da universalidade da oferta, questão que seria conseguida em pleno se estas actividades passassem a ser curriculares, uma vez que a frequência é facultativa. O documento que orienta a política educativa do município é a carta educativa. Este assunto foi levado ao conselho municipal de educação.

Em termos da articulação das aec's com outras actividades desenvolvidas pela autarquia é feito um esforço de enquadramento e de aproveitamento do trabalho efectuado nas actividades.

A autarquia não aderiu à transferência de competências, nem está em processo de negociação.

Síntese da Entrevista n.º 5

CMSobralMonteAgraço

Para a implementação do programa das aec's a autarquia estabeleceu apenas dois protocolos, um com o agrupamento de escolas e outro com a empresa municipal para a utilização das piscinas municipais. No que diz respeito às actividades oferecidas, a selecção foi feita tendo como objectivo dar continuidade ao trabalho que vinha a ser desenvolvido. Assim, o pacote das aec's é composto por inglês, actividade física e desportiva e expressão musical. Relativamente ao orçamento do programa, uma vez que não existe contabilidade analítica há muitos custos que são difíceis de contabilizar pela autarquia, no entanto o balanço entre a receita e a despesa é positivo.

O modo como a autarquia monitoriza as aec's é formal e informal, ou seja, são efectuadas reuniões por período lectivo com as professoras das aec's, bem como, são mantidos contactos telefónicos. Todas as escolas são abrangidas pelo programa e o pacote de actividades é igual em todas, sendo composto por inglês, música e natação. A selecção das actividades foi efectuada pela autarquia.

O recrutamento dos professores é feito pela autarquia sem a participação do agrupamento de escolas. No ano lectivo 2008/09 a autarquia contratou 8 professores.

Em termos de articulação interinstitucional, a autarquia articula com vários intervenientes neste processo: professor das aec's, professor titular de turma, agrupamento de escolas, vigilante e motorista que faz o transporte escolar.

Os aspectos positivos deste programa são a oportunidade de facultar as actividades a todos os alunos do 1.º ciclo, assim como, o desenvolvimento dos alunos; em termos de aspecto negativo foi referido o tempo de permanência dos alunos nas escolas, assim como, as dificuldades no recrutamento e gestão dos professores.

Outro aspecto referido foi o facto destas actividades deverem estar enquadradas no projecto educativo das escolas e não estar dependentes do constrangimento em termos do financiamento do ME.

Síntese da Entrevista n.º 6

CMPeniche

A razão dada para a autarquia se ter constituído como entidade promotora do programa das aec's foi o facto de ser a melhor solução face à realidade concelhia.

Relativamente à apreciação global do programa, o autarca referiu não concordar com o modelo seguido neste programa, defendendo um modelo mais lúdico onde exista outras infraestruturas fora da escola para as crianças terem as aec's. De acordo com esta filosofia a autarquia estabeleceu protocolos com várias associações para a utilização de espaços. Por outro lado, na opinião do entrevistado este programa foi criado pelo ME mas não foi devidamente acompanhado dos meios necessários.

A selecção das actividades foi feita de acordo com as necessidades dos agrupamentos.

Em termos de monitorização, foi feito um inquérito aos encarregados de educação, cujo resultado foi considerado positivo pelo autarca.

A autarquia não aderiu ao processo de transferência de competências na área da educação por considerar que não estavam reunidas as condições necessárias.

Segundo o autarca, as aec's inserem-se na política educativa local e vieram dar resposta á questão da igualdade de oportunidades. Em termos de documentos orientadores dessa política, o único documento existente é a carta educativa.

O programa é discutido e avaliado em sede de conselho municipal de educação.

Existe articulação das aec's com outros projectos sócio-educativos, nomeadamente com alguns projectos desenvolvidos pelo pelouro da cultura.

Síntese da Entrevista n.º 7

CMPeniche

Para a implementação do programa das aec's a autarquia estabeleceu protocolos com os 3 agrupamentos de escolas do concelho onde existe 1.º ciclo, bem como, diversos protocolos com associações e clubes locais para o aluguer de espaços. O pacote de actividades é composto por inglês, actividade física e desportiva e movimento, música e drama, sendo que a selecção destas actividades foi efectuada pelos agrupamentos de escolas. O recrutamento dos 46 professores que leccionam as actividades foi feito pela autarquia e a selecção foi efectuada em parceria com o agrupamento de escolas.

O valor hora pago aos professores é 12,68€. O balanço financeiro deste programa é positivo.

A monitorização das actividades é realizada através de reuniões com os agrupamentos de escolas. A taxa de adesão do programa é de 95%.

As aec's constam do plano de actividades da autarquia para a educação.

Na opinião do técnico, o principal aspecto positivo deste programa é a satisfação dos alunos, enquanto o principal constrangimento é a contratação dos professores.

Síntese da Entrevista n.º 8

CMÓbidos

A autarquia para a implementação do programa das aec's estabeleceu 2 protocolos, um com o agrupamento de escolas e outro com a Banda Filarmónica. Em termos da oferta de actividades ela é composta pelo pacote base, ou seja, o inglês, a música e a actividade física e desportiva, e pela oferta de “Ciência Divertida”, “Mindlab” e do programa “Descobre o teu talento”. Todas as escolas são abrangidas mas a oferta não é igual em todas as escolas. Quanto ao balanço entre a receita e a despesa com este programa, a autarquia faz um investimento de 51%.

A monitorização do programa é efectuada através de reuniões e a autarquia está a pensar aplicar no final deste ano lectivo um questionário de avaliação aos alunos.

A taxa de adesão destas actividades é de 91% e a autarquia monitoriza as desistências.

A autarquia não faz recrutamento de professores, essa função é assumida pelas empresas contratadas. Estão envolvidos 26 professores no desenvolvimento das aec's. A única actividade onde não existe prestação de serviços é a actividade física e desportiva, uma vez que essa gestão é feita pela secção de desporto da autarquia. A partir do momento em que deixou de ser possível à autarquia realizar prestação de serviços com pessoas singulares, a opção foi contratar empresas.

A articulação entre a empresa e os agrupamentos de escolas é feita através do professor titular de turma.

Na opinião da técnica, apenas o inglês deveria ser integrado no currículo nacional.

Quanto aos aspectos positivos deste programa, o principal aspecto referido foram as vantagens que este programa trouxe para as famílias uma vez que o prolongamento de horário que existia antes das aec's era pago e estas actividades são gratuitas. Em termos de constrangimentos, estes dependem da formação dos professores, bem como, das dinâmicas criadas.

Síntese da Entrevista n.º 9

CMÓbidos

A autarquia pretende desenvolver um sistema municipal de educação e assumir toda a responsabilidade do ensino básico. Segundo o presidente da câmara, o trabalho da sua autarquia é pioneiro na medida em que tem um conceito diferente de políticas públicas de educação. O programa das aec's está enquadrado na estratégia de desenvolvimento que o município apresenta, no qual a educação é uma prioridade. Para o autarca a contratualização com empresas não representa um risco de privatização da educação.

Síntese da Entrevista n.º 10

CMLourinhã

A autarquia já desenvolvia um projecto no âmbito da actividade física e desportiva transportando os alunos do concelho para a nataçãõ. Para a implementaçãõ das aec's foram estabelecidos protocolos com 6 associações locais com as quais a autarquia já desenvolvia um trabalho conjunto, sendo estas as responsáveis pelo recrutamento de professores em parceria com os agrupamentos de escolas. Estãõ envolvidos neste programa 64 professores que recebem 12€ à hora. Por decisãõ da autarquia o pacote de actividades é igual em todo o concelho e é constituído pelo inglês, actividade física e desportiva e música.

A monitorizaçãõ é feita através de reuniões com os conselhos executivos dos agrupamentos de escolas e com o coordenador de cada associaçãõ, assim como, através de contactos informais. Para além da avaliaçãõ global deste programa é feita ainda uma avaliaçãõ por área de actividade.

As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educaçãõ.

O motivo que levou a autarquia a ser a entidade promotora foi a concretizaçãõ de um trabalho que já vinha a ser desenvolvido, ainda que de modo mais abrangente e estruturado. Na apreciaçãõ global do programa foram referidas as vantagens ao nível do desenvolvimento e crescimento das criançãs, assim como, a necessidade de se fazerem reajustamentos ao nível do 2.º e 3.º ciclos, tendo sido feito um balanço final positivo. Na opiniãõ do entrevistado este programa não veio aumentar o interesse da autarquia na educaçãõ uma vez que este já existia, tendo vindo aumentar as competências.

A autarquia não tem um documento escrito, formal relativamente à política educativa do município. O entrevistado identifica uma postura educativa da câmara onde há a preocupaçãõ relativamente à qualificaçãõ dos espaçõs de educaçãõ de modo a dar melhores condições aos alunos e aos professores.

Outro aspecto referido foi a preocupaçãõ da autarquia com a articulaçãõ entre os professores titulares de turma e os professores das actividades.

A autarquia aderiu ao processo de transferência de competências e o balanço que faz do processo é positivo. A principal vantagem referida foi a questão da proximidade e o facto de localmente ser mais fácil resolver algumas questões.

Síntese da Entrevista n.º 11

CM Cadaval

Antes do aparecimento das aec's a autarquia já tinha um projecto no qual os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade tinham inglês, música e actividade física e desportiva, logo, quando saiu o primeiro despacho das aec's a autarquia decidiu dar continuidade ao projecto.

O programa abrange todos os alunos, mas não todas as escolas, uma vez que há alunos que são deslocados para escolas próximas. A taxa de adesão é de 88%.

A autarquia estabeleceu parcerias com 5 associações locais no âmbito da utilização de espaços físicos e contratualizou as actividades com uma empresa local. O motivo que levou a autarquia a contratar os serviços de uma empresa foi o facto de deixar de poder estabelecer avenças com pessoas singulares. A selecção dos professores foi feita pela empresa. O balanço entre a receita e a despesa é positivo.

A monitorização do programa é feita através de reuniões por período lectivo com o agrupamento, os seus coordenadores e o representante da empresa. Por outro lado, a autarquia solicita à empresa o dossier da contratação de todos os docentes.

O plano das actividades é feito pela empresa e pelos coordenadores pedagógicos.

O processo de selecção e de recrutamento dos professores foi efectuado pela empresa, e a técnica não indicou o número de professores envolvidos no programa, por desconhecimento. As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educação. Na opinião da técnica, o principal aspecto positivo deste programa é a quebra do isolamento das escolas, por outro lado, este é também o principal constrangimento, uma vez que o facto das escolas serem isoladas acarreta problemas ao nível dos transportes e da elaboração de horários. Os aspectos positivos referidos foram o contacto entre as crianças, bem como, o ensino do inglês.

As razões que levaram a autarquia a aderir a este programa foram por um lado, o facto de já terem experiência no desenvolvimento de actividades do mesmo género, e também devido ao investimento que a autarquia está a fazer na educação.

Na opinião da entrevistada, as aec's vieram aumentar as competências da autarquia na área da educação e tornar o papel do município dentro da escola mais forte, mais visível.

A autarquia não aderiu ao contrato de execução da transferência de competências na área da educação.

Em termos internos não existe nenhum documento orientador da política educativa. De referir ainda a existência de um grupo de trabalho que foi criado para elaborar o projecto educativo concelhio, intenção que teve a sua origem no concelho municipal de educação sob proposta da autarquia.

Síntese da Entrevista n.º 12

CMCaldasdaRainha

As razões que levaram a autarquia a aderir ao programa das aec's foram por um lado o facto do imperativo legal considerar as autarquias como as entidades promotoras privilegiadas, e por outro lado, o facto da autarquia já desenvolver algum trabalho ao nível da actividade física e desportiva no 1.º ciclo e do ensino do inglês no pré-escolar. Na opinião do autarca estas actividades deveriam passar a ser curriculares, uma vez que os agrupamentos de escolas é que têm condições para contratar os professores e para rentabilizar os horários dos mesmos. Na apreciação global do programa foram referidos os seguintes aspectos: constrangimentos na organização das turmas no meio rural, no transporte dos alunos, na colocação de tarefas para acompanhamento das crianças, falta de espaços alternativos para desenvolver as actividades nas escolas onde existem horários duplos e dificuldades de articulação entre as aec's e as refeições escolares. O balanço do trabalho desenvolvido foi considerado positivo face às condições existentes nas escolas. Para implementar este programa a autarquia estabeleceu protocolos com associações e com clubes. A selecção das actividades foi feita pela autarquia que introduziu no 1.º e 2.º ano de escolaridades as tecnologias de informação e a sensibilização ambiental. A autarquia tem ainda um projecto de acompanhamento de crianças com NEE no âmbito das aec's. A taxa de adesão é de 90%.

A autarquia faz um investimento nas aec's de 20% do custo total e nunca foi colocada a hipótese de contratualizar com empresas uma vez que o autarca prefere estabelecer parcerias com o tecido associativo contribuindo assim para o desenvolvimento local. A articulação entre os agrupamentos e as associações é feita pela autarquia. A selecção dos professores é feita pelas respectivas associações e o número de professores ronda a centena. A autarquia promove reuniões regulares com os agrupamentos, bem como, contactos informais e promove reuniões com os professores por área de actividade. As aec's fazem parte do plano de actividades da autarquia para a educação. Na opinião do entrevistado este programa veio aumentar a relação entre a autarquia e a comunidade, bem como, o peso da educação no orçamento da câmara.

A autarquia ainda não aderiu ao processo de transferência de competências e os principais motivos prendem-se com divergências relativamente à entrega dos edifícios escolares; no entanto, está aberta a negociações com a DRELVT. Não existe um

documento escrito orientador da política educativa. Não existe articulação com outros projectos desenvolvidos pela autarquia, mas sim, com os projectos educativos dos agrupamentos de escolas.

Síntese da Entrevista n.º 13

CMNazaré

A autarquia estabeleceu apenas um protocolo com o agrupamento de escolas para a implementação do programa das aec's. O recrutamento dos 44 professores que leccionam as actividades foi feito pela autarquia e a selecção foi efectuada em parceria com o agrupamento de escolas. A autarquia utiliza também alguns dos seus recursos humanos para o desenvolvimento destas actividades, embora estes custos não estejam apurados. O valor hora pago aos professores é 12€, sendo paga uma hora semanal para reuniões. A verba que a autarquia recebe do ME paga apenas um terço da despesa com estas actividades. A autarquia para além dos custos com materiais e transporte que este programa acarreta, investe também numa variante deste programa nos jardins-de-infância. Os professores destas actividades fazem ainda animação de recreios e dão apoio nos refeitórios escolares nas horas de almoço.

Relativamente ao pacote de actividades, o 1.º e 2.º anos têm inglês, afd, música e tic, o 3.º e 4.º anos têm inglês, afd e educação pelas artes (artes visuais/plásticas, teatro e multimédia). A monitorização das actividades é realizada através de reuniões com o agrupamento de escolas e com os professores das actividades. A autarquia faz reuniões de avaliação no final de cada período lectivo onde é realizada uma análise swot. A taxa de adesão do programa é de 98%. A autarquia monitoriza os alunos inscritos, e irá implementar uma plataforma Moodle para a gestão de toda a informação relativa às aec's.

As aec's constam do plano de actividades da autarquia para a educação.

A principal razão que levou a autarquia a aderir a este programa foi o know-how que a câmara já possuía através de projectos que desenvolvia e também a universalização da oferta destas actividades.

Na opinião do entrevistado a implementação das aec's veio atribuir um papel diferente às autarquias em termos de educação na medida em que as obriga a envolverem-se. Considera ainda que o aparecimento deste programa se insere no processo de transferência de competências, processo ao qual a autarquia ainda não aderiu embora esteja disponível para o fazer, ainda que na opinião do técnico não vá trazer grandes vantagens uma vez que a autarquia terá apenas mais funcionários e obras para realizar nas escolas.

Em termos de política educativa local o único documento orientador que existe é a carta educativa, embora segundo o entrevistado este documento não seja muito relevante em termos de política educativa.

ANEXO V

Grelha de Análise de Conteúdo

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente		
	Razões da adesão ao programa das aec's		
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação		
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote		
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão		
	Professores e valor hora pago		

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento		
	Monitorização		
	Balanço financeiro		
Políticas Locais de Educação	Existência		
	Articulação com as aec's		
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos		
	Resultados positivos		
	Insuficiências/Processos de melhoria		

ANEXO VI

Grelhas de Análise de Conteúdo

Entrevista n.º 1

Código: VA

Local: CMAlenquer

Data: 13/03/09

Duração: 50m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente		
	Razões da adesão ao programa das aec's	Do ponto de vista político, a autarquia teria todo o interesse em aderir a um programa lançado pelo governo (...)	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação		
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote		
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão		
	Professores e valor hora pago		

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento		
	Monitorização		
	Balanço financeiro		
Políticas Locais de Educação	Existência	(...) a política educativa local não tem sido mais do que dar resposta imediata às questões/problemas do dia a dia, ficando a faltar o planeamento e a estratégia.	
	Articulação com as aec's	(...) a política que existe passa apenas pela resposta diária às solicitações, e neste contexto, as aec's trouxeram mais alguns problemas para os quais a autarquia teve de encontrar soluções.	
	Descentralização	A autarquia aceitou a transferência de competências, excepto no caso do parque escolar em que não foram transferidas 2 escolas do concelho. Estas competências vêm no alinhamento da necessidade de se construir um projecto educativo local.	
Balanço	Constrangimentos	Os principais constrangimentos são a falta de espaços adequados, o parque escolar envelhecido, as dificuldades no recrutamento de professores, os horários duplos e a verba que não é suficiente pois é necessário alugar muitos espaços e realizar transportes.	
	Resultados positivos	Uma das vantagens do programa é o seu factor ocupacional, ou seja, a chamada "escola a tempo inteiro" veio resolver o problema de muitos agregados familiares.	
	Insuficiências/Processos de melhoria	(...) eu pessoalmente defendo que as aec's deveriam ser obrigatórias e passar a ser curriculares.	

Entrevista n.º 2

Código: TVT

Local: Torres Vedras

Data: 23/03/09

Duração: 90m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente	Antes de haver enriquecimento curricular com o inglês, a câmara tinha um projecto da expressão físico-motora que incluía a ida das crianças à natação em duas piscinas do concelho	
	Razões da adesão ao programa das aec's		
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação	No concelho de Torres existem outras actividades que obedecem não a protocolo, mas a uma aquisição de serviços noutras áreas...	
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação	Fazendo a ponte com os protocolos estabelecidos...relativamente à actividade física e desportiva tínhamos uma parceria criada com a Associação de melhoramentos de A-dos-Cunhados e com a Associação Física e Desportiva de Torres Vedras. Quando surgiram as aec's, a autarquia decidiu continuar com a natação e renovou os protocolos existentes com essas duas entidades Outro protocolo... é com a escola de música da Associação Física e Desportiva de Torres Vedras.... (...) são estabelecidos protocolos com juntas de freguesia...	
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote		
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão	Estamos com cerca de 3300 alunos no enriquecimento curricular, ou seja, 97% de taxa de adesão	
	Professores e valor hora pago	Este número pode oscilar mas são cerca de 83 professores (...) os professores pagos á hora recebem 13,5€	

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento	Existe na maioria dos casos um plano no próprio agrupamento, no próprio projecto educativo do agrupamento e plano de actividades do agrupamento.	
	Monitorização	Existem vários tipos de reuniões, a modalidade no decorrer do período, as reuniões prévias de preparação que nos ocupam o verão praticamente todo e as reuniões de avaliação de final de ano, e hipoteticamente reuniões ocasionais sempre que surgem alguns problemas mais técnicos. Pretende-se com isto que no próximo ano lectivo tenhamos uma máquina criada de monitorização do enriquecimento curricular	
	Balanço financeiro	O investimento feito pela autarquia de Torres Vedras nas aec's é superior a 2 milhões de euros quando a comparticipação do ministério anda nos 853 mil euros. A câmara está neste momento a suportar 54% do valor total do enriquecimento	
Políticas Locais de Educação	Existência		
	Articulação com as aec's		
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos	Os pontos fracos residem na dificuldade e na impossibilidade das câmaras poderem fazer melhor ao nível da contratação dos professores porque são sensíveis à questão da precariedade.	
	Resultados positivos	(...) há que salientar a coragem da autarquia por ter avançado com uma despesa que acaba por ser um investimento que não estava previsto a nível de financiamento do ministério, que é a questão das auxiliares Em termos de mais valias, estas actividades vieram melhorar a qualidade do 1.º ciclo, bem como, facilitar uma oferta gratuita de actividades a quem nunca teria acesso se não fosse através deste programa	
	Insuficiências/Processos de melhoria	Há outro aspecto que se tem de ultrapassar que é a interligação entre os professores titulares e os professores do enriquecimento	

Entrevista n.º 3

Código: **TVT**

Local: Torres Vedras

Data: 23/03/09

Duração: 50m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente	A autarquia de TV já tinha um programa com algumas semelhanças com as aec's, nomeadamente no caso da expressão físico-motora (...)	
	Razões da adesão ao programa das aec's	Já tínhamos portanto algum know-how na montagem de programas deste género e entendemos que se alguém o tinha de fazer concerteza que seria a autarquia, pela experiência que tínhamos e pela proximidade com as estruturas educativas do nosso município.	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação	(...) são associações sem fins lucrativos e essa foi também uma oportunidade para revitalizar algumas associações que não tinham utilização das suas instalações e aproveitar o know-how de algumas associações mais desenvolvidas que tiveram a capacidade de se tornar parceiros importantes neste projecto.	
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote		
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão		
	Professores e valor hora pago		

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento		
	Monitorização		
	Balanço financeiro		
Políticas Locais de Educação	Existência	O único documento estrutural que nós temos é a carta educativa. Não existe um plano estratégico para a educação.	
	Articulação com as aec's	Existe uma vontade forte de apostar no pré-escolar e no 1.º ciclo (...) com a vontade de qualificar melhor as nossas crianças o enriquecimento curricular veio permitir uma aposta grande da câmara.	
	Descentralização	(...) a descentralização é saudável, é desejada por todos desde que devidamente contratualizada, devidamente negociada. O enriquecimento curricular acho que é uma boa experiência, uma boa amostra de como os municípios a maior parte deles acredito eu, estão prontos para ter mais responsabilidades desde que não tenham mais despesas sem haver contrapartidas.	
Balanço	Constrangimentos	Declaradamente são as condições físicas das escolas, as nossas escolas não estão hoje preparadas para esta realidade. Outro constrangimento é o facto de algumas destas actividades não serem curriculares o que tem criado algumas dificuldades de articulação com os agrupamentos de escolas e com os departamentos destas “disciplinas”. Reduzidíssima comparticipação do Ministério da Educação, um programa deste feito como deve de ser, acreditamos nós, custa-nos mais do dobro que recebemos do ME, isto é um enorme encargo para as câmaras municipais. O facto de não prever a colocação de recurso humanos não docentes para acompanhar as actividades (...)	
	Resultados positivos	(...) acho que o programa tem grandes vantagens nomeadamente ao nível da democratização do acesso a determinado tipo de actividades que antes não existia. Outra vantagem é dar resposta às necessidades das famílias (...) Há também a vantagem intrínseca em termos de conhecimento a que só alguns podiam aceder no passado e que agora foi generalizado, a vantagem de aprender inglês mais cedo, e música e ter uma actividade motora que não tinham.	
	Insuficiências/Processos de melhoria	(...) não concordei com os timings em que foi lançado porque saiu em Junho para ser lançado em Setembro, as coisas devem ser feitas com mais tempo (...)	

Entrevista n.º 4

Código: **VSMA**

Local: Sobral de Monte Agraço

Data: 31/03/09

Duração: 60m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente		
	Razões da adesão ao programa das aec's	A principal razão era não acabar com o que já estávamos a fazer, e que era sobretudo no âmbito da actividade física e desportiva (...) Se a autarquia não fosse a entidade promotora todo este trabalho realizado desde 2002 ia por terra. Resumindo foram duas razões, para haver igualdade de oportunidades para todos os alunos do concelho e para não terminarmos o que já estávamos a fazer (...)	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação		
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote		
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão		
	Professores e valor hora pago		

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento		
	Monitorização		
	Balanço financeiro	A nossa contabilidade não é analítica, se contabilizarmos só as despesas com os professores eu diria que o financiamento dá, mas há muitas despesas que estão para além disso, não temos a contabilidade analítica que nos permita dizer se chega ou não chega.	
Políticas Locais de Educação	Existência	O documento que nós temos é a carta educativa que tem muitas medidas (...) É um documento orientador que nos dá uma grande ajuda não só em termos de reordenamento da rede, mas também, de medidas complementares que consideramos importantes e que nos orientam na nossa acção.	
	Articulação com as aec's	Inserem-se sobretudo pela questão da universalidade que entendemos que é o primeiro factor, e foi a primeira condição que colocámos para ser a entidade promotora e que era atingir todas as escolas (...)	
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos	(...) nos dois primeiros anos não foi uma tarefa fácil porque foi preciso montar salas de aulas novas e otimizar muito em termos de espaços físicos. Aqui a falha é a frequência ser opcional porque sabemos que alguns podem ser bilingues e não precisar do inglês, mas também sabemos que outros não têm a actividade porque o pai ou o encarregado de educação entende que o aluno não deve ter, e assim perde-se universalidade.	
	Resultados positivos	As professoras estão satisfeitas, têm horários bons (...)	
	Insuficiências/Processos de melhoria	Penso que esta medida deveria ser rectificada no sentido de se alterar o currículo e se introduzir estas áreas no currículo, e assim garantiríamos uma universalidade plena no acesso a estas áreas (...)	

Entrevista n.º 5

Código: **TSMA**

Local: CMSobral de Monte Agraço

Data: 23/03/09

Duração: 50m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente		
	Razões da adesão ao programa das aec's		
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação	(...) com o agrupamento de escolas do Sobral. Temos depois um protocolo com a empresa municipal que gere as piscinas (...)	
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote		
	Responsabilidade da selecção	A selecção foi feita no sentido de dar continuidade ao que vinha a ser feito, implementando a componente da expressão artística que no nosso caso é a expressão musical.	
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão		
	Professores e valor hora pago	Dois professores de inglês, 3 de expressão musical e 3 de natação.	

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento	Os professores das aec's entregam-nos um plano curricular para desenvolver ao longo do ano, são as professoras que o elaboram em conjunto com os professores que as vão supervisionar.	
	Monitorização	A autarquia faz reuniões pelo menos por período com as professoras das actividades para elas nos darem feedback (...) Articulamos com várias pessoas desde a vigilante que está com os alunos, até ao motorista do autocarro, professor da actividade, professor titular até ao responsável do agrupamento.	
	Balanço financeiro	(...) nós temos é uma estimativa de custos que é sempre acima de cem mil euros.	
Políticas Locais de Educação	Existência		
	Articulação com as aec's		
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos	(...) são muitas horas dos alunos dentro das escolas e o facto de não termos capacidade para a gestão e recrutamento dos professores.	
	Resultados positivos	Os principais aspectos positivos são a continuidade e a oportunidade de facultar a alunos que provavelmente não poderiam frequentar as piscinas municipais, ou um curso de inglês, ou aulas de música, dar essa oportunidade a todos os alunos do 1.º ciclo. O segundo aspecto positivo é a gratificação de ver os alunos a evoluir.	
	Insuficiências/Processos de melhoria		

Entrevista n.º 6

Código: **VP**

Local: CMPeniche

Data: 08/04/09

Duração: 50m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente		
	Razões da adesão ao programa das aec's	Pensamos que essa era a melhor solução face à nossa realidade.	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação	(...) de acordo com a nossa filosofia das aec's de sair das escolas fizemos protocolos com as associações pagando a utilização de espaços.	
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote	No concelho de Peniche as aec's são escolhidas de acordo com as necessidades dos agrupamentos, inglês, actividade física e desportiva e movimento música e drama (...)	
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão		
	Professores e valor hora pago		

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento		
	Monitorização	(...) o sucesso tem sido a palavra mais adequada e a comprovar isso já está o próprio inquérito que fizemos aos encarregados de educação.	
	Balanço financeiro	Do ponto de vista financeiro podemos dizer que existe um equilíbrio entre aquilo que recebemos e o que gastamos com as aec's.	
Políticas Locais de Educação	Existência	(...) nós temos a carta educativa que foi das primeiras medidas que tomámos e que é um instrumento relativo não só ao planeamento mas também é a concepção que temos de educação no concelho.	
	Articulação com as aec's		
	Descentralização	No quadro destas competências que passaram para os municípios na área da educação já vêm as aec's mas vêm outras áreas que irão trazer responsabilidades mais acrescidas e nomeadamente relativamente ao 2º e 3.º ciclo. Relativamente a esta matéria percebemos o alcance do governo mas é muito fácil decidir e depois passar para as autarquias sem os meios financeiros e outros necessários para que haja uma efectiva descentralização.	
Balanço	Constrangimentos		
	Resultados positivos	(...) o balanço é claramente positivo, as aec's não sendo o nosso modelo, tentamos a sua aplicação de modo a dar a melhor resposta possível. (...) o sucesso tem sido a palavra mais adequada e a comprovar isso já está o próprio inquérito que fizemos aos encarregados de educação.	
	Insuficiências/Processos de melhoria	O que seria desejável era que as aec's fossem criadas e acompanhadas dos meios, o que não foram.	

Entrevista n.º 7

Código: TP

Local: CMPeniche

Data: 08/04/09

Duração: 50m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente		
	Razões da adesão ao programa das aec's		
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação	O primeiro protocolo foi realizado com os 3 agrupamentos de escolas à 4 anos, nos anos seguintes estabelecemos protocolos com um número significativo de instituições, associações e clubes de forma a tornar a sua execução mais operacional.	
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote	(...) inglês (...) actividade física e desportiva (...) movimento, musica e drama (...)	
	Responsabilidade da selecção	Pelos agrupamentos, foram eles que decidiram ter todas as mesmas actividades.	
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão	Temos 5% de alunos que não estão a frequentar todas as actividades (...)	
	Professores e valor hora pago	No início do ano lectivo tínhamos 46 contratados a termos certo. Há também 4 professores que estão a acumular, que estão a recibo verde porque não podem fazer contrato. 12,68€	

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento	Existe um programa estabelecido pelo Ministério da Educação para o inglês e para a actividade física e desportiva, para o caso do movimento, musica e drama fomos nós que fizemos. (...) foram os agrupamentos.	
	Monitorização	Encontramo-nos periodicamente com os agrupamentos. É feito um relatório pelos professores e pelos próprios agrupamentos.	
	Balanço financeiro	(...) gastamos dentro das possibilidades. É positivo porque somos nós a fazer toda a área administrativa e financeira.	
Políticas Locais de Educação	Existência		
	Articulação com as aec's		
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos	Para mim o primeiro constrangimento é a contratação dos professores. (...) há ainda o facto de não termos escolas preparadas, não temos salas alternativas.	
	Resultados positivos	O aspecto mais positivo é a satisfação dos alunos.	
	Insuficiências/Processos de melhoria		

Entrevista n.º 8

Código: TO

Local: CMÓbidos

Data: 08/04/09

Duração: 60m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente		
	Razões da adesão ao programa das aec's		
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação	(...) no início tivemos prestação de serviços com professores e contratos a termo resolutivo mas a partir do momento em que deixou de ser possível fazermos prestação de serviços com pessoas singulares tivemos de optar por contratar empresas.	
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação	Estabelecemos um protocolo com o agrupamento de escolas, para o ensino da música fizemos um protocolo com a Banda Filarmónica de Óbidos.	
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote	As actividades variam, nós temos as comuns, o inglês, a música, o apoio ao estudo e a actividade física e desportiva. Temos também a ciência divertida e fizemos um teste este ano aqui no complexo para o 1.º e o 2.º ano com o "Mindlab (...) (...) criámos um programa que é o "Descobre o teu talento", pedimos aos alunos que escolham uma actividade dentro de um pacote que tem ballet, hip-hop, judo, artes plásticas e orquestra escolar.	
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão	445 alunos num total de 490.	91% de adesão
	Professores e valor hora pago	26.	

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento	Os professores fazem esse plano no início do ano lectivo de acordo com as orientações programáticas(...)	
	Monitorização	Como entidade promotora fazemos o acompanhamento durante o ano. Este ano vamos fazer também um questionário aos alunos, o ano passado foi só um questionário de interesses e este ano será de avaliação das actividades. Nas reuniões que fazemos é pedido aos professores que façam uma avaliação das actividades	
	Balanço financeiro	O que recebemos do Ministério da Educação não paga a despesa com as aec's, a autarquia faz um investimento de 51%.	
Políticas Locais de Educação	Existência		
	Articulação com as aec's		
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos	Em termos de constrangimentos, isso depende do modo como as actividades são dinamizadas, depende da formação dos professores, das dinâmicas existentes na sala de aula. Se as actividades forem demasiado dirigidas não há tempo para a descoberta, para actividades que despertem outro tipo de aprendizagens.	
	Resultados positivos	Os aspectos positivos são em termos da família, antes existia um prolongamento de horário que era pago, neste momento as aec's são um serviço gratuito o que é uma vantagem para as famílias.	
	Insuficiências/Processos de melhoria		

Entrevista n.º 9

Código: PO

Local: CMÓbidos

Data: 08/04/09

Duração: 60m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente		
	Razões da adesão ao programa das aec's	A primeira razão a nível macro é a política de desenvolvimento, a segunda razão tem a ver com o olhar para a comunidade educativa, para os resultados escolares, ou seja, temos taxas de abandono escolar elevadas e níveis sociais em que há uma distância familiar, em que temos problemas de nutrição, assim como, as más condições físicas da escola. Temos um conjunto de aspectos que do ponto de vista material eram evidentes na nossa rede educativa, ou seja, as questões macro e as questões de análise e de avaliação concretas levou-nos a pensar que era fundamental fazermos um investimento na área da educação.	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação		
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote		
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão		
	Professores e valor hora pago		

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento		
	Monitorização		
	Balanço financeiro		
Políticas Locais de Educação	Existência		
	Articulação com as aec's		
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos		
	Resultados positivos		
	Insuficiências/Processos de melhoria		

Entrevista n.º 10

Código: VL

Local: Lourinhã

Data: 06/04/09

Duração: 90m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente	Nós já fazíamos aqui algumas experiências mais no âmbito da actividade física e mais especificamente com a natação.	
	Razões da adesão ao programa das aec's	A autarquia da Lourinhã sempre deu uma importância muito grande à educação. (...) foi no fundo concretizar um trabalho que já vinha a ser desenvolvido, mais abrangente, com mais actividades e estruturado de outra forma.	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação	Nós contratámos as associações locais que já desenvolviam algum trabalho connosco (...) (...) queríamos que algumas das entidades com as quais já colaborávamos anteriormente ficassem envolvidas no processo, criando um nicho de mercado de emprego ao nível do nosso concelho. Neste momento temos 6 associações (...) (...) isto é mais fácil quando estamos a trabalhar com pessoas que já têm provas dadas que nos dão a garantia de um bom serviço.	
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote	(...) actividade física e desportiva, inglês e música	
	Responsabilidade da selecção	(...) nós estabelecemos que os agrupamentos tinham de chegar a um consenso e as actividades tinham de ser iguais em todo o concelho.	
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas	(...) todas estão abrangidas	
	Taxa de adesão		
	Professores e valor hora pago	Temos 64 professores Creio que é 12€	

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento	O segundo passo foi concertar tudo com os conselhos executivos, nós mantemos uma relação muito próxima em tudo o que é planeamento nas escolas, fazemos isto em reuniões de conjunto. Os professores titulares de turma, os professores das actividades e os conselhos executivos através da figura que eles têm que é a do coordenador fazem esse plano das actividades.	
	Monitorização	(...) nós fazemos reuniões no final de cada período em que os conselhos executivos nos dão feedback da forma como está a decorrer, há conselhos executivos que têm fichas preenchidas sobre o percurso das aec's e nós partilhamos essas situações Fazemos ainda reuniões com o representante de cada uma das entidades, cada associação tem um coordenador com quem estabelecemos o diálogo. Para além da avaliação global fazemos uma avaliação por área (...) (...) além das reuniões formais, há também contactos com os coordenadores que são os interlocutores da câmara.	
	Balanço financeiro	Relativamente aos custos com os professores estamos numa situação diria não muito deficitária.	
Políticas Locais de Educação	Existência	Neste momento não há um documento escrito, formal relativamente à política educativa mas há uma postura educativa da câmara que é a preocupação relativamente à qualificação dos espaços de educação (...)	
	Articulação com as aec's		
	Descentralização	Percebo que as autarquias tenham algum receio nisso mas a questão da proximidade permite também que encontremos outras soluções que outro poder mais distante não conseguiria.	
Balanço	Constrangimentos	Isto será uma mais valia se houver uma relação estreita entre o professor titular de turma e o professor das aec's.	
	Resultados positivos	O programa tem vantagens ao nível do desenvolvimento e do crescimento das crianças. Eu não vejo as actividades só como uma ocupação dos meninos mas como uma mais valia nas aprendizagens das crianças. Tendo em conta a avaliação que temos feito eu diria que isto é francamente positivo.	
	Insuficiências/Processos de melhoria	(...) ao nível da actividade física, do inglês e da música vão começar a surgir os meninos que têm um ciclo completo disto e temo que ao nível do 2.º ciclo não sejam feitos os reajustamentos condicentes para receber estas crianças.	

Entrevista n.º 11

Código: TC

Local: Cadaval

Data: 08/04/09

Duração: 60m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente	(...) nós já tínhamos 3 anos de experiência, uma experiência piloto com o agrupamento de escolas (...) nós chamávamos o projecto de extensão curricular, em que ministrávamos ao 3.º e 4.º ano aulas de inglês, educação física e educação musical	
	Razões da adesão ao programa das aec's	(...) abraçámos logo o projecto porque no fundo já o tínhamos no âmbito de uma parceria própria Penso que o principal motivo para sermos nós foi porque já tínhamos 3 anos de experiência em que as coisas tinham corrido muito bem, e numa altura em que o município está a investir claramente na educação não fazia sentido não agarrarmos mais este serviço	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação	(...) decidimos contratualizar com uma empresa a totalidade dos serviços lectivos Uma vez que se tinha constituído no mercado local uma empresa com professores que já tinham experiência connosco, a proposta apresentada foi favorável e tendo sido cumpridos todos os requisitos fizemos esta opção, até porque era um imperativo legal.	
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação		
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote		
	Responsabilidade da selecção		
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas	Abrange todos os alunos mas não funciona em todas as escolas porque temos escolas diminutas	
	Taxa de adesão	(...) temos 591 alunos matriculados e 521 a frequentar	a taxa de adesão é 88%
	Professores e valor hora pago		

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento		
	Monitorização	(...) nós fazemos reuniões periódicas com o agrupamento e os seus coordenadores e o representante da empresa	
	Balanço financeiro	Não temos contabilidade com centro de custos e é mais difícil aferir de qualquer modo julgo que o balanço, este ano, é equilibrado. Monitorizamos também em termos das faltas dos professores e também a contratualização com a empresa solicitando o dossier da contratação de todos os docentes	
Políticas Locais de Educação	Existência	Insere-se porque, no âmbito da política educativa do município, a grande missão deverá ser proporcionar aos munícipes e às famílias as melhores condições para uma educação integral e a esta não passa só pela educação lectiva, passa por outros aspectos nomeadamente o suprimir algumas dificuldades que as famílias teriam no acesso a algumas actividades. Em termos internos não há nenhum documento escrito.	
	Articulação com as aec's		
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos	(...) o facto de algumas serem isoladas traz-nos problemas ao nível dos transportes e de horários. O constrangimento tem a ver com o isolamento e com o facto de algumas escolas não terem ainda todas as condições para podermos desenvolver como desejávamos as actividades.	
	Resultados positivos	(...) a principal nota positiva é a quebra de isolamento de algumas escolas Penso que o contacto destas crianças com crianças de outras escolas bem como o contacto com o ensino do inglês é muito importante	
	Insuficiências/Processos de melhoria		

Entrevista n.º 12

Código: VCR

Local: Caldas da Rainha

Data: 08/04/09

Duração: 60m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente	(...) a autarquia das Caldas já desenvolvia algum trabalho ao nível da actividade física e desportiva no 1.º ciclo	
	Razões da adesão ao programa das aec's	Por um lado foi por força do imperativo legal uma vez que no despacho das aec's as autarquias eram as entidades promotoras privilegiadas	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação		
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação	<p>Temos protocolos com os próprios agrupamentos onde na sede existem turmas do 1.º ciclo (...)</p> <p>(...) temos protocolos com associações, já tínhamos trabalhado com estas associações antes das aec's e participávamos apenas uma parte desses projectos, agora que temos oportunidade de os compensar pensamos que se estava a ser feito um bom trabalho não havia motivo para não dar continuidade</p> <p>Protocolámos com clubes no caso da actividade física e desportiva, isto permite dar continuidade aos projectos e robustecer as próprias instituições</p> <p>Ao nível do inglês contratámos a associação nacional de animação e educação que para além da actividade promove formação aos professores neste âmbito</p> <p>(...) achamos que se pudermos estabelecer parcerias com o tecido associativo conseguimos ganhar recursos que por vezes não têm custos e são muito importantes</p>	
	Recursos internos - Identificação e Justificação		
Actividades	Pacote	Introduzimos foi a novidade no 1.º e 2.º anos das tecnologias da informação metade do ano e na outra metade a sensibilização ambiental.	
	Responsabilidade da selecção	Enquanto entidade promotora apresentamos como um facto consumado o pacote das actividades	
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas		
	Taxa de adesão	A adesão das actividades anda na casa dos 90%	
	Professores e valor hora pago	Estão na casa da centena	

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento		
	Monitorização	(...) nós fazemos reuniões periódicas com o agrupamento e os seus coordenadores e o representante da empresa	
	Balanço financeiro	Não temos contabilidade com centro de custos e é mais difícil aferir de qualquer modo julgo que o balanço, este ano, é equilibrado. Monitorizamos também em termos das faltas dos professores e também a contratualização com a empresa solicitando o dossier da contratação de todos os docentes	
Políticas Locais de Educação	Existência	Inserir-se porque, no âmbito da política educativa do município, a grande missão deverá ser proporcionar aos munícipes e às famílias as melhores condições para uma educação integral e a esta não passa só pela educação lectiva, passa por outros aspectos nomeadamente o suprimir algumas dificuldades que as famílias teriam no acesso a algumas actividades. Em termos internos não há nenhum documento escrito.	
	Articulação com as aec's		
	Descentralização		
Balanço	Constrangimentos	(...) o facto de algumas serem isoladas traz-nos problemas ao nível dos transportes e de horários. O constrangimento tem a ver com o isolamento e com o facto de algumas escolas não terem ainda todas as condições para podermos desenvolver como desejávamos as actividades.	
	Resultados positivos	(...) a principal nota positiva é a quebra de isolamento de algumas escolas Penso que o contacto destas crianças com crianças de outras escolas bem como o contacto com o ensino do inglês é muito importante	
	Insuficiências/Processos de melhoria		

Entrevista n.º 13

Código: TN

Local: Nazaré

Data: 21/04/09

Duração: 60m

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Antecedentes das aec's	Actividades desenvolvidas anteriormente	(...) a autarquia começou por facultar o acesso à piscina municipal uma hora por semana em tempo lectivo, tínhamos também as “escolinhas”, em várias áreas.	
	Razões da adesão ao programa das aec's	Nós já tínhamos alguma experiência anterior com as “escolinhas”, foi pegar no know-how que tínhamos e universalizar a oferta.	
Modalidades de execução do programa das aec's	Protocolos/Contratos com empresas - Identificação e Justificação	(...) estabeleceu um protocolo com o agrupamento de escolas e com a própria direcção regional. Não temos nenhuma entidade externa a trabalhar connosco (...)	
	Protocolos/Contratos com outros - Identificação e Justificação		
	Recursos internos - Identificação e Justificação	(...) eles têm um contrato com a autarquia e o número de horas com as aec's é muito residual.	
Actividades	Pacote	Para o 1.º e 2.º ano temos inglês, actividade física e desportiva, música e tic (tecnologias da informação e comunicação), no 3.º e 4.º ano temos o inglês, actividade física e desportiva e temos a educação pelas artes	
	Responsabilidade da selecção	Eu penso que a tendência é para ser feita em conjunto mas este ano foi feita por nós, o agrupamento depois concordou.	
Abrangência	Agrupamentos/Escolas envolvidas	Temos apenas duas escolas unitárias onde fazemos algumas adaptações das actividades, nomeadamente ao nível da carga horária. Mas as actividades em si são iguais para todas as crianças do Concelho.	
	Taxa de adesão	(...) 656 alunos. Estão matriculados 670.	
	Professores e valor hora pago	44 12€ à hora	

As Autarquias Locais enquanto promotoras do Programa das Aec's no 1.º CEB

CATEGORIAS	SUB-CATEGORIAS	INDICADORES/UNIDADES DE SENTIDO	OBSERVAÇÕES
Gestão	Planeamento	A base é nossa, o agrupamento teve alguma dificuldade inicial em absorver este programa, existe boa vontade mas também depende das pessoas que estão à frente de cada área. Nós acordámos com o agrupamento os conteúdos programáticos e enviámos para a DREL, temos professores que são os coordenadores de cada área(...)	
	Monitorização	temos professores que são os coordenadores de cada área, recebem mais por isso e reúnem-se com todos os professores com a regularidade que entendem ser necessária, nós pagamos uma hora semanal a todos os professores para reuniões. Temos uma coordenadora geral das aec's. Fazemos também reuniões com o agrupamento. Fazemos reuniões no final de cada período onde fazemos análise SWOT e damos conta do balanço ao senhor Presidente da Câmara. Vamos agora implementar uma plataforma moodle onde irá constar toda a informação relativa às aec's.	
	Balanço financeiro	O Sr. Presidente diz que é altamente lesivo, a verba que vem do Ministério da Educação pagará cerca de um terço da despesa com este programa. Nós investimos muito em termos da educação, acção social e desporto.	
Políticas Locais de Educação	Existência	Temos a carta educativa mas em termos de política educativa não é muito relevante.	
	Articulação com as aec's		
	Descentralização	A nossa autarquia não aderiu ainda a este processo, por exclusiva responsabilidade da DRELVT. Estamos completamente disponíveis para fazê-lo, embora eu pense que não existem vantagens especiais em fazê-lo porque basicamente teremos apenas mais funcionários e obras para fazer nas escolas.	
Balanço	Constrangimentos		
	Resultados positivos	Penso que o aspecto mais positivo é estrutural, existe um fio condutor neste projecto, nós assumimos que queremos trabalhar a área da criatividade que é a área que distingue na minha opinião o ser humano.	
	Insuficiências/Processos de melhoria		